



**Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**  
**Centro Socioeconômico/CSE**  
**Departamento de Economia e Relações Internacionais**

**Matheus Nazario do Nascimento**

Poder e o óleo: como o comércio internacional de petróleo contribuiu para a  
expansão do poder global dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria

Florianópolis  
2022

**Matheus Nazario do Nascimento**

Poder e o óleo: como o comércio internacional de petróleo contribuiu para a expansão do poder global dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais na mesma instituição.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento, Matheus Nazario do

Poder e o Óleo : como o comércio internacional de petróleo contribuiu para a expansão do poder global dos EUA no pós-Guerra Fria / Matheus Nazario do Nascimento ; orientador, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, 2022.  
94 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Economia Política Internacional. 3. Petróleo. 4. Financeirização . 5. Militarização. I. Arienti, Patrícia Fonseca Ferreira. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

**Matheus Nazário do Nascimento**

**Poder e o Óleo:** como o comércio internacional de petróleo contribuiu para a expansão do poder global dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria

Florianópolis, 06 de dezembro de 2022

**O presente trabalho de conclusão de curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:**

Prof. Dr. Klaus Guimarães Dalgaard  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente  
Patricia Fonseca Ferreira Arienti  
Data: 14/12/2022 18:35:08-0300  
CPF: \*\*\*.486.037-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

Profa. Dra. Patrícia Fonseca Ferreira Arienti  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022

## AGRADECIMENTOS

Dos defeitos que tenho e terei, não quero que a ingratidão faça parte desse vasto grupo. Se hoje concluo essa etapa importante na minha vida, é porque eu nunca estive só, pelo contrário, fui abençoado por encontrar em meu caminho pessoas especiais com as quais escrevi lindas histórias.

Primeiramente, quero agradecer ao Deus de meus pais, que nunca me desamparou, mesmo quando eu achei que não estava mais ali por mim. Da mesma forma, quero agradecer aos meus pais, Gilson e Weide, que nunca mediram esforços para que eu pudesse chegar tão longe, mesmo que lhes custasse a dor da distância. Agradeço aos meus irmãos, Otávio e Gustavo, e minha cunhada, Renata, por cuidarem de mim e se preocuparem com a minha felicidade de forma extraordinária.

Dudu, Isadora, Emanuel, Léo, Ana Carolina, Giu, Amanda, Behnke, Favero, João, Pedro Neto, Suzanne e todos aqueles que de forma direta ou indireta estiveram do meu lado nesses anos: obrigado por se juntarem a mim nessa caminhada maluca que foi a graduação, vocês fizeram tudo ficar mais especial, levo cada um de vocês comigo. Aos meus velhos amigos: Vitória, Ana Luiza, Edmundo, Aquino, Mota, Rhanna, Renan, Isa e Joice, obrigado por entenderem porque saí, por estarem por mim mesmo depois de tantos anos e quilômetros e por me receberem de braços abertos quando voltei. Marcelo, nunca vou esquecer o tanto que você foi e é importante na minha vida, obrigado por segurar todas as barras comigo.

Quero agradecer também ao CARI e todos os amigos que fiz na luta por uma universidade e país melhores e mais justos: pois, como diria o lindo samba, “é na luta que a gente se encontra”. À profa. Patrícia, serei eternamente grato pela orientação, pela amizade, pela compreensão praticamente infinita ao longo dessa caminhada pela graduação. À UFSC, obrigado por me receber de braços abertos, por ter sido minha casa por vários dias, por ter me feito crescer enquanto pessoa e profissional, espero um dia retribuir o tanto que recebi.

Por fim, todos e todas que de alguma forma cruzaram seus caminhos com os meus ao longo desses anos: meu muito obrigado!

## RESUMO

O petróleo é um insumo de importância vital, em termos econômicos e político-estratégicos. Ao fim da Segunda Guerra, os EUA exerciam um papel hegemônico sobre os fluxos dessa commodity, garantindo a sua segurança energética, bem como a do bloco capitalista. No entanto, os Choques do Petróleo impuseram novos e maiores desafios ao poder estadunidense nesse mercado. Assim, impõe-se o padrão dólar flexível, que fez do mercado de petróleo parte do modo de acumulação financeirizado, assim como, consonante à Doutrina Carter, intensificaram-se as intervenções militares dos EUA na região, cristalizadas pelas duas Guerras do Golfo. O objetivo desta pesquisa, portanto, é entender de que forma o mercado internacional de petróleo contribuiu para a ascensão do poder global dos EUA no pós-Guerra Fria. A hipótese proposta para a pesquisa é que a ascensão do poder estadunidense no último quartil do século XX esteve relacionado ao seu maior controle sobre os fluxos da *commodity*, graças a seu incomparável poder militar e financeiro. A metodologia a ser seguida é a “hipotético-dedutiva”, partindo das contribuições popperianas, e o caráter da pesquisa é “exploratório-bibliográfica”. Os resultados dessa pesquisa concluem que a hipótese apresentada se demonstrou verdadeira.

Palavras-chave: mercado de petróleo; financeirização; militarização; Estados Unidos; Guerra Fria

## **ABSTRACT**

Oil is a vital resource in economics, political and strategic terms. At the Second World War end, the US were playing a hegemonic role over the commodity flow, assuring their energy security. However, the Oil Shocks imposed newly and bigger challenges to the American power over this market. Therefore, were imposed the flexible accumulation, which made the oil market part of the financialized global market, as well, consonant with Carter's Doctrine, were intensified the military interventions in the Medium East, as shown by the Two Persian Wars. This research's goal is to understand in which way the international oil market contributed the US global power growth, after the Cold War ended. The proposed hypothesis to the research is that the US global power growth in the twentieth century last quarter is related to its greater control over the oil flow, because of its unique military and financial power. The methodology followed is the "hypothetical-deductive", by Karl Popper's contributions, the kind of research is "exploratory-bibliographic". The results of this research conclude that the hypothesis shown to be true.

Keywords: oil markets; financialization; militarization; United States; Cold War

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Concessões das <i>Majors</i> no Golfo Pérsico (1951) .....	44
Figura 2 - Preço do Barril de Petróleo por ano (1861 - 2020) .....	48



## **LISTA DE SIGLAS**

Aramco - Arabian-American Oil Company  
EAU - Emirados Árabes Unidos  
EUA - Estados Unidos da América  
EPI - Economia Política Internacional  
FED - Federal Reserve Bank  
Jersey - St. Oil New Jersey  
NSD - Diretiva Nacional de Segurança  
NYMEX - New York Mercantile Exchange  
OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo  
RI - Relações Internacionais  
Socony - St.Oil New York  
SoCal - St. Oil Califórnia  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
WTI - West Texas Intermediate

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. MARCO TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
2.1 Hegemonia e as Relações Internacionais: o mito do colapso do poder estadunidense.....	21
2.2 O Paradoxo do Hiperpoder: as instabilidades sistêmicas como expansão do poder nacional .....	24
2.3 Os quatro pilares fundamentais do poder estatal: as contribuições de Susan Strange ao fundar a EPI enquanto metodologia de análise nas Relações Internacionais.....	29
2.3.1 Os pilares secundários do poder estrutural: como a energia sustém o poder estrutural na Economia Política Internacional e o conceito de segurança energética aplicado às Relações Internacionais.....	37
<b>3. REVISÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>43</b>
3.1 A era das concessões: formação da hegemonia dos EUA sobre o petróleo (1945-1973) .....	43
3.2 O Primeiro Choque: o fim do velho jogo (1970-1973).....	51
3.3 O entre Choques: o Império da OPEP (1974 - 1979).....	55
3.4 Crise, choque e transformações: o Segundo Choque do Petróleo e a reestruturação do mercado de petróleo (1979).....	57
3.5 O “interesse vital”: o novo mercado de petróleo (1979 - 1991) .....	60
<b>4. O JOGO DAS GUERRAS .....</b>	<b>64</b>
4.1 Primeira Guerra do Golfo .....	66
4.2 Segunda Guerra do Golfo .....	73
<b>5. O JOGO DAS TROCAS.....</b>	<b>77</b>
5.1 O fim do padrão ouro-dólar: a aurora das finanças internacionais e a retomada do poder norte-americano.....	77
5.2 A financeirização do mercado de petróleo .....	82

5.2.1 Anatomia do mercado de petróleo financeirizado e os impactos no nível de preços .....	83
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao fim da Segunda Guerra e a consequente Guerra Fria, os EUA posicionaram-se como líder hegemônico do mundo capitalista, no qual o Sistema de Bretton Woods, com suas instituições – destaca-se a centralidade do dólar como moeda internacional – fortaleceu a hegemonia dos EUA. Já a dimensão da segurança fora garantida, sobretudo, pela corrida armamentista contra a URSS e as políticas de “contenção universal” que espalharam bases militares americanas por todo o mundo, fortalecendo seu poder militar mesmo não deflagrando uma guerra direta contra a URSS (FIORI, 2004b).

Susan Strange (1994), ao apontar os pilares do poder estrutural na Economia Política Internacional (EPI), assera que, além das finanças e segurança, o modo de produção e o poder ideológico são outros dois pilares principais para o exercício global do poder. Isto posto, o fordismo como modo de produção e a ideologia liberal fundamentaram os “anos de ouro” do capitalismo, sob hegemonia norte-americana. Em resumo,

Os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra Mundial como, de longe, a potência mais dominante. Eram líderes na tecnologia e na produção. O dólar (apoiado por boa parte do estoque de ouro do mundo) reinava supremo, e o aparato militar do país era bem superior a qualquer outro (HARVEY, 2005, p. 48).

Strange (1994) ainda aponta outras quatro estruturas derivadas do poder estrutural, que são: comércio, bem-estar humanitário, transportes aéreos e marítimos e energia. Contudo, para a autora, a estrutura secundária de energia possui papel essencial para o sucesso de todas as outras estruturas e, portanto, também essencial para o estabelecimento de um Estado como *hegemon*.

Desde a invenção do querosene como combustível para as lâmpadas das fábricas, que facilitou e barateou a jornada noturna de trabalho, até a complexa rede de mercados *spot* e de futuros de petróleo, marcados pela alta tecnologia e globalização da informação, o petróleo e a economia andaram lado a lado<sup>1</sup>. Por outro lado, não é por coincidência que os resultados das Grandes Guerras do século

---

<sup>1</sup> Bem como qualquer outra fonte de energia dominante capaz de alimentar o desenvolvimento técnico industrial. O petróleo não foi a primeira fonte de energia fóssil dominante que ditou os rumos da economia mundial. O carvão mineral foi primordial para o desenvolvimento do poderio econômico britânico ainda no século XIX. Aliás, a disponibilidade do carvão mineral foi primordial inclusive para o desenvolvimento das cidades industriais britânicas, que cresciam em torno das fontes desse insumo.

XX – Primeira e Segunda Grandes Guerras e Guerra Fria – tenham raízes na capacidade de produção e acesso ao insumo. Desde os navios ingleses movidos ao incerto petróleo pérsico; passando pela aliança entre os dois maiores produtores de petróleo do mundo contra o Eixo, na Segunda Guerra; até o colapso dos preços do petróleo na década de 1980, que colaborou para o declínio soviético. O petróleo foi e é decisivo para a projeção de poder nacional (YERGIN, 1993).

Mesmo com a percepção da insustentabilidade do petróleo como única e principal fonte de energia a longo prazo, visto o seu caráter finito e os impactos ambientais por ele causados, não há ainda um substituto 1) facilmente estocável e móvel; 2) com similar poder calorífico; 3) que gere a variedade de subprodutos fundamentais para a indústria e os transportes. Isto é, por suas características intrínsecas, o petróleo demonstra-se essencial nas políticas de segurança energética, nos seus usos civil e militar<sup>2</sup> (BRAGAGLIA, 2017).

Nos EUA, a posição de maior produtor de petróleo do mundo e principal ofertante da *commodity* do início do século XX fez com que o interesse norte-americano na importação do insumo fosse baixo. Mas o cenário muda em 1947, quando, ao efetuar estudos a respeito da oferta de petróleo e sua finitude, os EUA percebem a importância da sua presença no Oriente Médio e a garantia para si de uma fonte abundante de petróleo (BRAGAGLIA, 2017; FUSER, 2008). Os EUA passam da posição de maior exportador, na Segunda Guerra, para a de maior importador mundial, gerenciando, inclusive, o próprio mercado de petróleo por meio das empresas multinacionais norte-americanas (BRAGAGLIA, 2017).

O mercado energético pós-Segunda Guerra é marcado pela cartelização promovida pelas Sete-Irmãs<sup>3</sup>, ainda nos anos 1920, preços baixos e constantes, verticalização produtiva, contratos de concessão, oferta alta e segurança no fornecimento (BRAGAGLIA, 2017). No entanto, com o passar dos anos, os países exportadores de petróleo – organizados e articulados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) – conseguiam empilhar vitórias diplomáticas contra os EUA, que não exerciam o seu poder de coerção sob risco de aproximar os

---

<sup>2</sup> Muito embora, no seu uso combustível, já tenha outros insumos, como biocombustíveis, gás natural, e o próprio carvão mineral, que são parte importante das políticas energéticas para substituir, com similar poder calorífico e facilidade de estocagem. Somente o setor de transportes (civil e militar) que ainda o petróleo não tem nenhum competidor à altura.

<sup>3</sup> Conhecidas também pelo nome de *majors*, trata-se de um oligopólio formado por sete companhias petrolíferas anglo-saxãs que dominaram o mercado de petróleo na primeira metade do século XX (FATTOUH, 2011).

exportadores ao bloco socialista (BRAGAGLIA, 2017). Por outro lado, políticas protecionistas do petróleo nacional enfraqueceram a posição estadunidense no tabuleiro geopolítico do petróleo, pois, qualquer crise na oferta do Oriente Médio, significaria uma recessão econômica sem precedentes, visto que a oferta nacional de petróleo já estava ajustada (FUSER, 2008).

Em vez de dar prioridade à segurança dos suprimentos, as políticas adotadas no período decisivo entre as décadas de 1950 e 1970 (a fase de maior crescimento do consumo de combustível no país) atenderam ao interesse estreito dos produtores domésticos (FUSER, 2008, p. 69).

O quadro é de fragilização do *hegemon* capitalista, que vê o controle do mercado de petróleo, a sua própria segurança energética e uma das estruturas que fundamentam seu poder ir para mãos estrangeiras (YERGIN, 1993). Isto posto, o governo estadunidense passa a agir mais ativamente nas questões concernentes ao Golfo Pérsico, reduzindo-se o papel das *majors* nas mesas de negociação e nas políticas estatais (BRAGAGLIA, 2017).

Sendo assim, em 1971, os EUA lançam mão do poder financeiro que os acordos de Bretton Woods lhe conferiram<sup>4</sup> e promovem, unilateralmente, o fim do padrão ouro-dólar fixo, permitindo a flutuação da moeda às leis da oferta e procura e o fim do controle do fluxo de capitais. Deflagra-se uma crise sem precedentes no hemisfério capitalista, visto que a moeda americana pôde agora ser desvalorizada<sup>5</sup>. Para os EUA, no entanto, a flutuação da sua moeda significa a possibilidade de incorrer constantemente em *déficits* no Balanço de Pagamentos e financiá-los com sua própria moeda (EICHENGREEN, 2000; FIORI, 2004a). O fim do padrão ouro-dólar, somado às desvalorizações causadas pela sobretaxa de importações dos EUA, impactaram os países exportadores de petróleo, que viram suas riquezas aplicadas no estrangeiro perderem valor. Isso, naturalmente, enfraqueceu os exportadores, mas também os insuflou para retaliar os EUA (YERGIN, 1993).

No início da década de 1970 a oferta e a demanda do petróleo estava tão ajustada que, qualquer pressão extra poderia resultar numa crise energética, especialmente para os norte-americanos, que já em 1973 viram o petróleo do Golfo assumindo a primazia do consumo interno. A “arma do petróleo” finalmente poderia atingir o Ocidente, com restrições às exportações e à produção sistemáticas e

---

<sup>4</sup> Expresso na centralidade do dólar como moeda global.

<sup>5</sup> Discutir-se-ão mais detalhadamente os efeitos do fim do padrão ouro-dólar fixo no capítulo cinco.

globais, “alterava irrevogavelmente o mundo, conforme se desenvolveu pós-guerra”, nas palavras de Henry Kissinger (YERGIN, 1993, p. 613). Deflagra-se em 1973, portanto, o Primeiro Choque do Petróleo, assentado em questões diplomáticas, religiosas, econômicas, políticas e, sobretudo, “petrolíferas”. O pânico se instaura em todo o mercado fazendo com que os preços perdessem referências anteriores e a OPEP afirma seu poder no Sistema Internacional ao longo dos anos 1970, pois “os preços do petróleo eram o coração do comércio mundial e quem os controlasse seria considerado o novo senhor da economia mundial” (YERGIN, 1993, p. 663).

A despeito do caos instaurado pelo Choque no Ocidente, não houve uma tentativa por parte dos EUA de coerção militar aos produtores de petróleo. A política externa norte-americana do entrechoques era marcada, sobretudo, pelo cuidado em não antagonizar nenhum dos governos do Oriente Médio (YERGIN, 1993; BRAGAGLIA, 2017).

Se a transferência de renda dos países importadores de petróleo para os novos ricos exportadores de petróleo, por um lado, financiou absolutamente todos os desejos dos países membros da OPEP, por outro, era muito mais dinheiro que os extravagantes políticos poderiam gastar, gerando surtos inflacionários na maior parte dos exportadores, que já viviam a era da livre mobilidade de capitais e da flutuação das moedas (YERGIN, 1993). A instabilidade econômica e a desigualdade voraz geraram pressões sociais, especialmente no Irã, segundo produtor mundial e que, juntamente com os sauditas, era um dos “dois pilares” da política energética dos EUA. As pressões tornaram-se insustentáveis, culminando na Revolução Iraniana em 1979, que interrompeu o fluxo de petróleo iraniano para o Ocidente e deflagrou o Segundo Choque do Petróleo (BRAGAGLIA, 2017; YERGIN, 1993). Nesse momento, o mercado de petróleo fica marcado pela nacionalização da extração e produção, altos preços, insegurança da oferta (constantes ameaças de outros choques) e fim dos contratos de concessão (BRAGAGLIA 2017; YERGIN, 1993).

Os lucros auferidos pela transferência de renda dos países industrializados para os exportadores de petróleo, no entanto, geraram um efeito paradoxal, pois o recém-criado sistema financeiro internacional foi inundado por petrodólares, fornecendo-o a liquidez para que pudesse se afirmar ao longo de uma década marcada por sucessivas crises no mundo capitalista e, por conseguinte, fortalecendo o poder hegemônico norte-americano, maior beneficiário do novo padrão monetário (FIORI, 2004a; FUSER, 2008; BRAGAGLIA, 2017). Por outro lado, a invasão

soviética no Afeganistão trouxe um elemento que, desde a Segunda Guerra, era evitado no trato aos assuntos concernentes ao OM: a possibilidade de intervenção militar na região para proteger os interesses energéticos estadunidenses. A Doutrina Carter impunha que qualquer tentativa externa de controle do Golfo Pérsico seria considerada um ataque a interesses vitais norte-americanos, e seria esse ataque repellido com os meios necessários, inclusive militares. Era dupla a intenção da Casa Branca: 1) a continuação da política de contenção universal da URSS e 2) a segurança do controle das reservas da região (KLARE, 2011; FUSER, 2008).

Com o fim dos longos contratos de concessão com os países exportadores, os compradores não estavam dispostos a arcar com o ágio e a incerteza da oferta a longo prazo que perdurou toda a década de 1970 e, no início dos anos 1980, o mercado *spot*<sup>6</sup> é inundado por demanda. Os produtores, por sua vez, moveram o comércio vertical, integrado e rígido do petróleo para o dinâmico, flexível e descentralizado mercado financeiro, que em 1982 negociava 1 a cada 2 barris de petróleo do mundo. Inicia-se a era da financeirização do mercado de petróleo na qual “os produtores têm de se preocupar com seu acesso ao mercado e não mais os compradores sobre seu acesso ao fornecimento” (YERGIN, 1993, p. 758).

O novo modo de acumulação, que é a marca da afirmação do poder financeiro estadunidense no mundo, também resultou na retomada da hegemonia norte-americana no mercado de petróleo, pois a maior parte do fluxo de petróleo está circulando pelo mercado financeiro, que está centrado nos países industrializados, garantindo certo nível de segurança da oferta de energia. Bem como o novo arranjo permitiu que os preços, ainda que voláteis e suscetíveis às intempéries do mercado financeiro, fossem regulados por fatores de mercado, como oferta, demanda e nível de estoque, e não mais ao arbítrio dos governos exportadores (BRAGAGLIA, 2017).

Autores como Kindleberger e Gilpin, formularam a tese fundamental da teoria da “estabilidade hegemônica”, isto é, que uma economia liberal necessita de um país estabilizador, um hegemon, que conceda bens públicos e permita a cooperação entre as entidades políticas. Ao fim da Guerra Fria, tudo apontava para que os EUA preenchessem esse papel (FIORI, 2005).

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma modalidade de compra e venda em que o item transacionado deve ser entregue em D+2, ou seja, dois dias úteis após a liquidação do contrato (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2022)



Como propunha Kindleberger, durante esse período os Estados Unidos arbitraram isoladamente o sistema monetário internacional, promoveram ativamente a abertura e a desregulação das economias nacionais e o livre-comércio, incentivaram a convergência das políticas macroeconômicas e atuaram — pelo menos em parte — como last resort lender em todas as crises financeiras que abalaram o mundo dos negócios, mantendo, ao mesmo tempo, um poder incontestável nos planos industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. Apesar de tudo isso, o mundo viveu nesse período uma conjuntura de grande instabilidade sistêmica, tanto no campo financeiro como no das relações político-militares (FIORI, 2005, p. 63).

No entanto, José Luís Fiori (2004a) ao discutir a origem do poder de lideranças mundiais, conclui, a partir dos fatos históricos nos quais se estabeleceram essas lideranças capitalistas, a existência de um “Paradoxo do Hiperpoder”. Assim, não é pela estabilidade política e paz no Sistema Internacional que o *hegemon* está interessado, mas sim nas crises sistêmicas, propositalmente deflagradas por ele, que permitem a expansão do seu poder. Esse paradoxo que fundamenta a tese de Fiori (2004a; 2004b) que o poder estadunidense não está em estado terminal.

Com a queda da URSS e o fim da bipolaridade, intensificou-se a presença militar norte-americana no mundo, visto que não havia “outro poder com capacidade de questioná-lo ou de limitar o exercício de sua vontade absoluta e arbitrária” (FIORI, 2004b, p. 95). Assim, os EUA demonstram ao mundo o seu poder sobre o mundo e sobre o acesso ao petróleo na Primeira Guerra do Golfo. Os bombardeios aéreos constantes junto com uma intensa incursão terrestre após a rendição iraquiana fizeram com que o conflito não durasse mais que dois meses. Bem como em 1945, as bombas atômicas anunciaram a nova correlação de forças pós-Segunda Guerra, em 1991 a vitória inequívoca no Kuwait marcou o início da era unipolar, em que o poder estadunidense é incontestável (FIORI, 2004b; FUSER 2008).

O ápice da securitização do petróleo, no entanto, se deu na Invasão norte-americana no Iraque, em 2003, na qual o presidente Bush, mais do que qualquer um de seus antecessores, associa o conceito de segurança intimamente à energia.

Os EUA precisariam do petróleo iraquiano por motivos de segurança econômica, mas, por uma questão de segurança política e militar, não poderiam permitir que Saddam desenvolvesse sua produção (FUSER, 2008, p. 264).

Nesse sentido, para Fuser (2007; 2008), Harvey (2005) e Klare (2007), a Guerra foi motivada, sobretudo, pelo petróleo

Tanto nas políticas de proteção dos Estados exportadores, quanto na intervenção direta dos EUA nas questões do Oriente Médio, o poder militar incomparável dos EUA é decisivo na manutenção dos seus interesses nos assuntos energéticos. Por outro lado, a pronta resposta, em 1971, à crise hegemônica que se desenhava nos anos 1970, evidenciada aqui pelos Choques do Petróleo, e a retomada e expansão de seu domínio no mercado de petróleo, demonstram as estruturas do poder norte-americano estão cada vez mais fortalecidas (STRANGE, 1994; FIORI, 2004b). Disso, portanto, emerge a pergunta de pesquisa que pauta esse trabalho: **“Em que medida o comércio internacional de petróleo contemporâneo corroborou para a expansão do poder global dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria?”**

Portanto, essa pesquisa entende que os recursos energéticos são essenciais para estruturar o poder de um Estado no Sistema Internacional e o petróleo continua tendo papel central na segurança energética das nações. Logo, a hipótese proposta é que: **a ascensão do poder estadunidense no último quartil do século XX está relacionada ao seu maior controle sobre os fluxos da *commodity*, graças a seu incomparável poder militar e financeiro.**

Assim, o trabalho tem por objetivo geral explicitar **em que medida o comércio internacional de petróleo contemporâneo contribuiu para a expansão do poder dos Estados Unidos da América, após o fim da URSS e as crises de 1970.**

Por objetivos específicos tem-se: 1) fundamentar quais são os pilares de sustentação do poder estadunidense a partir de Strange (1994) e de que maneira o poder global dos EUA tem se ampliado, contrariamente às previsões teóricas (FIORI, 2004a; 2004b; 2005); 2) demonstrar historicamente a ascensão e consolidação e crises do poder estadunidense no mercado de petróleo; 3) contrastar os períodos hegemônico e não-hegemônico dos EUA no mercado de petróleo; 4) explicar como que o incomparável poder militar dos EUA contribuiu para a expansão do seu poder global sobre o mercado de energia; 5) demonstrar como que o novo modo de acumulação corroborou para a expansão do poder norte-americano sobre o mercado de petróleo; 6) verificar se há relação positiva entre o aumento de poder dos EUA sobre o mercado de petróleo e os processos de militarização e financeirização desse mercado

A metodologia adotada nesse projeto é “hipotético-dedutiva”, consonante com as contribuições de Karl Popper para a concepção da metodologia científica, pois considera ciência o uso dos procedimentos que ajudem o pesquisador a explicar os fenômenos de forma crítica a partir do falseamento das hipóteses (ALEXANDRE, 2021). Assim, essa pesquisa busca pôr à prova as hipóteses apresentadas frente ao estado-da-arte teórico das Relações Internacionais e da EPI, de forma a contribuir para uma compreensão mais evidente da validade das hipóteses. Trata-se, portanto de um de uma pesquisa de caráter exploratório bibliográfica, no qual, pretende-se explorar fontes primárias e secundárias a respeito do tema em busca de informações que sejam capazes de falsear nossas hipóteses e atingir os objetivos propostos acima.

Isto posto, esta pesquisa busca construir um coeso conjunto teórico que nos seja útil para atingirmos os objetivos propostos nesta pesquisa. Conforme já advertiu Susan Strange (1994), esta pesquisa não pretende seguir um dogma, uma abordagem teórica que explique todos os fenômenos, mas sim, entendendo a importância de haver uma coerência epistemológica entre essas abordagens, dar espaço às diversas contribuições que nos ajudarão a entender o fenômeno de forma aprofundada e, ao mesmo tempo, simples. Esta pesquisa – e este pesquisador – não se furta em fazer uma escolha epistemológica que julga ser a mais adequada para entender o objeto de estudo, contudo busca-se não circunscrever a pesquisa à abordagem teórica escolhida. Pelo contrário, dar-se-á voz a contribuições que enriqueçam, deem mais capacidade explicativa e dialoguem harmoniosamente com a pesquisa e os objetivos propostos, ainda que fora do campo circunscrito.

Essa pesquisa se justifica, do nosso ponto de vista, pois busca irromper as barreiras entre determinantes econômicas e políticas<sup>7</sup> para dar maior poder explicativo ao modo como o poder estadunidense se estabeleceu no mercado internacional de petróleo, mesmo numa posição de dependência do petróleo estrangeiro, e como esse poder foi importante para a ascensão do poder global dos EUA. Numa análise mais ampla, pode-se depreender que, diferentemente do que alguns teóricos afirmam, o poder estadunidense não se encontra em decadência, pelo contrário, sua compulsão por expansão está cada vez maior e seu poder estrutural, mesmo que questionado, ainda não está abalado.

---

<sup>7</sup> A dinâmica do Jogo das Guerras e o Jogo das Trocas, na terminologia de Fiori (2004a).

Desse modo, no segundo capítulo, far-se-á uma revisão bibliográfica dentro do campo da Economia Política Internacional, em busca de teorias que ajudem a observar o objeto de pesquisa de forma adequada. No terceiro capítulo, discutir-se-á como se estruturou historicamente o comércio internacional de petróleo do período da Guerra Fria. Em seguida, no quarto capítulo, discorrer-se-á sobre o papel das guerras na afirmação do poder norte-americano no mercado de petróleo a partir das duas Guerras do Golfo. No quinto capítulo, abordar-se-á a importância das finanças enquanto elemento de fortalecimento do poder hegemônico no mercado internacional de petróleo. E, por último, no sexto capítulo, serão feitas as conclusões a partir do que foi exposto ao longo deste trabalho.

## **2. MARCO TEÓRICO**

Esta pesquisa entende que as determinantes mais relevantes para entender como se estruturou o poder dos EUA no mercado de petróleo são de ordem política e econômica. Assim, buscou-se no campo de estudo da Economia Política Internacional autores que, interseccionando essas determinantes, pudessem nos dar as ferramentas necessárias para atingirmos os objetivos propostos na introdução dessa monografia. Um mesmo “fio condutor” perpassa todo esse capítulo: o entendimento que o poder estadunidense tem se expandido desde o fim da Guerra Fria, seja em termos estruturais, como Strange (1987;1994) expõe, ou em termos políticos e econômicos, como Fiori (2004a; 2004b) disserta a partir da teoria do Paradoxo do Hiperpoder. Com isso, este capítulo fornecerá as ferramentas para atingir o objetivo deste trabalho, tornando evidente a expansão do poder estadunidense e permitindo aplicar esse resultado ao mercado internacional de petróleo. Isto é, entender como a estrutura energética se correlaciona com a expansão do poder nacional e, em particular, o poder dos EUA.

A primeira seção discorre sobre como se estrutura uma hegemonia a partir das contribuições de Cox e Gramsci e, em seguida, sobre a validade histórica das teorias da estabilidade hegemônica. Na segunda seção, discute-se o conceito do Paradoxo do Hiperpoder, em Fiori (2004a; 2004b), e como os Estados hegemônicos buscam desestabilizar a ordem internacional que fazem parte para buscar mais poder. Na terceira seção discutiremos os conceitos de poder estrutural, a partir de Strange (1987; 1994), como o poder dos EUA se estruturou no segundo quarto do século XX e, por fim, como a segurança energética se relaciona com essas estruturas de poder.

### **2.1 Hegemonia e as Relações Internacionais: o mito do colapso do poder estadunidense**

O pensamento de Antonio Gramsci tem raízes em Karl Marx e buscava entender as razões para a ascensão do fascismo na Itália, no início do século XX, bem como a incapacidade do país em concluir sua revolução burguesa e, conseqüentemente, os caminhos para uma revolução comunista (COX, 2007).

Gramsci entende que a hegemonia se refere à noção que o Estado é formado pela amálgama de sua “sociedade política” e “sociedade civil”. Isto posto, a

sociedade política promove sua supremacia a partir de uma liderança moral e intelectual sobre a sociedade civil, que a consente em contrapartida das concessões oferecidas pelo grupo dominante incapazes de mitigar seu poder econômico e político (GARCIA, 2010). Assim, o poder da classe dominante não depende mais somente da ameaça do uso da força, podendo agora também ser exercido a partir do consentimento da classe subalternizada. Desse modo, Gramsci busca em Maquiavel a importância do *hegemon*, ou do príncipe, balancear coerção e consenso para o exercício do poder, como um centauro – metade homem, metade besta – (COX, 2014, p.105).

Contudo, seria um erro afirmar, de partida, que o filósofo italiano não tinha interesse nas questões internacionais, pelo contrário, há uma relação de contiguidade entre o pensamento gramsciano e de Marx e Engels, que viam uma relação dialética entre os elementos nacionais e internacionais. Gramsci entende que as estruturas e instituições concebidas sob a hegemonia da classe burguesa nacional, extravasam para o âmbito internacional (COX, 2007), todavia não descarta a influência do segundo sobre o primeiro (PANSARDI, 2014). Desse modo,

[...] a leitura gramsciana rompeu com uma visão estado-cêntrica ou nacionalista, dominante nas relações internacionais ao realizar uma interpretação profunda e complexa do fenômeno internacional. O pensamento de Gramsci combina análises em diversos níveis (escalas), indo da análise nacional à internacional, das classes ao estudo das instituições internacionais, das relações entre o Estado, às organizações internacionais e às ordens mundiais. Em realidade, ele rompeu com a dicotomia tradicional do (neo)realismo entre o mundo interno e o externo da política (PANSARDI, 2014, p. 82).

A partir de agora, o Estado nacional só pode ser compreendido em justaposição à sua sociedade civil (PANSARDI, 2014).

A partir do seu interesse nas questões internacionais, os esforços intelectuais de Gramsci foram direcionados para os momentos em que o consenso se subleva frente à coerção, onde a ideologia e a política se sobrepõem à opressão do poder econômico e político imperial (PANSARDI, 2014).

Uma série de autores partem da ideia de uma noção da existência de uma hegemonia mundial, legitimada pelos demais Estados, que se impõe pois é capaz de garantir o funcionamento do sistema mundial a partir da cessão de “bens públicos”, como a moeda internacional, livre-comércio e políticas econômicas de eficácia global. Convencionou-se em titular esse grupo de pensadores como “teóricos da

estabilidade hegemônica”, muito embora esse grupo de pensadores seja bastante heterogêneo, abarcando realistas, como Gilpin, Kindleberger; marxistas, como Wallerstein e Arrighi; bem como liberais, como Nye e Keohane (FIORI, 2005).

Fiori alega a existência de um “consenso normativo e teórico” em torno das teorias da estabilidade hegemônica, que assumem a existência de um Estado hegemônico como condição *sine qua non* para o bom funcionamento da Economia Política Internacional e estabilidade no sistema de Estados (FIORI, 2004a; 2004b). Contudo, para Fiori (2005), esse conjunto de autores se apegam a uma visão funcionalista do Sistema Internacional, como se o *hegemon* fosse estritamente uma “exigência funcional” de estabilização sistêmica e não fosse parte da hierarquia de poder internacional. Desse modo, entende-se que um Estado só se torna hegemônico a partir do acúmulo de poder frente aos seus pares no Sistema Internacional, e essa força direciona-se, em última instância, ao poder imperial. Ou seja,

[...] a hegemonia mundial foi e sempre será uma posição de poder disputada e transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma eleição democrática. A posição hegemônica, portanto é uma conquista, uma vitória do Estado mais poderoso num determinado momento, e nesse sentido é ao mesmo tempo um “ponto” na curva ascendente desse Estado rumo ao império mundial. É um típico ponto de passagem, um momento de negociação ou um movimento tático imposto pela estratégia ascensional dos candidatos ao império global (FIORI, 2005, p. 69-70).

O funcionamento da economia-mundo capitalista pós-1980, em que os EUA era a única potência e preenchia todos os requisitos para arbitrar sobre o mundo, demonstra que, diferentemente da previsão teórica, não houve estabilidade, tampouco paz, no sistema mundial. Isso se dá porque as potências “hegemônicas” estão em busca de seus interesses nacionais, mesmo que para isso tenham de agir como obstáculo para a “estabilidade hegemônica”. Esse interesse, a amálgama dos interesses políticos com os da elite econômica, é a força propulsora que alimenta os desejos imperiais dos Estados hegemônicos, que rompem com a condição de poder transitória, em direção ao domínio total. Entretanto, as “vocações imperiais” dos outros Estados impedem esse projeto de alcançar o sucesso (FIORI, 2005).

Contudo, só duas das grandes potências lograram impor o seu poder e expandir as fronteiras de suas economias nacionais até quase o limite da constituição de um império mundial: a Inglaterra e os Estados Unidos. Esse processo deu um passo enorme depois da generalização do padrão-ouro e

da desregulação financeira promovida pela Inglaterra na década de 1870. E deu outro passo gigantesco depois da generalização do padrão “dólar flexível” e da desregulação financeira promovida pelos Estados Unidos a partir da década de 1970 (FIORI, 2005, p. 69).

Portanto, entende-se que, embora ceda alguns “bens públicos” e algumas das instituições internacionais tenham sido ressignificadas, ainda assim a ruptura com os pilares econômicos que sustentaram o sistema de Bretton Woods – e, por conseguinte, a própria hegemonia americana – foram decisões impulsionadas pela compulsão expansiva do *hegemon*. Da mesma forma, o poder estadunidense não se encontra em colapso, mas sim, tem perseguido seus interesses nacionais<sup>8</sup>, graças às desestabilizações sistêmicas, como exposto a seguir. Pois,

agora [...] as percepções que os interesses nacionais dos EUA estão mais claros em termos de curto prazo do que de longo, então, “realismo”, “unilateralismo” ou “domesticismo” na política dos EUA é agora muito mais evidente que o internacionalismo liberal (STRANGE, 1987, p 553).

Nesta pesquisa buscar-se-á contrastar os dois períodos do poder estadunidense no mercado internacional de petróleo: período de hegemonia norte-americana, de estabilidade nos preços e do fornecimento da *commodity*, bem como concessões por parte do *hegemon* em favor dos Estados exportadores, entre 1945-1973; e o período de expansão do poder estadunidense (ou, não-hegemônico), marcado por guerras, instabilidade no preço e no fornecimento da *commodity* e financeirização econômica (FIORI, 2004a).

## **2.2 O Paradoxo do Hiperpoder: as instabilidades sistêmicas como expansão do poder nacional**

José Luís Fiori (2004a) afirma a existência de uma liderança global – um *hegemon* – a qual se sujeita todos os outros agentes do Sistema Mundial. Entretanto, o autor entende que essa liderança, advinda ou não da tradição gramsciana, que conta com a anuência dos demais Estados à liderança exercida pelo poder hegemônico, só se dá em condições muito específicas: quando as Grandes Potências envolvidas no jogo político e econômico experimentaram

---

<sup>8</sup> Como apresentado no quinto capítulo, o fim do padrão ouro-dólar proporcionou aos EUA o uso de sua política monetária para objetivos puramente nacionais – como alavancar exportações, financiar os próprios déficits em conta corrente – (EICHENGREEN, 2000; SERRANO, 2004).



crescimento econômico, em complementaridade às disputas econômica e militar do *hegemon*, resultando em períodos de paz entre as potências.

No entanto, vale ressaltar que essa é uma posição de poder conquistada pelo *hegemon* a partir das disputas econômica e militar. Embora exerça também um papel funcional, são essas disputas que fazem o *hegemon* acumular poder no Sistema Internacional. Para o autor, tal hegemonia só existiu em dois momentos: entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973, com liderança inglesa e americana, respectivamente<sup>9</sup>.

Neste período [1945 a 1973], portanto, se pode dizer que os EUA expandiram seu poder político através da competição militar com a URSS, uma potência com quem não mantinham relações de complementariedade econômica, e que, portanto, poderia ser destruída em caso de necessidade, sem ônus para a economia dos EUA. E, ao mesmo tempo, os EUA expandiram sua riqueza através das relações econômicas complementares e dinâmicas, com competidores desarmados e incapazes de enfrentar militarmente os EUA. Uma fórmula absolutamente original, com relação à experiência histórica passada do sistema mundial, que acabou se transformando na chave do sucesso da hegemonia norte-americana, que durou duas décadas (FIORI, 2004b, p. 89).

A partir dos anos 1970, e mais claramente após a dissolução soviética, o mundo esteve sob a incontestada liderança dos EUA. Assim,

como propunha Kindleberger, durante esse período os Estados Unidos arbitraram isoladamente o sistema monetário internacional, promoveram ativamente a abertura e a desregulação das economias nacionais e o livre-comércio, incentivaram a convergência das políticas macroeconômicas e atuaram — pelo menos em parte — como *last resort lender* em todas as crises financeiras que abalaram o mundo dos negócios, mantendo, ao mesmo tempo, um poder incontestável nos planos industrial, tecnológico, militar, financeiro e cultural. Apesar de tudo isso, o mundo viveu nesse período uma conjuntura de grande instabilidade sistêmica, tanto no campo financeiro como no das relações político-militares (FIORI, 2005, p. 63).

Contudo, em troca, o terrorismo internacional surgiu e continuou a ser uma ameaça ao Ocidente; o número de intervenções militares dos EUA foram, entre 1991 e 2000, o triplo das intervenções ocorridas em toda a Guerra Fria somadas; crises econômicas eclodiram tanto no mundo desenvolvido, quanto no subdesenvolvido, ainda que os EUA concentram em suas mãos a excelência militar, cultural, econômica, monetária suficientes para cessar esses desequilíbrios (FIORI, 2004b).

---

<sup>9</sup> Para Strange (1987), no entanto, não há essa simetria entre o período de dominância inglesa e americana, sob o ponto de vista do poder estrutural.

Isto posto, o hiperpoder norte-americano frustrou as previsões teóricas de estabilidade após o fim da bipolaridade, não havendo paz ou estabilidade política e econômica no Sistema Internacional. Entretanto, a divergência econômica e política geradas ao longo dos anos 1970 entre EUA e as Grandes Potências, culminando no fim da URSS, transferiram para os EUA a primazia mundial nas esferas militar, monetária e financeira, como nunca antes na história capitalista (FIORI, 2004a).

Neste sentido, se pode concluir com toda segurança que os conceitos de “liderança” ou “hegemonia internacional” ajudam a compreender a estabilização e o funcionamento “normal” do Sistema Mundial, mas não dão conta das suas contradições e do desenvolvimento tendencial dos seus conflitos, que existem e se mantêm ativos, mesmo nos momentos de maior legitimidade e paz hegemônica (FIORI, 2004a, p.19).

Portanto, a tarefa intelectual de José Luís Fiori (2004a) é se propor a explicar, a partir da literatura histórica, como o poder e o *hegemon* se estruturam nos períodos “anormais” da história capitalista. Ou seja, de que maneira a eclosão de um período não-hegemônico, acompanhado de crises econômicas e guerras, resultou na expansão “quase-imperial” do *hegemon* capitalista no último quartel do século XX.

Para isso, o autor propõe o **Paradoxo do Hiperpoder**. Um paradoxo, pois o *hegemon* global subverte a lógica de proteção de seu poder hegemônico e age como um agente desestabilizador da hegemonia que conquistou – e dos compromissos e “amarras” que foram constituídos de forma a sustentar essa hegemonia – visando a expansão do seu poder dentro da economia-mundo. Isto é, a mesma compulsão expansiva que o alçou à condição de *hegemon* é que compele à destruição dessa condição, pois, para o autor, a competição militar e econômica tem um só objetivo: monopolizar as oportunidades de poder econômico e político (FIORI, 2004a; 2004b).

Portanto, o *hegemon* promove derrotas “transitórias”, mas incapazes de deter sua capacidade estratégica de ação no plano internacional e as situações de hegemonia em um sistema de Estados se tornam apenas um meio igualmente transitório para se atingir a conquista completa do mundo (FIORI, 2004a). Essa compreensão pressupõe o entendimento que a competição militar e econômica são o mecanismo de concentração de poder na economia-mundo capitalista, embora, após o fim da URSS, essa competição se dê com adversários que nunca chegarão

ao nível de poder dos EUA ou mesmo sejam rivais “criados” pelo próprio poder hegemônico. Isto posto, ainda que o objetivo do Estado hegemônico seja alcançado, é necessário que a competição continue a existir no Sistema Mundial, de forma a garantir a manutenção das suas posições monopólicas e, por consequência, o poder extraordinário do hiperpoder imperial.

Para Fiori (2004b), as crises dos anos 1970 não foram ao acaso, muito menos significavam a perda de poder político do *hegemon* sobre o Sistema, mas sim foram respostas conscientes e estratégicas ao projeto de destruição das instituições Bretton Woods e aos competidores econômicos e militares que surgiram a partir das concessões desse projeto<sup>10</sup>. Isto é, os compromissos assumidos em Bretton Woods geravam custos ao *hegemon* e enfraqueciam sua posição na hierarquia de poder. Seja pelos compromissos em si ou pelo fortalecimento dos adversários beneficiários do Sistema, para o *hegemon*, era necessário libertar-se das amarras econômicas e políticas, bem como enfraquecer esses adversários, de forma a reaver seu poder global. Assim, as crises dos anos 1970 significam, no limite, o resultado da “compulsão expansiva e da tendência destrutiva das potências hegemônicas na busca pelo poder global.” (FIORI, 2004b, p. 80). Nesse sentido, Strange (1994) e Fiori (2004b) identificam, cada qual a partir de seu trabalho teórico, que as crises dos anos 1970 marcam um descompasso na política de poder das Grandes Potências em direção ao poder absoluto dos EUA sobre seus concorrentes.

Mas somente em 1991 que o hiperpoder estadunidense pôde ordenar o mundo a partir do seu poder militar, tal como fez em 1945 em Hiroshima e Nagasaki. A estrondosa e incontestada vitória estadunidense na Primeira Guerra do Golfo organizou a hierarquia de poder mundial em direção a unipolaridade sob domínio norte-americano, pois agora, diferente de 1945, não havia mais um poder rival à altura de competir ou questionar os seus desejos e métodos. Por outro lado, o regime de câmbio flexível, acompanhado pela financeirização econômica, foram responsáveis pela acumulação de poder econômico dos EUA, uma vez que ofereciam ao emissor da moeda internacional o privilégio de controlar os balanços de pagamentos dos países de todo o mundo e financiar seus *déficits* em moeda

---

<sup>10</sup> O capítulo cinco, ao discutir o papel do “Jogo das Trocas” na conformação do poder estadunidense após o fim do Sistema de Bretton Woods, se aprofunda na forma como as instabilidades sistêmicas causadas pelo fim do padrão ouro-dólar, principalmente, foram importantes para que os EUA pudessem ampliar seu poder estrutural.

nacional, bem como as elites nacionais americanas e de seus clientes de movimentar seus capitais da forma mais lucrativa possível (FIORI, 2004b).

Sobre os movimentos para extensão do poder norte-americano, com o fim da URSS, Fiori (2004b, p. 93-94) resume:

Pouco a pouco, o sistema mundial foi deixando para trás um modelo “regulado” de governança global liderado pela “hegemonia benevolente” dos EUA, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais que hegemônicas. [...] a possibilidade de fazer guerras, à distância e sem perdas humanas, e o controle de uma moeda internacional sem padrão de referência que não seja o próprio poder do emissor, mudaram radicalmente a forma do exercício do poder americano sobre o mundo. Com a eliminação do poder de contestação soviético e com a ampliação do espaço desregulado da economia mundial de mercado, criou-se um novo tipo de território submetido à senhoriação do dólar e à velocidade de intervenção das suas forças militares.

Não obstante a transição para o modo de acumulação flexível seja entendida enquanto um momento não-hegemônico, Fiori (2004b) destaca o papel das ideologias “vigentes”, impostas ou não, como um dos instrumentos de fortalecimento do Estado hegemônico e da hierarquia no sistema, para que se evite o surgimento de potenciais concorrentes. Contudo, os países subalternizados visavam vencer essa condição de subdesenvolvimento econômico e político, a partir da afirmação da sua soberania nacional. Para isso, no período fordista, a “utopia” desenvolvimentismo capitalista era responsável por manter a “chama acesa” e a vassalagem desses países junto às elites capitalistas.

No entanto, essa chama foi cada vez mais se esvaindo, junto com a flexibilização do modo de acumulação, e o “o relógio deu volta para trás” em direção ao liberalismo smithiano estilizado para o novo modo de acumulação. Assim, a ideologia neoliberal passou a fazer parte do projeto de poder norte-americano, bem como a aderência/imposição a essa ideologia por parte dos Estados periféricos pelas Grandes Potências, a esperança de superação da condição de subdesenvolvimento (FIORI, 2004a; FIORI, 2004b). Entretanto, o verdadeiro beneficiário desse arranjo é o próprio *hegemon* capitalista, que gerencia as oportunidades dentro do Sistema de acordo com seus interesses próprios (STRANGE, 1994; FIORI 2004b).

O sucesso norte-americano em seguir em direção ao poder global, entretanto, conheceu seus limites ainda no século XXI. O resultado militar da guerra do Iraque, bem como a falha em impor seu projeto liberal-democrático no terceiro mundo e a

ascensão de nações que podem, potencialmente, competir com o poder norte-americano, demonstram que um império estadunidense não se avizinha. Por outro lado, não se trata de uma crise terminal do poder norte-americano, pois, por maiores que sejam as dificuldades a serem enfrentadas no novo século, o incomparável poder militar e econômico estadunidense permitem-nos afirmar que não é provável que seja mudado o arranjo de poder na economia política internacional no longo prazo (FIORI, 2004b).

Em síntese, o projeto do império mundial dos EUA está experimentando seus limites contraditórios depois da Guerra do Iraque e não é provável que possa se realizar plenamente porque, neste momento, cada uma das antigas Grandes Potências dedica-se a reafirmar seus espaços tradicionais de influência e a construir alianças que acabarão bloqueando ou limitando a expansão americana. Tudo indica que estas divergências tenderão a crescer mais do que diminuir (FIORI, 2004b, p. 106).

Esta pesquisa aplicou os resultados do estudo de José Luís Fiori para o mercado internacional de petróleo, pois entende-se, a partir da contribuição de Susan Strange (1994), que o mercado global de energia, dramaticamente afetado pelo descompasso de poder pós-1970 e pelas crises do petróleo, fez parte do projeto norte-americano de alcançar o poder global, a partir do predomínio militar e a flexibilização desse mercado. Por outro lado, a posição superior de poder relativo a esse mercado permitiu aos EUA fortalecerem seu projeto de poder com os petrodólares<sup>11</sup>, que inundaram o mercado financeiro recém-nascido e o fortaleceu em um momento decisivo para seu desenvolvimento e sucesso.

### **2.3 Os quatro pilares fundamentais do poder estatal: as contribuições de Susan Strange ao fundar a EPI enquanto metodologia de análise nas Relações Internacionais**

Em *States and Markets*, Strange busca se distanciar dos seus pares nas Ciências Sociais para trazer sua contribuição para a formação da Economia Política Internacional enquanto metodologia de pensamento. A proposta teórica de Susan Strange busca entender como a economia é usada como instrumento de conformação do sistema internacional em nível estrutural e, por consequência, suas

---

<sup>11</sup> O termo se refere aos dólares obtidos pelos países comercializadores de petróleo a partir do dos royalties pagos pelas empresas pela concessão negociada, posto que o mercado faz uso da moeda norte-americana em suas transações. O termo também pode representar a transferência de renda dos países importadores em direção aos exportadores.

interconexões, instituições e, naturalmente, os Estados que dele fazem parte (ALENCAR e NUNES, 2018; STRANGE, 1994). A autora propõe a necessidade da intersecção entre as ciências política e econômica, posto que, para a autora, há uma evidente “negligência mútua” entre os dois campos de estudo. Isso se dá, pois, Estado e mercado são codependentes, todavia, os teóricos políticos e os economistas ignoram esse fato. Assim sendo, nenhuma análise dos fenômenos internacionais que busque entender os aspectos estruturantes das Relações Internacionais pode se dar sem levar em conta a autoridade política e o mercado e suas idiosincrasias (STRANGE, 1994).

Um dos exemplos mais emblemáticos da “negligência mútua” foi a pouca importância dada pelos internacionalistas para o fim do padrão ouro-dólar fixo. Strange identifica que, naquele momento, “há um ritmo de mudança desigual no sistema político internacional em relação ao sistema econômico internacional” (ALENCAR e NUNES, 2018, p. 127) que não foi levado em conta com a importância devida pelos cientistas políticos e internacionalistas. Os pesquisadores desse campo estavam preocupados com os aspectos políticos, securitários e estratégicos relacionados à Guerra Fria e o entendimento dominante era que não se avizinhava a possibilidade da existência de um elemento de ordem no Sistema Internacional senão a bipolaridade<sup>12</sup> (STRANGE, 1994).

A lógica inerente do capitalismo permaneceu a mesma, contudo, os EUA passaram a ocupar uma posição de “privilegio exorbitante<sup>13</sup>” com o estabelecimento do padrão dólar-flexível, pois 1) puderam adotar uma política fiscal e monetária muito melhor direcionada aos seus interesses, em detrimento à manutenção das instituições de Bretton Woods; 2) forçou as nações capitalistas a usarem o dólar enquanto reserva internacional, posto que não poderiam mais recorrer ao ouro; 3) enfraqueceu moedas das economias mais frágeis; 4) possibilitou aos EUA financiar sua expansão militar contra a URSS (STRANGE, 1994; DUMÉNIL e LÉVY, 2005).

---

<sup>12</sup> Com a escalada da Guerra Fria, a corrente neorrealista saiu como “vencedora” dentre as Teorias das Relações Internacionais ao longo do século XX. Kenneth Waltz, maior expoente dessa corrente, entendia que o sistema bipolar era o mais estável, no longo termo, pois nele a interdependência entre as unidades era menor, que, para o autor, era associada à vulnerabilidade.

<sup>13</sup> Termo cunhado pelo general De Gaulle em referência aos EUA enquanto emissor da moeda mundial, fiador de última instância do sistema, garantidor da segurança dos países capitalistas (por meio de instituições e/ou de seu poder bélico *per se*) e principal regulador do modo de produção. Como exposto à frente, esses quatro elementos serão apontados por Strange (1994) como fundamentos do poder estrutural, justificando a opinião da autora a respeito da vantagem inexorável dos EUA frente aos concorrentes capitalistas.

A posição de hegemonia no bloco capitalista que ocupara durante todo o período fordista, com a mudança no modo de acumulação, os EUA garantiram a possibilidade de expandi-la ainda mais. Pode-se perceber que um fato econômico por excelência, não somente mudou (e conformou) fatores políticos do Sistema Internacional, mas sobretudo trata-se *per si* de uma decisão política (ALENCAR; NUNES, 2018). Desse modo, os EUA puderam moldar a Economia Política Internacional ao seu modo, gerenciando riscos e oportunidades, custos e benefícios aos Estados-nação, bem como seus grupos sociais, organizações e corporações, inseridas neste Sistema.

Contudo, a autora argumenta que não basta identificar quem tem o poder no Sistema Internacional, mas sim, a origem desse poder. Para essa tarefa ela entende que há dois tipos de poder exercidos na economia política: o poder relacional e o poder estrutural. O primeiro, trata-se do poder no sentido mais clássico realista, o poder que A exerce sobre B para que B faça algo que não faria, se não houvesse essa pressão (STRANGE, 1994). Por outro lado, há o poder estrutural, que no entendimento da autora, no jogo competitivo do Sistema Internacional, tem contado cada vez mais do que o poder relacional. Strange (1994, p. 24-25, tradução nossa) entende poder estrutural como

[...] o poder de conformar e determinar as estruturas da economia política global, dentro da qual outros estados, suas instituições políticas, seus negócios econômicos e (não menos importante) seus cientistas e outros profissionais devem operar. [...] Poder Estrutural, em resumo, confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de conformar os cenários nos quais os estados relacionam-se uns com os outros, relacionam-se com as pessoas ou relacionam-se com os negócios corporativos

O poder estrutural é menos “visível”, pois o detentor não impõe sua vontade de forma direta, mas modifica o leque de opções oferecidas aos outros agentes, aumentando o custo de oportunidade de algumas escolhas, abrindo oportunidades que outrora não existiriam sem a anuência dessa autoridade. Assim, torna-se possível moldar o comportamento dos agentes, sem, necessariamente, impor diretamente os seus interesses (STRANGE, 1994; ALENCAR e NUNES, 2018).

A autora alega que a linha entre poder econômico e político é tênue, como no episódio do fim do padrão ouro-dólar fixo citado. Assim, a distinção entre esses dois poderes, como duas esferas individuais, não oferece o poder explicativo que a

análise do ponto de vista estrutural (STRANGE, 1994). Alencar e Nunes (2018) vão além, afirmando que a proposta metodológica de Susan Strange busca compreender a intervenção de terceiros em todas as relações bilaterais de todos agentes do sistema, bem como a maneira que as coisas são feitas.

Nesse sentido, Strange funda mais do que uma análise teórica das relações econômico políticas a nível internacional, mas uma visão ontológica de como enxergar as relações entre agentes sociais, processos de tomada de decisões e suas capacidades de intervir e determinar esses processos dotados de uma racionalidade não linear e multicausal (ALENCAR e NUNES, 2018, p.128-129).

Contudo, diferentemente da concepção marxista da dialética entre superestrutura e infraestrutura, a autora inglesa compreende que há quatro estruturas distintas, mas relacionadas entre si, das quais origina-se o poder estrutural. São elas: estruturas de segurança, produção, finanças e conhecimento (ALENCAR e NUNES, 2018)

Portanto, poder estrutural recai sobre aqueles em posição de exercer controle sobre (i.e para ameaçar ou preservar) a segurança das pessoas, especialmente da violência. Ele também recai sobre aqueles habilitados para decidir e controlar a maneira ou o modo de produção de bens e serviços para sobrevivência. Terceiro lugar, recai – ao menos em todas as economias avançadas, mesmo se capitalistas estatais, liberais ou um mix das duas – com aqueles habilitados para controlar o suprimento e distribuição de crédito. Em quarto e último lugar, o poder estrutural também pode ser exercido por aqueles que possuem o conhecimento, quem pode total ou parcialmente limitar ou decidir os termos de acesso do conhecimento (STRANGE, 1994, p.26, tradução nossa).

Partindo do pressuposto realista de um Sistema Internacional anárquico e que a sobrevivência e a autoajuda são os princípios norteadores das Relações Internacionais, conclui-se que a estrutura de segurança pode ser entendida pelo sucesso na sobrevivência do Estado inserido nesse Sistema, a partir de uma abordagem realista das RI. Contudo esta não é a proposta de Strange (1994), pois a autora leva em conta o Sistema Internacional do ponto de vista da EPI. Desse modo, a estrutura de segurança também deve compreender empresas, indivíduos, sociedade civil e todas as questões concernentes à sobrevivência desses, o que torna a compreensão da estrutura securitária ainda mais complexa. Inclusive, levando em consideração a insegurança causada por agência humana, naturalmente, e a causada por desastres naturais.



Instabilidades estruturais<sup>14</sup> na Segurança internacional podem ser originadas quando um agente de menor poder relativo extrapola os limites impostos pelo agente de maior poder ou meramente pela incapacidade de convivência, tacitamente ou não, entre duas autoridades, posto que são soberanas e possuem ambas o direito do uso da força<sup>15</sup> (STRANGE, 1994).

Para a autora inglesa, um dos maiores desafios para a economia mundial é lidar com a possibilidade dos *police-makers* não serem capazes de prover a segurança (física, social, contratual) necessária. Por outro lado, a autora compreende também que a autoridade provedora dessa segurança pode determinar o leque de opções disponíveis para os outros agentes do Sistema, pois

em se exercendo esse poder, os provedores de segurança podem acidentalmente adquirir para si vantagens especiais na produção, ou no consumo de riquezas e direitos especiais (ou privilégios) nas relações sociais[...] Então, a segurança inevitavelmente tem um impacto no *who-gets-what* econômico. Isso não pode ser deixado de lado” (STRANGE, 1994, p. 45, tradução nossa).

Strange entende que, com o passar do tempo, tem sido mais valioso aos *policy-makers* a rejeição à guerra pois 1) as armas de destruição em massa mudaram o ímpeto dos países à guerra e 2) os governos passaram a dar mais valor aos incrementos econômicos que os períodos de paz podem agregar – tanto em investimentos públicos quanto em IDE – e seus frutos políticos<sup>16</sup> (STRANGE, 1994).

A estrutura produtiva é a responsável pela geração de riquezas e capital dentro de um sistema político-econômico e que sustém uma sociedade organizada – e todas as estruturas de poder que dela emergem: para a compra de material bélico,

---

<sup>14</sup> Strange (1994) reconhece a possibilidade de instabilidades estruturais, mas não enquanto sinais de uma transição hegemônica.

<sup>15</sup> Nos próximos capítulos, discutir-se-á mais a fundo o caráter da presença dos EUA no Oriente Médio almejando a defesa do seu próprio acesso ao petróleo da região. Uma das maneiras mais eficazes que os EUA utilizaram para esse fim foi por meio da estrutura de segurança: desestabilizando a correlação de forças regionais e fortalecendo aliados (e.g. Israel, Irã, Arábia Saudita) ou agindo diretamente – *boots on the ground* – como no caso do Kuwait, em 1991. A sua incomparável força militar – por conseguinte, poder na estrutura securitária – possibilitou aos EUA defender seus interesses sem, necessariamente, entrar em um conflito armado diretamente com os países importadores, sob o risco de interromper o fluxo de petróleo.

<sup>16</sup> Ainda que reconhecendo a qualidade do trabalho de Strange (1994) nesse livro, não podemos deixar de destacar o caráter colonialista em toda a obra, em especial, ao associar os países subdesenvolvidos à guerra. Deixamos claro que discordamos dessa concepção da autora, pois entendemos, assim como Lênin (2011) e Garcia (2010), que, por serem industrializados, os países tendem a ser mais conflituosos, em busca de recursos naturais, influência, defesa de seus interesses ou simplesmente o desejo de expandir ainda mais sua riqueza, ainda que esses conflitos sejam indiretos e/ou na periferia do Sistema Internacional.

investimento em universidades, geração de crédito ou para a própria sustentação do modo de produção (D-M-D'). Há uma correlação positiva entre a força da estrutura de produção e o poder de um Estado: não é ao acaso que, via de regra, os Estados mais ricos também são os que possuem exércitos mais poderosos, concentram a geração e manutenção do conhecimento e são os maiores emprestadores da economia mundial (STRANGE, 1994).

Strange (1994, p. 64, tradução nossa) caracteriza essa estrutura de poder como “a soma de todos os arranjos que determinam o que é produzido, por quem, para quem, por quais métodos e termos”. Entende-se, dessa forma, que a proposta da autora não se propõe a discutir somente qual país tem maior força produtiva ou que gera mais valor a partir de sua cadeia produtiva, mas sim, entender quais as determinantes – e quem as cria – que moldam toda a estrutura produtiva. Ou seja, uma discussão a respeito do modo de produção.

A classe capaz de conformar o modo de produção em curso – estruturalmente – pode utilizar-se desta prerrogativa no sentido de consolidar-se enquanto classe dominante, visto que “todas as sociedades organizadas são construídas sob a estrutura de produção, na riqueza produzida pelo trabalho das pessoas” (STRANGE, 1994, p. 64, tradução nossa), expandindo seu poder político e seu domínio *vis-à-vis* os estratos subalternos do Sistema. Assim, atua oferecendo oportunidades ou dificuldades aos seus pares, estabelecendo instituições, que interferem diretamente no desempenho produtivo dos agentes do Sistema – e anabolizando o seu próprio – ou até mesmo alterando todas as regras outrora estabelecidas por esse *hegemon*<sup>17</sup> (STRANGE, 1994).

Já a terceira “faceta” do poder estrutural são as finanças, segundo Strange (1994). Isso se dá, segundo a autora, pois em economias avançadas os capitalistas não precisam da acumulação de capital *ante* para gerar riquezas, já que são capazes de gerá-las a partir de crédito. Desde o século XIX, nenhuma economia avançada pôde ser funcional sem um sistema bancário forte financiando a indústria e o comércio. Isso impacta diretamente e indiretamente todas as outras estruturas, pois crédito, diferentemente de capital, pode ser – e é – criado pelos Estados e os bancos a ele associados e, por conseguinte,

---

<sup>17</sup> Desse modo, Strange reconhece, no mesmo sentido de J. L. Fiori e M. C. Tavares, que até mesmo as instabilidades geradas no modo de produção, e.g. a crise decorrente do fim do padrão ouro-dólar fixo, também fazem parte da política de consolidação e expansão de poder da potência dominante. Ver também Strange (1987).

“O poder para permitir ou negar a outros agentes a possibilidade de se gastar hoje e retornar amanhã, o poder de deixá-los exercer poder de compra e então influenciar a esfera de produção, e também o poder de controlar ou descontrolar a moeda em que esse crédito é denominado, assim, afetando as taxas de câmbio do crédito cedido em outras moedas” (STRANGE, 1994, p. 90, tradução nossa).

Assim, não somente a criação de crédito, mas também as taxas de câmbio – e seus impactos na economia real – são influenciadas pela estrutura financeira.

Strange (1994) entende que em sociedades materialistas, o crédito circulante de maneira constante e confiável age de forma a renovar e oxigenar todas as partes da economia, permitindo fortalecer a estrutura de segurança, de conhecimento e de produção sem, necessariamente, contar uma economia anabolizada. Contudo, esse poder de criar crédito não é discricionário, depende da validação dos outros agentes do Sistema, apesar de ser um mercado fortemente globalizado.

O país emissor da moeda internacional tem um poder “desproporcional” ante aos seus adversários, pois pode financiar sua dívida (crédito) com o seu próprio dinheiro. O fim do padrão ouro-dólar fixo foi uma decisão com resultados essencialmente políticos, pois, com a possibilidade de incorrer em déficits constantes, ofereceu ganhos políticos ao governo dos EUA (política fiscal e monetária muito mais frouxa). Portanto, entender quem controla a disponibilidade de crédito numa EPI, bem como quem detém o poder de controlar e manipular as taxas de câmbio em todo o mundo é primordial para entender quem detém o poder nesta estrutura (STRANGE, 1994; FIORI, 2004).

Por fim, a autora reconhece que, ainda que primordial para a estruturação do poder na EPI, ainda assim, a liberalização financeira pode ampliar o risco de instabilidades econômicas. Se por um lado, sua flexibilidade resulta em ganhos de eficiência, por outro lado, o capital financeiro é altamente avesso ao risco e, com a mesma velocidade que agrega à uma economia, ele pode desagregá-la, levando a crises econômicas que se espraiam para as outras estruturas, minando o poder desse agente (STRANGE, 1994).

O quarto e último alicerce do poder estrutural, para Strange (1994), é o conhecimento<sup>18</sup>. O poder na estrutura de conhecimento busca, em resumo, todo o

---

<sup>18</sup> Aqui Susan Strange deixa mais evidente sua vinculação com a obra de Antônio Gramsci, que, para além de levar em conta o materialismo histórico-dialético enquanto método, preocupa-se

conjunto de crenças e percepções compartilhadas visadas a construir consensos intersubjetivos através da cessão/reconhecimento da autoridade e o reconhecimento do papel desempenhado por essa autoridade ao agir na forma que esse conhecimento é transmitido – ou não. Talvez seja essa a estrutura mais difícil de ser reconhecida, dado o seu caráter imaterial e o poder que dela deriva ser difuso, ainda mais pois esse poder se manifesta, não na cessão ou compartilhamento desse poder dentre os agentes do Sistema, mas sim na restrição.

Assim sendo, a classe capaz de conformar a estrutura do conhecimento pode gerir os custos de oportunidade para se obter esse conhecimento, como, por exemplo, a criação e defesa de patentes ou o investimento em captação de cérebros em outros países, bem como conformar os padrões, crenças, princípios socialmente aceitos e aqueles que são rejeitados.

Strange (1994) entende ainda que o uso mais importante da estrutura de conhecimento na formação do poder (estrutural e/ou relacional) é o desenvolvimento, domínio, cessão e uso da tecnologia. A tecnologia é capaz de fortalecer todas as outras estruturas, oferecendo novos artefatos de segurança, bens de consumo, métodos de produção (do próprio conhecimento, inclusive), melhoramentos na produtividade agrícola. O Estado capaz de produzir novas tecnologias consegue ampliar significativamente seu poder frente aos seus pares no Sistema Internacional.

Assim, o poder, de não somente agredir com mísseis nucleares intercontinentais, mas de tornar os seus aliados dependentes de sua proteção, cristalizado pela OTAN, faz da estrutura de segurança dos EUA assimétrica diante de qualquer adversário. De forma semelhante, a estrutura de produção é dominada por empresas 1) que produzem nos EUA ou 2) que têm seu processo decisório centrado nos EUA. Assim, mesmo que não produzam no território estadunidense, “o modo como as coisas são produzidas, por quem, para quem” continuam centrado na líder capitalista (STRANGE, 1987).

Outra estrutura na qual os EUA dominam e exercem seu poder estrutural é nas finanças – ou seja, no poder de criar ou não crédito. Nesse aspecto o “privilégio exorbitante” fica mais evidente, pois sendo emissor da moeda internacional, além de incorrer em déficits sem enfraquecer sua economia, os EUA podem emprestar

---

especialmente com o poder da ideologia da classe capitalista, especialmente ao tratar do espraiamento do fascismo italiano na primeira metade do séc. XX.

dólares para equilibrar as contas públicas de seus parceiros e tê-los vinculados pela dívida externa ou ainda permitir que seus bancos o façam. Esse é um poder inigualável, que só cabe ao emissor da moeda internacional (STRANGE, 1987).

Se conhecimento é poder, o fato de os EUA ter a primazia do desenvolvimento técnico-científico, bem como os meios de acesso ao conhecimento, demonstra seu poder estrutural a nível global. Uma das áreas que cristaliza o poder estadunidense é o complexo técnico-militar norte-americano, que proporciona um efeito de transbordamento do seu desenvolvimento tecnológico para a sociedade norte-americana, além de aprimorar a estrutura de segurança, fornecendo artefatos mais eficazes para o efetivo norte-americano e de aliados (STRANGE, 1987).

Entende-se que a teoria do poder estrutural demonstra que os EUA e suas companhias, enquanto representantes do poder estadunidense, não perderam poder no sistema. Pode-se mudar a forma como esse poder é exercido, ou as relações de poder entre os agentes. Mas, analisando do ponto de vista das quatro estruturas justapostas, Strange (1987) conclui que o poder estadunidense não decaiu e não há essa tendência para o futuro.

### **2.3.1 Os pilares secundários do poder estrutural: como a energia sustém o poder estrutural na Economia Política Internacional e o conceito de segurança energética aplicado às Relações Internacionais**

Strange (1994) elenca em seu livro quatro outras estruturas do poder derivadas daquelas abordadas na seção anterior, mas com reflexos mais específicos na política internacional. São elas: sistema de transportes; bem-estar social; comércio; e energia. Todavia, apesar de reconhecer esses temas como derivações de sua teoria, com vistas de exemplificá-la inserindo-a no contexto da EPI, a autora reconhece que a estrutura energética possui um papel essencial para o estabelecimento de um Estado como *hegemon*, posto que todas as outras estruturas dependem, direta ou indiretamente, da disponibilidade segura e constante de energia.

Indústrias de base em qualquer economia moderna – aço, químicos, engenharia – todas precisam de grande quantidade de energia, mesmo se originária do petróleo, carvão, gás natural ou energia nuclear. Nenhuma economia moderna funciona sem transportes. Estradas, ferrovias, mar e transportes aéreos, todos são altamente dependentes de energia. E quando acontece uma interrupção no suprimento de energia para casas e fábricas,

uma sociedade moderna chega a um estado de paralisação (STRANGE, 1994, p. 190, tradução nossa).

Isto posto, o tema se tornou assunto da mais alta política, a energia foi um importante ponto de virada ainda na Primeira Guerra, quando W. Churchill trocou o combustível da Marinha Real do “confiável” carvão mineral galês para o “incerto” petróleo pérsico – mais fácil de armazenar e transportar – cuja oferta era acessível, no norte da África (STRANGE 1994; YERGIN, 1993). Ainda que sejam conhecidas suas propriedades energéticas desde o século XIX, somente na virada para a segunda metade do século XX é que o petróleo passou a ser a fonte de energia mais importante mundo afora, desbancando o “rei carvão” (YERGIN, 1993). Para Daniel Yergin (1993, p. 563), algumas das justificativas para essa mudança eram porquê

O petróleo era abundante. Era ambientalmente mais atrativo, mais fácil e cômodo de administrar. Além disso, o petróleo tornou-se mais barato que o carvão, o que se mostrou a mais desejável e decisiva entre todas as suas características. O seu uso representa uma vantagem competitiva para as indústrias de uso intenso de energia. Dava vantagem competitiva também aos países que o adotavam como fonte de energia.

Junto a isso, o petróleo foi responsável por revolucionar a indústria química, a petroquímica, popularizando o consumo de plástico e derivados do petróleo que se proliferaram ao longo do século XX (YERGIN, 1993).

Esses são alguns dos exemplos das maneiras como a oferta de energia – ou a falta dela – impactam os destinos de uma nação. Assim sendo, partindo da concepção dos pilares que sustentam o poder hegemônico, explicitar como a estrutura energética se correlaciona para o desenvolvimento de cada um desses pilares, tornará possível entender como a energia colabora para a estruturação do poder num sentido mais amplo, objetivo deste capítulo.

O estabelecimento do Cartel das Sete Irmãs, deu a entender para o mundo que a oferta de petróleo seria constante, barata e, possivelmente, infindável. Concomitantemente, o consumo de energia total mundial triplicou entre o final dos anos 1940 e o início da década de 1970. O fordismo como expressão do modo de produção vigente, somado ao Estado de Bem-Estar Social, impuseram um alto padrão de vida nos países desenvolvidos. Já entre os países subdesenvolvidos, os Estados buscavam se estabelecer enquanto participantes do sistema capitalista e da

DIT para obter incrementos em suas rendas a partir das possibilidades que o Sistema os oferecia<sup>19</sup>. Para todo esse arranjo criado, é essencial que se tenha uma disponibilidade de energia que o sustente (YERGIN, 1993).

Entretanto, essa dependência de energia impôs um desafio para a estrutura de segurança, pois um cenário de insegurança energética impunha sérios riscos à sobrevivência do Estado não somente em sua política de defesa, bem como suas aspirações e possibilidades nacionais e internacionais. O conceito clássico de segurança energética – disponibilidade suficiente e previsível de recursos energéticos a um preço acessível – não parece suficiente para compreender as idiosincrasias inerentes ao mercado de petróleo (STRANGE, 1994; YERGIN, 2005) Todavia, não há uma resposta única para essa necessidade.

As lições da Segunda Guerra Mundial, a crescente influência do petróleo na economia e a dimensão dos recursos do Oriente Médio serviam para definir, no contexto inicial da Guerra Fria com a União Soviética, a manutenção do acesso ao petróleo como elemento vital para a segurança da América, Grã-Bretanha e da Europa. O petróleo se consistia no ponto de convergência para a política externa, as considerações de economia internacional, a segurança nacional e os interesses corporativos (YERGIN, 1993, p. 419).

O princípio deixado por Winston Churchill é que a segurança energética é garantida, sobretudo, por diversificação na oferta. Essa afirmação não deixa de ser verdadeira, mas explicita somente uma estreita parte de um sistema complexo, globalizado, integrado e flexível. Nesse sentido, a respeito da política de segurança energética dos EUA, Yergin (2005, p. 25, tradução nossa) adiciona:

De fato, o próprio conceito de “segurança energética” está tomando dimensões mais amplas [...] Agora ele se estende a toda a infraestrutura de energia que suporta tanto a economia americana quanto global – plataformas *offshore* e oleodutos e tanques tanto quanto refinarias, instalações de armazenamento, linhas de transmissão e sistemas de distribuição.

A resposta do autor para a condição de insegurança energética é por meio de um aumento na integração e cooperação entre os Estados e suas políticas energéticas de forma a obter uma pronta resposta às crises de energia. O autor propõe outros três “princípios” que são: resiliência, por meio da criação de uma “margem de segurança” dentro do mercado global de energia para responder às crises;

---

<sup>19</sup> O desenvolvimentismo capitalista ou o socialismo eram as “utopias” que mantinham acesas as chamas da superação do subdesenvolvimento, de parte a parte, na Guerra Fria (YERGIN, 1993).

reconhecer que há somente um mercado de energia, altamente integrado, para todos os agentes; informações de qualidade disponíveis para todos os operadores desse mercado (YERGIN, 2005).

Elkind (2010), por outro lado, entende que o estilo de vida e economia fundamentados no consumo excessivo de energia e dependente das importações, que foi disseminado ao longo do século XX, não deve mudar no curto prazo. Contudo, a emergência climática nos convida a uma visão mais ampla do que a proposta de Yergin, que leva em consideração a sustentabilidade ambiental e uma transição energética nacional limpa, que, ao fim e ao cabo, poderia mitigar a dependência externa de energia.

Embora as concepções contemporâneas da segurança energética versem sobre novos paradigmas da segurança energética, as literaturas e documentos que constituem esta pesquisa deixam claro que a cerne da política externa para energia dos EUA estava centrada na concepção clássica de segurança energética, ou seja buscavam disponibilidade suficiente e previsível de energia a um preço acessível. Diferentemente do que Yergin (2005) propõe, a literatura mostra que os EUA não buscavam ou buscam cooperação e integração junto aos seus pares no Sistema Internacional, pelo contrário, faz uso de ações unilaterais – em guerras econômicas e militares – de forma a impor sua vontade, abrir os mercados e garantir a oferta de energia essencial para afirmação do seu poder (BRAGAGLIA, 2017; FUSER, 2008; KLARE, 2007).

No entanto, independentemente da forma que se pense segurança e interesse nacional, não se colocando em perspectiva a dimensão energética e as interações entre essas dimensões, demonstra-se uma visão estreita demais para um objeto de tamanha importância (YERGIN, 1993). Ademais, uma estrutura de segurança forte pode garantir ao Estado benefícios no *who-gets-what* do mercado energético. Por vezes isso significou a presença do exército nacional no estrangeiro – *boots on the ground*. Para Strange (1994), contudo, o entendimento a respeito da estrutura de segurança precisava extrapolar os elementos bélicos da tradição realista, e os Choques da década de 1970 impuseram essa lição, especialmente aos EUA .

O desenvolvimento industrial europeu nos séculos XVIII e XIX se estabeleceu, em termos geográficos, em torno das fontes de energia disponíveis. Naquele momento, as minas de carvão mineral abasteciam a maioria absoluta da demanda



de energia europeia. Ou seja, países com maior produção de carvão, puderam se industrializar e gerar maiores incrementos em sua renda que países que não detinham esse fator de produção à disposição (STRANGE, 1994). Com a ascensão do petróleo enquanto principal fonte de energia mundial, na primeira metade do séc. XX, essa noção pouco mudou, mas agora os auspícios que o petróleo “inexorável” trouxe ao mundo capitalista gestou consigo a cultura do consumo extensivo do petróleo e seus subprodutos, cristalizado na popularização dos automóveis, o consumo em massa e do *American Way of Life* (YERGIN, 1993).

O fluxo inexorável de petróleo transformava tudo em sua passagem. Em nenhum outro lugar essa transformação foi mais dramática do que na paisagem americana. A abundância de petróleo gerou a proliferação dos automóveis, que por sua vez gerou um novo estilo de vida. Esta foi sem dúvida a Era do Homem Hidrocarboneto (YERGIN, 1993, p. 517).

Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar como a manipulação do modo de acumulação por parte do *hegemon* global foi responsável por influir nos destinos do mercado de petróleo. Contudo, via contrária também é igualmente verdadeira, a manipulação da oferta de petróleo por parte dos países exportadores também pode influenciar toda a estrutura financeira. Foi a lição dada pelos produtores ao mundo capitalista nos choques dos década de 1970. Os vertiginosos aumentos dos preços do petróleo geraram dois efeitos na economia global: 1) gerou uma inflação generalizada no mundo capitalista, posto que o petróleo compunha – e ainda compõe – uma parte significativa dos preços; 2) inundou o mercado de capitais com petrodólares, o que susteve o seu funcionamento posta a crise mundial imposta pelo fim do padrão ouro-dólar fixo (BRAGAGLIA, 2017). Uma das várias respostas estadunidenses ao desafio imposto à sua hegemonia e segurança foi também por meio das finanças, desvalorizando ainda mais sua moeda, o que enfraqueceu as frágeis economias dos países exportadores (YERGIN, 1993).

A estrutura do conhecimento também foi modificada intensamente pela “enxurrada” de petróleo promovida ao longo do século XX, além do já citado desenvolvimento da indústria petroquímica, o caráter finito da *commodity*, assim como as inseguranças por parte da oferta, induziu aos países desenvolvidos a buscar novas alternativas para o petróleo. Assim se desenvolveram os

conhecimentos em fontes energéticas alternativas, tais como: nuclear<sup>20</sup>, hidrelétrica, solar e eólica. Por outro lado, cada vez mais pesquisadores eram recrutados a elaborarem estudos em buscas de novas reservas de petróleo, a fim de expandir a oferta mundial de energia. Entretanto, cabe ressaltar que esse conhecimento foi gerado e restrito, em sua grande maioria, entre as Grandes Potências. No Sul Global iniciativas de substituição energética eram circunstanciais, apesar de haver grandes casos de sucesso, como a Petrobrás (STRANGE, 1994).

Desse modo fica evidente a afirmação de Susan Strange que a estrutura energética possui um caráter fundamental para um Estado que busca ser hegemônico na EPI, posto que a subestrutura de energia é que permite que todas as outras estruturas<sup>21</sup> existam e se desenvolvam. Assim sendo, se demonstrou essencial para o *hegemon* exercer seu poder estrutural nesse mercado, controlando, moldando ao seu benefício, a forma como se transaciona a energia, bem como as relações entre Estados Nacionais, mercados e companhias. Ainda que haja desafios ao seu poder – como houve – o poder estrutural permite ao *hegemon* readaptar as regras de negócio para readaptar o mercado aos seus interesses (STRANGE, 1994).

No próximo capítulo, far-se-á uma caracterização do mercado internacional de petróleo e retomada histórica, perpassando os momentos de 1) construção da hegemonia norte-americana sobre a *commodity*, entre 1945 e 1973; 2) os dois choques petrolíferos, em 1973 e 1979; e 3) a consolidação do novo mercado internacional de petróleo, sob o domínio das finanças.

---

<sup>20</sup> Os estudos a respeito da exploração e manipulação energia nuclear são anteriores ao surgimento do petróleo como principal fonte de energia, contudo, durante muito tempo eram restritos ao uso bélico.

<sup>21</sup> As “estruturas secundárias” também são dependentes da disponibilidade constante e segura de energia. Aviões com propulsão à jato, navios transatlânticos, comércio internacional, bem-estar social, nenhum desses elementos das estruturas secundárias mantém-se sem a energia, ainda que indiretamente vinculados ao petróleo (STRANGE, 1993)

### 3. REVISÃO HISTÓRICA

Ao longo de toda a história narrada a seguir, um mesmo princípio perpassa e norteia os interesses dos EUA para a sua política externa para a energia: oferta e preços estáveis. Caracterizar-se-á a organização do mercado de petróleo pós-Segunda Guerra e como suas idiossincrasias corroboraram para refundar o modo de vida estadunidense. Da mesma maneira, a dinâmica de mudanças constantes na política de extração e comércio petrolíferos significou uma perda momentânea da hegemonia dos EUA nesse mercado, atingindo seu ápice na década de 1970. Por fim, será demonstrado como se construiu o novo desenho do mercado de petróleo, em contraste com os modelos imediatamente anteriores, sob o poder das finanças (BRAGAGLIA, 2017).

#### 3.1 A era das concessões: formação da hegemonia dos EUA sobre o petróleo (1945-1973)

Se a Primeira Grande Guerra demonstrou ao Sistema Internacional o quão decisivo o petróleo era como um elemento estratégico militar, para além do uso civil, ela também foi responsável por fazer do comércio internacional de petróleo, dominado pelas empresas petrolíferas, um assunto de Estado e objeto da Política Internacional<sup>22</sup> (BRAGAGLIA, 2017). Potências como Inglaterra e França, utilizavam-se de sua herança colonial para envolver-se na política de exploração de petróleo no OM. Contudo, a mudança do eixo de exercício da hegemonia no Ocidente evidenciava a ascensão dos EUA em detrimento das nações europeias e tal cenário refletia-se na política de exploração e comércio do petróleo mundial. Muito embora a influência inglesa fosse considerável nos primeiros anos pós-Segunda Guerra, pois ainda detinha muitos campos de exploração na região, fruto dessa herança colonial (FUSER, 2008; YERGIN, 1993).

Já no fim da Segunda Guerra impôs-se uma necessidade de reordenamento do mercado internacional de petróleo e, a entrada dos EUA na Guerra interferiu diretamente no reconhecimento do Oriente Médio enquanto objeto de disputa da política externa estadunidense. Anteriormente, a região contava com a completa

---

<sup>22</sup> Destaca-se a vantagem competitiva que o petróleo do Oriente Médio conferiu à armada britânica na Primeira Guerra. Esse princípio se espalhou dentre todas as Grande Potências do concerto europeu, especialmente às que detinham empresas petrolíferas, que se lançaram, junto à Grã-Bretanha, em direção ao petróleo pérsico (BRAGAGLIA, 2017).

indiferença norte-americana, posta a sua posição de produtor de primeira ordem para o mundo capitalista. O ponto de virada se deu, pois, além do aspecto securitário-estratégico e poder nacional conferido pelo petróleo em oferta abundante, os EUA perceberam que a posição de exportador de petróleo era transitória e que o caráter finito da *commodity* impunha-se à realidade, crescendo um temor pela escassez. Por outro lado, era imperativo aos norte-americanos impedir que a URSS pudesse controlar a torneira global do petróleo, o que viria a ser uma vantagem sobremaneira nos termos da Guerra Fria (FUSER, 2008; YERGIN 1993).

Contudo, ao sinalizar seu interesse em participar da política do petróleo através da criação da estatal *Petroleum Reserves Corporation*, em 1943, o governo estadunidense teve de enfrentar uma “raivosa” oposição de sua forte indústria petrolífera nacional. Nenhuma das grandes companhias<sup>23</sup> tinha interesse no governo envolvido com as decisões estratégicas e de mercado da extração do petróleo. Em contraste, as Grandes Potências europeias contavam com empresas estatais ou mistas – ou, ainda que privadas, com forte ingerência governamental, como a Shell (YERGIN, 1993).

Assim sendo, coube aos EUA promoverem sua inserção no Golfo Pérsico por meio das suas empresas privadas, oferecendo apoio militar, diplomático e econômico para que a presença dessas companhias no Golfo significasse os próprios Estados Unidos naqueles países (BRAGAGLIA, 2017). Para o governo norte-americano não importava qual companhia exploraria o petróleo pérsico, contanto que fosse americana. Dessa maneira, entrelaçando interesses públicos, privados, comerciais e estratégicos (YERGIN, 1993).

Assim, as companhias petrolíferas internacionais estadunidenses funcionavam como verdadeiras embaixadoras da vontade norte-americana no exterior e daí em diante o governo dos EUA se mostrou verdadeira e abertamente engajado na defesa dos interesses e dos negócios petrolíferos que lhes aprovessem, não restritos às companhias que costumavam compor a Standard Oil (BRAGAGLIA, 2017, p.103).

---

<sup>23</sup> Até a segunda metade dos anos 1950, o mercado mundial de petróleo (excetuando-se China, Canadá e URSS) era dominado por um grupo de companhias petrolíferas multinacionais anglo-americanas conhecido por Cartel das Sete Irmãs (formado por Royal Dutch Shell, Anglo-Persian Oil Company (APOC), Esso, Standard Oil of New York (Socony), Texaco, Standard Oil of California (Socal) and Gulf Oil). Essas companhias controlavam toda a cadeia de produção, das operações *upstream* (como extração, desenvolvimento e produção de petróleo) como *downstream operations* (transporte, refino, revenda e marketing) (FATTOUH, 2011).

O primeiro dos grandes contratos de concessão, que marcou a entrada oficial dos EUA no mercado global de petróleo em 1945, foi por meio da Aramco (*Arabian-American Oil Company*), uma *joint-venture* de quatro empresas<sup>24</sup> – todas norte-americanas – junto ao reino da Arábia Saudita e seu extraordinário montante em petróleo.

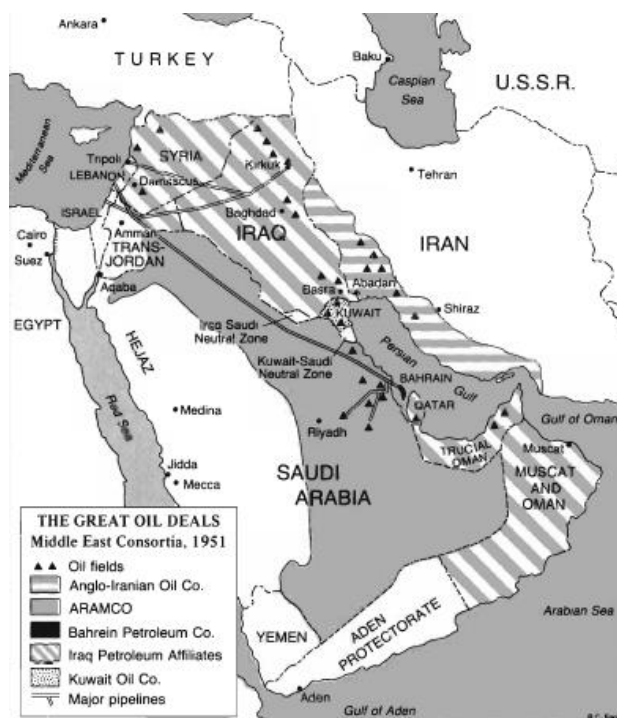
No dia seguinte, coincidentemente, a Doutrina Truman lançava as bases pelas quais a geopolítica de contenção soviética operaria na Guerra Fria. No Oriente Médio, a chamada “camada norte”, composta por Irã e Turquia, eram as barreiras para a contenção soviética na região (YERGIN, 1993). Yergin (1993, p. 438) continua: “O expansionismo soviético [...] trouxe o Oriente Médio para o centro do palco. Para os EUA, os recursos de petróleo na região constituíam-se em interesse não menos vital do que a independência da Europa Ocidental”. A política de “contenção universal” evitaria um “efeito dominó” promovido pelo comunismo internacional que, segundo Washington, levaria todo o Oriente Médio e a camada Norte da África à órbita soviética (FUSER, 2008).

O mapa constante na Figura 1 ilustra a construção desse “cinturão” de concessões petrolíferas anglo-americanas – junto com todo o aparato político, econômico e, sobretudo, militar que garantisse a exploração livre do petróleo na região – cercando o Golfo Pérsico e contendo o expansionismo soviético à região do Mar Cáspio. Isto é, nos termos da Guerra Fria, os contratos de concessão não significavam apenas a garantia do fluxo de petróleo para os países importadores, mas também eram um “muro americano” de restrição do poder e influência soviética no mundo.

---

<sup>24</sup> São elas Socony (*Standard Oil Company of New York*), Texaco, Socal (*Standard Oil Company of California*) e a Jersey (*Standard Oil Company of New Jersey*).

**Figura 1 - Mapa de Concessões das *Majors* no Golfo Pérsico (1951)**



Fonte: YERGIN, 1991

Em seguida, o Irã entrou na zona de influência norte-americana com os contratos de longo termo entre a AIOC (*Anglo Iranian Oil Company*) e as gigantes Jersey e Socony. Do mesmo modo, o Kuwait, com o consórcio anglo-americano das gigantes Gulf Oil e Royal Dutch-Shell, pavimentou a relação de proximidade entre os interesses ingleses e norte-americanos nos assuntos concernentes ao petróleo pérsico (YERGIN, 1993).

Com a conclusão dos três gigantescos acordos – Aramco, Gulf-Shell e os contratos iranianos de longo termo -, os mecanismos, capital e sistemas mercadológicos estavam a postos para transportar imensas quantidades de petróleo do Oriente Médio para o mercado Europeu. O “centro de gravidade” do petróleo no mundo pós-guerra – não só para as companhias de petróleo mas também para as nações do Ocidente – estava deslocando-se indiscutivelmente para o Oriente Médio. As consequências seriam significativas para todos os envolvidos (YERGIN, 1993, p. 432).

Um dos principais beneficiários desse inexorável fluxo foi a Europa. Se o fluxo de dólares do Plano Marshall foi essencial para garantir a recuperação econômica, o petróleo pérsico foi essencial para a demanda adicional da reconstrução de todo um continente devastado pela Guerra, em crise e sob a mira do comunismo

internacional. O sucesso do Plano estava ligado, para Washington, com o fluxo de petróleo (YERGIN, 1993).

Não havia volume suficiente de carvão, a produtividade estava baixa e a força de trabalho desorganizada. Além do mais, em muitos países os comunistas haviam ocupado posições de liderança nos sindicatos dos mineiros. O petróleo era uma parte da solução; ele poderia substituir o carvão nas caldeiras industriais e nas usinas elétricas. O petróleo também era, obviamente, a única fonte de combustível para os aviões, automóveis e carros europeus (YERGIN, 1993, p. 434).

Outra realidade completamente transformada pelo petróleo é, sobretudo, a da sociedade norte-americana. O *american way of life* um símbolo de desejo para todo o mundo capitalista. Centenas de milhares de quilômetros de estradas, com outras centenas de milhares de postos de combustíveis ao longo, carros luxuosos e “beberrões”, cinema *drive-in*, *fast-food drive thru*: o estilo de vida estadunidense pós-Guerra estava pautado no petróleo, para além do consumo industrial e militar. As justificativas para esse cenário de consumo, segundo Daniel Yergin (1993), são a suburbanização das cidades norte-americanas, aumentando a dependência dos combustíveis, o alto nível de renda média e padrão de vida e o fluxo inexorável de petróleo com baixo preço que inundava o país.

Assim, com os países produtores pressionando para cima sua produção por mais dólares em seu tesouro; a necessidade de reversão de um cenário pessimista política e economicamente causado pela Segunda Guerra; e o crescimento econômico dos países capitalistas sob o fordismo, fez com que produção, reservas e consumo tivessem de atingir escalas cada vez maiores para acompanhar a demanda, hipertrofiando o mercado. Ou seja, se, por um lado, o petróleo pérsico foi essencial para o Plano Marshall, por outro, foi igualmente essencial para a construção do *american way of life*.

Embora contasse com tecnologia, capital, *know-how* sobre toda a cadeia de petróleo e, sobretudo, a anuência dos principais atores envolvidos com o negócio internacional de petróleo para gerenciar o mercado<sup>25</sup> em função de sua condição de *hegemon* capitalista, os EUA tiveram de amargar sucessivas derrotas na batalha contra os países exportadores de petróleo. Fatores como a Guerra da Coréia e a própria dinâmica da Guerra Fria não permitiam os EUA desagradar aos Estados-clientes que buscavam contrabalancear os generosos lucros obtidos pelas *majors*

---

<sup>25</sup> Entre eles, os Estados importadores, os Estados exportadores e as multinacionais petrolíferas.

(BRAGAGLIA, 2017). Nesse ínterim, surgiu os acordos *fifty-fifty*<sup>26</sup> que cumpria com a “urgente e vital necessidade de aumentar a receita para a Arábia Saudita e outros governos, a fim de manter a ordem no pós-guerra do petróleo e ajudar a manter aqueles regimes “amistosos” no poder” (YERGIN, 1993, p. 461).

As vitórias e mudanças favoráveis aos países exportadores de petróleo se intensificaram com o tempo, ao passo que o lucro das companhias atingia níveis históricos de baixa. Ainda em 1951, o Irã nacionalizou não somente suas reservas em petróleo bem como a própria Anglo-Iranian<sup>27</sup>, empresa anglo-americana que cuidava da extração do petróleo no país. Não houve resposta militar direta<sup>28</sup> por parte do Ocidente (YERGIN, 1993).

Os acordos *fifty-fifty* se manteriam até os anos 1970, marcando a importância dos mesmos para o ordenamento do mercado internacional de petróleo. Entretanto a onda nacionalista e antiamericana fazia com que as empresas pressionassem, cada vez mais, por concessões e benesses dos países importadores. Essa era a forma possível para compensar o comprometimento dos exportadores em fornecer o petróleo tão necessário (YERGIN, 1993).

Em agosto de 1960, numa tentativa de refrear os lucros sem precedentes obtidos pelos países exportadores, as *majors* baixaram, unilateralmente, o repasse dos *royalties* (YERGIN, 1993) O que se mostraria um equívoco, haja vista que, embora as companhias petrolíferas fossem poderosas, o arranjo hegemônico construído pelos EUA para o mercado de petróleo pós-Guerra contava com uma série de acordos e instituições, que dependiam da anuência e, especialmente, da satisfação dos países produtores. Portanto, ações unilaterais não cabiam num contexto hegemônico em que se encontravam à época.

---

<sup>26</sup> Inicialmente instituído nos acordos de extração entre Venezuela e EUA, em 1943, o princípio propõe a divisão dos lucros igualmente (50-50) entre as empresas petrolíferas e os países exportadores. Foi objeto de disputa pelos países do Oriente Médio e as empresas de forma a igualar as condições comerciais com os venezuelanos. Entre 1950 e 1952, Irã, Iraque e Arábia Saudita já estavam sob este regime em seus contratos de concessão. O *fifty-fifty* não dizia somente ao montante maior de renda transferida dos países importadores/companhias petrolíferas para os produtores, mas também tinha significado político e simbólico importante para “saciar” os governantes dos países produtores. O que se provou somente uma saciedade temporária (YERGIN, 1993).

<sup>27</sup> A companhia foi rebatizada como “Companhia Iraniana Nacional de Petróleo”

<sup>28</sup> Mas isso não quer dizer que os EUA não interviam na região, dado a agressão aos seus interesses na região. Em golpe orquestrado pela CIA e a divisão MI6, o premiê iraniano Mohammad Mossadegh é deposto em favor de um governo pró-EUA, em 1953. Essa foi uma importante vitória pois garantiu os interesses norte-americanos sendo garantidos no Irã por mais de 20 anos, até a Revolução Iraniana em 1979 e o Segundo Choque do Petróleo.



A resposta dos produtores foi imediata, é fundada, em setembro de 1960, a Organização dos Países Produtores de Petróleo<sup>29</sup>, a OPEP, com o objetivo explícito de “defender o preço do petróleo, mais especificamente trazê-lo de volta ao patamar anterior à redução” (YERGIN, 1993, p. 541), impondo às companhias a obrigação de comunicar em caso de mudanças unilaterais. Ademais, em sua gênese, é proposta a criação de um sistema de regulação da produção de petróleo entre os países-membros (YERGIN, 1993). Se as poucas vitórias da OPEP em sua primeira década de existência foram mais simbólicas que reais, como a reafirmação da soberania sobre o petróleo nacional, o arranjo da “arma do petróleo<sup>30</sup>” se desenhava de forma paulatina, ao longo dos anos 1960, sob o olhar indiferente das *majors*.

As questões da soberania no mundo do petróleo, que foram tão básicas e rígidas na formação da OPEP em 1960, acalmaram-se nos anos seguintes, à medida que as companhias procuravam satisfazer os países exportadores em suas exigências por receitas maiores, ao pressionar para cima a produção [...]. No geral, as circunstâncias da política internacional, incluindo o domínio dos Estados Unidos e sua importância para a segurança de várias nações produtoras, evitavam que as companhias desafiassem os Estados Unidos de forma direta (YERGIN, 1993, p. 542)

O cenário de superprodução impediu que o fluxo de petróleo fosse usado como arma política para atingir interesses externos ao mercado da *commodity*<sup>31</sup>. Por outro lado, iniciativas nacionalistas e anti-ocidentais se espalhavam por todo o Oriente Médio, em favor da nacionalização da produção de petróleo (YERGIN 1993). Durante a década de 1960, países-chave na produção de petróleo, como Líbia e Iraque, juntaram-se ao Irã e nacionalizaram seu petróleo. Fuser (2008) pontua que as *majors* se assustaram com a ofensiva da OPEP e não mais contavam com o apoio irrestrito de Washington para a dissolução desses ímpetus, visto que uma ação mais assertiva junto à OPEP poderia fazê-la aproximar-se do bloco socialista.

A Figura 2, a seguir, mostra o contraste do período de hegemonia anglo-americana no Golfo Pérsico, de 1939 até os anos 1970, onde a oferta alta e os

---

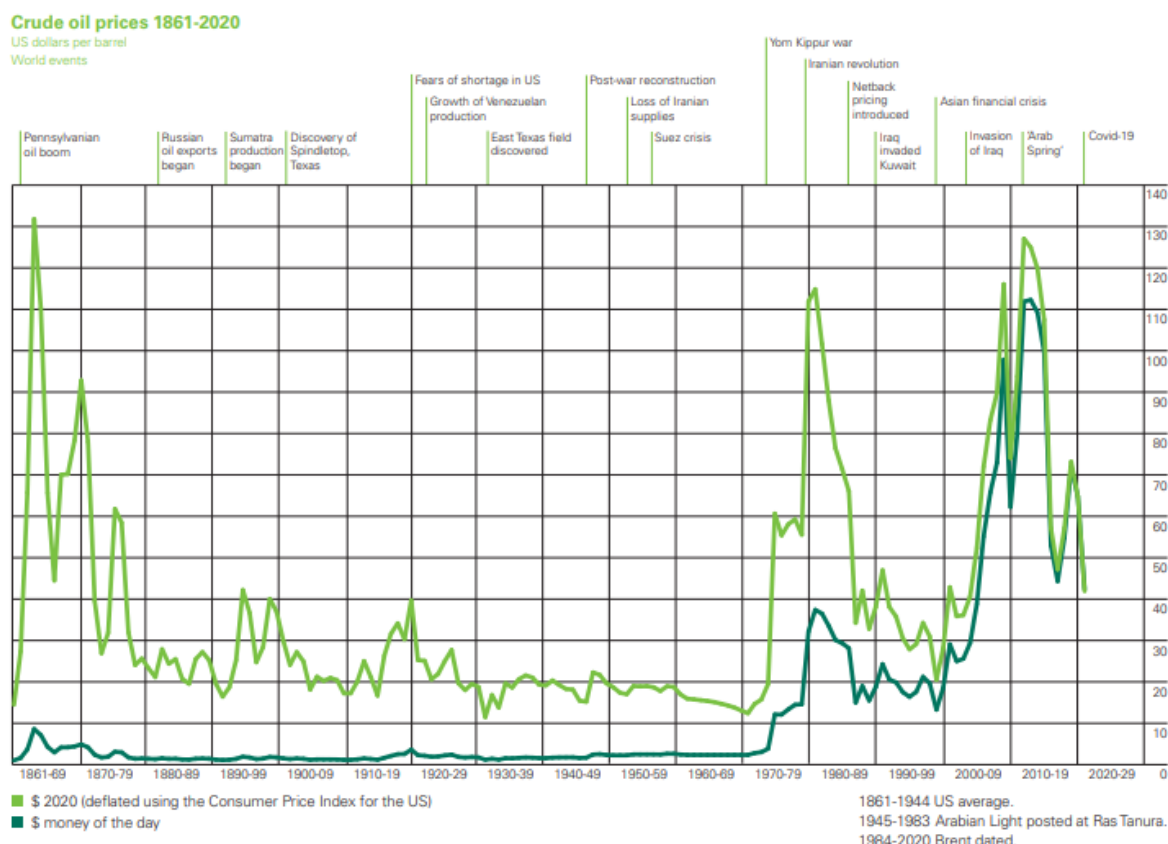
<sup>29</sup> Os primeiros países-membros e fundadores da OPEP foram Arábia Saudita, Venezuela, Kuwait, Iraque e Irã.

<sup>30</sup> Yergin (1993) chama de “arma do petróleo” o uso do papel de fornecedores de petróleo dos países exportadores para lograr objetivos políticos, externos ou não ao mercado petrolífero.

<sup>31</sup> A principal motivação, que levou ao embargo fracassado de 1967, foi o apoio francês e norte-americano à Israel na Guerra dos Seis Dias contra a Palestina. Entretanto, sauditas e kuwaitianos temiam que o embargo prejudicaria mais os países árabes e o fluxo de petróleo latino-americano e africano, desviado para a Europa Ocidental e EUA, era suficientemente grande para suprir a oferta reprimida.

contratos de longo-termo mantiveram os preços baixos e relativamente estáveis, em relação ao período de instabilidade na hegemonia estadunidense, a partir do Primeiro Choque, com preços mais altos e voláteis<sup>32</sup>.

**Figura 2 - Preço do Barril de Petróleo por ano (1861 - 2020)**



Fonte: BP, 2021.

Em contrapartida, enquanto se manteve em sua tarefa de maximizar os lucros obtidos do petróleo, a OPEP conseguiu importantes vitórias que se refletiram no aumento expressivo do preço do barril de petróleo. Ao mesmo tempo, o nacionalismo<sup>33</sup> encorajou os países produtores – alinhados ou não aos interesses de

<sup>32</sup> Na pesquisa de Balcilar *et al* (2015), é evidenciado dois períodos de alta volatilidade nos preços do petróleo, entre 1859 (início da “era moderna” do petróleo) até A Grande Depressão, em 1929; e entre 1973, no Primeiro Choque, até os dias de hoje.

<sup>33</sup> Entende-se aqui o nacionalismo como uma forma de usar os recursos energéticos como forma de atingir objetivos nacionais, especialmente econômicos, fenômeno também conhecido por “nacionalismo de recursos” (FUSER, 2008)

Washington – a estatizar ou, ao menos, exigir participações nas empresas estrangeiras que exploravam seu petróleo<sup>34</sup> (FUSER, 2008).

Quanto mais o fluxo de petrodólares fortalecia a posição dos países exportadores, mais questionamentos surgiam a respeito dos lucros obtidos pelas *majors*. E, num cenário hegemônico em que benesses e concessões são cedidas pelo *hegemon* em troca do consentimento de seus subordinados, o domínio norte-americano no mercado de petróleo se esvaía. Embora a hegemonia do dólar estivesse estabelecida e o sucesso do *American Way of Life* fosse objeto de desejo por todo o mundo capitalista, as benesses tinham um custo alto. Para Washington, era preciso reverter essa equação, mas essas não foram as últimas vitórias dos países produtores.

### 3.2 O Primeiro Choque: o fim do velho jogo (1970-1973)

Como descrito na seção anterior, a ordem mundial do petróleo estava fundamentada sob a hegemonia dos EUA. Entretanto, para Yergin (1993) ainda que formalmente o exercício da hegemonia estava centrado em Washington, em função dos acordos de Bretton Woods, em termos práticos essa hegemonia perdia sua legitimidade e se enfraquecia ao longo do tempo, desafiá-la não tinha um custo tão alto como anteriormente. Por outro lado, nos anos 1970, os EUA não podiam mais contar com uma Inglaterra que lidava com o próprio declínio político e econômico após a Segunda Guerra. Ou seja, ambos enfrentavam um período de recessão em sua legitimidade política.

Ainda, os níveis de consumo de energia batiam recordes, nunca se consumiu tanto petróleo, especialmente nos países desenvolvidos, que viram, entre 1960 e 1970 uma verdadeira explosão nos níveis de crescimento em negócios, movidos a petróleo. Como efeito,

A década de 70 presenciou também uma virada dramática em relação ao petróleo mundial. A demanda estava se nivelando a produção disponível e o excedente acumulado em vinte anos havia se acabado. Em consequência, o mundo estava se tornando cada vez mais dependente do Oriente Médio e do Norte da África para obter seu petróleo (YERGIN, 1993, p. 589).

---

<sup>34</sup> Há casos mais “conservadores” como o da Arábia Saudita, que em 1972, recebeu 20% das ações da Aramco e casos mais “radicais” como o Iraque, que nacionalizou totalmente a Iraq Petroleum Company (IPC), e Líbia e Argélia, que estatizaram 51% das atividades das empresas estrangeiras que exploravam petróleo em seu território (FUSER, 2008)

É também na virada para os anos 1970 que o aperto na demanda desfaz a função que a indústria petrolífera americana tinha sobre o mercado internacional de petróleo: reserva de segurança. Junto a outros parceiros (Américas e África), os EUA usavam sua produção para manter o fluxo de petróleo para o Ocidente em disrupturas do petróleo pérsico. Com o fim das cotas de importação, em 1973, os norte-americanos não somente consumiam tudo que produziam, bem como importavam montantes cada vez maiores de petróleo. Eram participantes ávidos do mercado. De forma semelhante, em 1973, a demanda mundial consumia cerca de 99% do petróleo disponível no mercado. Ou seja, ainda que se exclua qualquer fator político, a demanda tão ajustada precarizava as condições do mercado (YERGIN, 1993).

Duas grandes rodadas de negociações ocorreram entre as *majors* e os exportadores: Teerã e Trípoli, em fevereiro de 1971. O consagrado acordo *fifty-fifty*, de quase vinte anos de idade, estava acabado<sup>35</sup> e o controle sobre os preços deixava de ser acordado fixamente em contrato e os países exportadores tinham vez e veto na decisão dos preços junto às *majors*. Para isso, uma forma encontrada de manter as empresas atuando em seus domínios, mas ampliando seu controle – e lucro – sobre o negócio do petróleo, foram as "participações"<sup>36</sup> dos Estados (BRAGAGLIA, 2017; YERGIN, 1993).

“O velho jogo do petróleo tinha acabado, ainda que ninguém em Washington ou Londres tivesse se dado conta disso. A situação internacional do petróleo havia sido irremediavelmente alterada” (YERGIN, 1993, p. 611). Os entendimentos que emergiram dessas rodadas evidenciam mais uma série de derrotas significativas para a hegemonia do Ocidente no comércio internacional de petróleo.

Já em agosto de 1971, o presidente norte-americano Richard Nixon fecha os guichês de ouro nos Estados Unidos e encerra a conversibilidade fixa de dólares em ouro, somado a isso, aplicou uma sobretaxa de importação que forçava os países interessados em negociar com os EUA a valorizar suas moedas de forma a

---

<sup>35</sup> Após a vitória dos países exportadores nas negociações de Trípoli e Teerã, a OPEP instituiu que o valor mínimo de *royalties* pagos pela exploração de petróleo dos países-membros seria de 55% (YERGIN, 1993).

<sup>36</sup> Essa era uma alternativa intermediária às estatizações totais, como nos casos de Irã, Líbia e Venezuela. Foi adotada por países melhor vinculados com o Ocidente – Arábia Saudita, com participação de 25% da Aramco. Essa composição permite maior controle sobre o nível de preços praticados pelas empresas de petróleo, por exemplo. Entretanto, cedo ou tarde, toda a composição da OPEP nacionalizou por completo a produção de petróleo (YERGIN, 1993).

compensar a sobretaxa. Ou seja, para o mesmo barril de petróleo vendido no mercado internacional, os exportadores recebem menos relativamente a sua moeda nacional. Isso, somado à crescente participação dos exportadores e uma oferta de petróleo ajustada, fez com que houvesse uma escalada de preços ainda no início dos anos 1970 (EICHENGREEN, 2000; YERGIN, 1993).

Como em 1960, o lado consumidor tomou uma iniciativa unilateral que prejudicava em muito a posição dos países exportadores no comércio internacional de petróleo. Entretanto, com as sucessivas vitórias angariadas nesses dez anos, somadas à precarização do mercado, finalmente a “arma do petróleo” poderia funcionar contra o Ocidente.

Os Estados Unidos ainda podiam contar com a fidelidade da Arábia Saudita, mas posição sionista do *hegemon* nas disputas árabe-israelenses passou a minar essa relação:

Ele [Rei Faissal, líder saudita] odiava Israel e o sionismo tanto quanto qualquer outro líder árabe. Estava certo de existia uma conspiração sionista-comunista para assumir o comando do Oriente Médio [...]. Apesar disso, Faissal havia deixado o seu caminho para recusar o uso do petróleo como arma” (YERGIN, 1993, p. 619).

Com a escalada de tensões entre Egito e Israel que culminou no ataque surpresa egípcio e a deflagração da Guerra do Yom Kippur, em 6 de outubro de 1973, instaurou-se a situação de pânico no mercado de petróleo. No mesmo dia, os representantes da OPEP, que estavam reunidos com as *majors* em Viena, exigiam um aumento de 100% no valor do barril de petróleo, valor que julgavam ser justo pela grande diferença de preços que já operava no mercado à vista. Não se chegando em um acordo junto com as companhias, os países-membros da OPEP anunciaram sua decisão de aumentar em 70% o preço do petróleo no mercado internacional, alinhando-se com os preços do mercado à vista (YERGIN, 1993).

Segundo Yergin (1993, p. 633), essa atitude teve um duplo significado: “o aumento do preço em si e a forma unilateral em que foi imposto”. Era um marco extraordinário, dos preços impostos pelas *majors*; passando pelo período de participações e decisões conjuntas; a partir de outubro de 1973, os Estados exportadores tornavam-se senhores de seus próprios recursos e decidiriam, por si só, o valor com que venderiam esses recursos.

Os Estados Unidos não apenas estavam irredutíveis quanto ao apoio irrestrito a Israel, como enviou, em cargueiros estadunidenses, armas e suprimentos de guerra para os israelenses e ofereceu um empréstimo de US\$ 2,2 bilhões (YERGIN, 1993). Isso incomodava os cinco integrantes árabes que integravam a OPEP<sup>37</sup> e,

Como um oportuno catalisador, o conflito árabe-israelense deu aos países exportadores uma oportunidade de ouro para afirmar sua autonomia e exercer plenamente o poder sobre o mercado que já vinham adquirindo desde 1970. A “arma do petróleo”, um fiasco na guerra de 1967, agora era utilizada efetivamente [...]. Os países árabes agora possuíam a unidade política e os recursos financeiros necessários a um embargo bem-sucedido (FUSER, 2008, p. 148).

Assim se deu o primeiro Choque do Petróleo, até que alcançassem seus objetivos<sup>38</sup>, os Estados do Golfo reduziram em 5%, mês a mês, a partir de outubro de 1973, toda a produção de petróleo para o Ocidente. Ainda, elencaram “países aliados” à causa árabe que continuariam a receber as suas remessas como habitual. Evidentemente, os Estados Unidos não compunham essa lista, bem como outras quatro nações que não receberam mais nenhum barril de petróleo pérsico no período, inclusive forças americanas que faziam a proteção dos países exportadores ficaram sem o fornecimento de petróleo (YERGIN, 1993).

Estava imposta uma era de escassez, queda do crescimento econômico, recessão e inflação. A hegemonia dos Estados Unidos fora desafiada e a posição de dependência do petróleo, juntamente com a alta do consumo da *commodity*, fez com que os norte-americanos não pudessem responder à altura, ou ao menos proteger-se da agressão. Nos Estados Unidos, a escassez de energia atingiu os fundamentos do crescimento econômico e o pacto social que os acordos de Bretton Woods, sob hegemonia norte-americana, consolidaram (BRAGAGLIA, 2017). Por outro lado, a aliança entre os países europeus e os EUA sofreu um forte abalo, posto que associar-se ao sionismo do *hegemon* capitalista significava uma afronta aos países do Golfo e menos petróleo disponível. A “arma do petróleo”, afirma Yergin (1993), é, sobretudo, um desafio de algumas pequenas nações à hegemonia norte-americana. Desafio que não custaria mais tão caro quanto antigamente. Eram novos tempos.

---

<sup>37</sup> O Irã não era um país árabe, entretanto participa das negociações junto aos árabes, bem como dos acordos e embargos oriundos da OPEP.

<sup>38</sup> Alegadamente, o apoio à causa árabe nas disputas com Israel. Mas as razões para o embargo estavam além da questão árabe-israelense e tinham raízes na afirmação da posição hegemônica dos exportadores nesse mercado (FUSER, 2008).

Nesse sentido, o choque do petróleo de 1973, assim como veio a abalar a economia política internacional ao consolidar o processo de decadência de Bretton Woods, acabou marcando a consolidação das mudanças no mercado petrolífero internacional que, da mesma forma, começaram por volta dos anos 1960. Após a demonstração de que o petróleo poderia ser mesmo usado como uma arma, graças ao seu valor político para além de econômico, o governo dos EUA e as companhias petrolíferas internacionais norte-americanas se encontraram em um novo contexto imposto pelos países produtores em concerto ao qual tinham que se ajustar (BRAGAGLIA, 2017, 109).

No fim de 1973, ao passo que obtinham progressos na disputa árabe-israelense, os apertos na oferta de petróleo atenuavam-se. Yergin (1993) avalia como um movimento natural, pois, quanto mais o embargo durasse, maior seria o custo de manter o petróleo longe das nações consideradas hostis à causa árabe. Em março de 1974, apesar da dissidência da Síria e Líbia, o embargo foi suspenso.

Uma vez desembainhada, a “arma do petróleo” se materializou, seja no seu uso ou na ameaça do seu uso. Seu impacto foi além do que pensavam os árabes, “havia redirecionado o alinhamento e a geopolítica tanto do Oriente Médio quanto do resto do mundo, transformado o petróleo mundial e as relações entre produtores e consumidores e remodelado a economia internacional” (YERGIN, 1993, p. 661).

### **3.3 O entre Choques: o Império da OPEP (1974 - 1979)**

O “Império da OPEP” estava estabelecido. A subida de preços e o fato de os países exportadores agora determinarem os preços do petróleo fez com que os membros da OPEP operassem o coração do comércio mundial. Em função disso, os países obtiveram um grande *superávit* financeiro, oriundo da transferência de renda dos países desenvolvidos do Ocidente para o tesouro dos países exportadores. Contudo, esse volume massivo de dólares passou a gerar distorções que tiveram de ser compensadas pela opulência dos governantes exportadores (YERGIN, 1993). Assim,

Os exportadores [...] embarcaram num vertiginoso programa de gastos: industrialização, infra-estrutura, subsídios, serviços, artigos necessários e de luxo, armas, desperdícios e corrupção [...]. Tudo estava à venda para os produtores de petróleo e eles agora tinham dinheiro para comprar (YERGIN, 1993, p. 664).

Por outro lado, de forma geral, a euforia e a agitação promovida pela rápida ascensão econômica dos países exportadores de petróleo fez com que os sistemas econômico e social desses países fossem severamente prejudicados: desperdícios, inflação, corrupção. E o dinheiro torna-se uma das maiores causas dos problemas sociais encontrados nos países da OPEP (YERGIN, 1993).

Mas um dos ramos beneficiados com esse novo momento dos exportadores foi, sem dúvida, o de armamentos. Os EUA promoviam, desde o início da década de 1970, uma política de “cheque em branco” para a compra de armas por parte de dois países em especial: Irã e Arábia Saudita. Essa era a “estratégia dos dois pilares”, que fora pensada para garantir a segurança na região, com o vácuo de poder deixado pelos exércitos europeus outrora<sup>39</sup>. Entretanto, havia um pilar mais relevante para os norte-americanos, o Irã, que não aderiu ao primeiro choque e contava com um governo estável e da confiança de Washington.<sup>40</sup> Os EUA faziam da venda irrestrita de armamentos a moeda de troca, de parte a parte, para os seus objetivos políticos no mercado de petróleo<sup>41</sup> (YERGIN, 1993).

O objetivo principal da diplomacia norte-americana após o choque era pela estabilização dos preços do petróleo, para que a inflação global, em alta, pudesse corroer os preços reais e diminuí-los ao longo do tempo. Para a tarefa de estabilizar os preços, os EUA contavam com os seus “dois pilares”, responsáveis por cerca de 50% das reservas totais da OPEP, que advogavam por uma trégua ao Ocidente. Com essa associação, houve entre 1974 e 1978 apenas dois aumentos. Por outro lado, em 1978, o preço real do barril de petróleo, corrigido pela inflação do período, era 10% menor que o valor registrado quatro anos antes (YERGIN, 1993).

Ainda que conquistando essa estabilidade nos preços, o mundo ocidental – e especialmente, os EUA – vivenciaram um período que contrastava com a paz da era das concessões.

---

<sup>39</sup> A Crise do Suez (1956), em que tropas europeias – inglesas e francesas – tentam tomar o controle do Canal de Suez, expropriado pelo Egito, joga a última “pá de cal” na hegemonia europeia na região do Golfo Pérsico. O ataque, que não surtiu efeito esperado, fez com que fosse necessária uma presença mais assertiva dos EUA na região de forma a preencher o “vácuo de poder” gerado pelo fim da influência europeia e como parte da contenção à URSS (FUSER, 2008).

<sup>40</sup> Segundo Igor Fuser (2008), entre 1970 e 1978, uma em cada quatro armas exportadas pelos Estados Unidos, eram destinados ao Irã, totalizando US\$ 20 bilhões.

<sup>41</sup> Com essa reestruturação do mercado de petróleo, as *majors* perderam sua relevância na mesa de negociações, sendo relegadas ao *status* de contratadas dos países exportadores. Isso permitiu uma política mais assertiva por parte dos EUA, após uma era de maior passividade na política energética (BRAGAGLIA, 2017).



Nas décadas de 50 e 60, o petróleo fácil e barato havia impulsionado o crescimento da economia e, assim, indiretamente, promovido a paz social [...] Não é de se admirar que a década de 70 tenha sido, [...] para o mundo industrializado como um todo, uma época de rancor, tensão apreensão e entranhado pessimismo (YERGIN, 1993, p. 685).

Para os norte-americanos, o petróleo se tornou ponto crítico da política nacional, posto que a “ameaça” ao estilo de vida estadunidense e os interesses em termos de dinheiro e poder mantinham essa pauta em voga. “O público queria que Washington fizesse ‘alguma coisa’ – a volta aos preços dos velhos e bons tempos” (YERGIN, 1993, p. 692). Mas a realidade que se impunha era um período de incertezas e redução do consumo, a partir de programas de incrementos aos padrões eficiência no consumo de combustível na frota automobilística, e a retomada de projetos voltados para a busca por alternativas energéticas para os EUA, como o investimento em usinas nucleares e no desenvolvimento de combustíveis sintéticos. O objetivo norte-americano era desvincular o consumo de petróleo do crescimento econômico, como ocorreu nas décadas predecessoras (YERGIN, 1993).

O objetivo fundamental para o mundo ocidental na metade dos anos 70 ficou reduzido ao que Kissinger descreveu como mudar as “condições objetivas” do mercado que originaram o poder do petróleo Isto é, alterar o equilíbrio da oferta e procura e a dependência generalizada do petróleo pelas economias industrializadas (YERGIN, 1993, p. 686).

### **3.4 Crise, choque e transformações: o Segundo Choque do Petróleo e a reestruturação do mercado de petróleo (1979)**

A situação periclitante que se encontrava o tecido social iraniano no fim dos anos 1970 era fruto de políticas ineficientes de modernização social e desrespeito aos direitos humanos, bem como o caos econômico que a inflação, a corrupção e os desperdícios promoviam ao país. Em contraste, o *Shah*<sup>42</sup> ambicionava uma Grande Civilização iraniana e a condição de potência mundial, especialmente pela opulência e o poder do petróleo.

Essa condição provocou uma forte oposição ao governo de mais de 40 décadas do *Shah* iraniano. Greves, manifestações, confrontos, que eram encarados por Teerã como apenas grupos fundamentalistas, começaram a colapsar o poder de

---

<sup>42</sup> Título de nobreza concedido aos monarcas pérsicos.

controle social do governo do *Shah*. Isso não foi diferente para a produção petrolífera, onde o impacto dessas greves foi imediatamente sentido através da redução drástica e contínua da produção e exportação de óleo (YERGIN, 1993).

O Irã ocupava a segunda posição dentre os maiores exportadores de petróleo em 1978, atrás apenas da Arábia Saudita. Em poucos meses de crise, as exportações caíram mais de 80%, atingindo o zero no dia 25 de dezembro de 1978. O preço do petróleo em alguns lugares chegou a subir 20% acima do preço oficial. Deflagra-se o Segundo Choque do Petróleo (YERGIN, 1993)

O terremoto social que atingiu o Irã culminou com a deposição do *Shah*<sup>43</sup> e a construção de um novo governo. Todavia os ecos desse terremoto atingiram toda a economia e política internacionais. Como efeito, instaurou-se o pânico no mercado petrolífero e o barril que custava US\$ 13,00 subiu para US\$ 34,00. Embora os 4,5 milhões de barris/dia que o Irã exportava antes da crise fossem importantes para suprir a demanda mundial, sua participação era pequena frente ao pânico que se instaurou no mercado<sup>44</sup>. Todavia, para Daniel Yergin (1993, p. 720), “Essa não era uma perturbação temporária, mas a antecipação da chegada de uma crise petrolífera mais profunda, o que significaria preços permanentemente altos”. Ou seja, diferentemente da crise de 1973, que os preços se estabilizaram com o fim do embargo de petróleo, o Segundo Choque teve impactos na estrutura do mercado de petróleo, fazendo com que seus ecos se perpetuem não somente nos preços altos, mas também na forma em que os negócios seriam feitos (YERGIN, 1993).

Para Yergin (1993), o fator psicológico foi muito importante para entender a discrepância entre os preços e a oferta real de petróleo em 1979. O pânico, o medo, as incertezas e falta de informações de qualidade fez com que houvesse uma corrida pelo petróleo, visando estocá-los diante de um futuro de preços mais altos, isto é, uma demanda extra em um mercado já com a oferta saturada.<sup>45</sup> Contudo,

---

<sup>43</sup> O *Shah*, que enfrentava um câncer, já se encontrava muito doente enquanto enfrentava a convulsão social em seu país, e, em janeiro de 1979, deixou o país para tratar sua doença e nunca mais pôde voltar. O governo de coalizão provisório deixado pelo *Shah* assumiu o poder e montou um governo em torno do nome de Mehdi Bazargan, aliado do Aiatolá Khomeini, marcando o começo da Revolução Iraniana. O novo governo também demarca o início do antagonismo EUA-Irã, eleito o principal inimigo da revolução (FUSER, 2007; YERGIN, 1993)

<sup>44</sup> Em termos comparativos, em 1978, o Irã supria cerca de 4-5% da demanda mundial de petróleo, mas a diferença no preço do barril foi muito mais significativa (150%) que a privação da oferta causada pela Revolução Iraniana (YERGIN, 1993).

<sup>45</sup> Segundo Yergin (1993), a corrida por estoques gerou uma demanda adicional de 3,0 milhões de barris por dia, dobrando a escassez real promovida pela Revolução Iraniana. Essa conjunção de fatores explica a alta do preço do barril logo após a revolução iraniana.

essa demanda adicional por petróleo foi absorvida pelos mercados à vista<sup>46</sup>, que, de fato, tinham função de regular variações ocasionais na oferta, mas representavam apenas 8% do mercado. Nesse mercado, os preços são voláteis pois variam de acordo com a oferta e procura, diferentemente dos contratos de longo prazo, que possuem precificação fixa (BRAGAGLIA, 2017).

À medida que os preços no mercado à vista subiam, os países exportadores se sentiam menos incentivados a disponibilizar seu petróleo a preços oficiais, que passaram a ser acrescidos de bônus, de forma a compensar a discrepância. Até o momento em que os contratos eram rompidos e boa parte da oferta e demanda de petróleo e seus subprodutos era dirigida para os mercados à vista, no qual os preços do petróleo subiam febrilmente.<sup>47</sup> A nacionalização das empresas petrolíferas também corroborou para essa mudança, pois estando fora do sistema integrado das *majors*, era possível escoar o óleo para qualquer comprador com um navio petroleiro à disposição (YERGIN, 1993). Isso deu valor ao papel dos “negociantes”, pois

Agora as companhias petrolíferas estatais eram responsáveis por parcelas cada vez maiores da produção total e não tinham seus próprios canais de repasse e vendiam para um amplo espectro de compradores: as grandes companhias, refinadores independentes e negociantes. Esses negociantes lucravam mais quando podiam tirar vantagem da enorme diferença entre os preços baixos do mercado de contratos a longo prazo e preços mais altos, mais voláteis, do mercado à vista (YERGIN, 1993, p. 732).

Em março de 1979, com a decisão da OPEP de abandonar as estruturas de preços fixos que perduravam desde o tempo das concessões, os países exportadores eram livres para cobrar o valor que o mercado aceitasse (YERGIN, 1993). Dessa forma, o mercado de petróleo teve de ser reestruturado para abarcar essa nova dinâmica, posto que

Haveria agora dois jogos no mercado mundial do petróleo. Um, o da “escalada de preços”, com os produtores rivalizando entre si por maiores preços. O outro da “disputa pelo mercado” – uma furiosa competição por fornecimento entre os compradores. Mas nada dessa atividade febril e perigosa serviu para produzir novos suprimentos, tudo o que fazia era

---

<sup>46</sup> Conhecidos também pelo termo mercados “spot”, as transações nesse mercado eram feitas à época pelo “Mercado de Roterdã”, entretanto não passava de um nome genérico para uma rede de “telexes” e telefones de comerciantes que transacionavam o petróleo febrilmente (YERGIN, 1993).

<sup>47</sup> Sonora exceção para a Arábia Saudita, maior produtora de óleo e aliada de primeira ordem dos EUA no Golfo, que continuava a vender a preços oficiais, ainda que perdendo os lucros que o mercado à vista poderia oferecer (YERGIN, 1993).

intensificar a competição pelo petróleo disponível e aumentar o preço (YERGIN, 1993, p. 724).

O velho arranjo de contratos de longo prazo estava acabado, agora o livre mercado, a concorrência, decidiam qual o preço pago, que não estava mais sujeito às discricionariedades dos países exportadores. Embora não fossem mais garantidos os baixos preços de outrora, o mercado à vista oferecia diversificação da oferta e, sobretudo, proteção contra possíveis choques de oferta por parte dos exportadores. Para Yergin (1993), naquele momento, interessava para o mercado que o petróleo se tornasse uma *commodity*, como outra qualquer, e não mais uma arma, como dele fizeram no início dos anos 1970.

### **3.5 O “interesse vital”: o novo mercado de petróleo (1979 - 1991)**

Conforme já discutido, a política energética estadunidense, até os anos 1970, se detinha a um papel passivo, deixando a cargo das empresas privadas e seus contratos de concessão para responder às necessidades energéticas norte-americanas. Com o Primeiro Choque, as ações norte-americanas se intensificaram ligeiramente, especialmente relacionadas ao Golfo Pérsico, pois passaram a conceder proteção militar e capacitação do efetivo dos países exportadores<sup>48</sup> ou a regulações federais pontuais (como cotas de importação) (BRAGAGLIA, 2017; FUSER, 2008; YERGIN, 1993).

Essa postura frente a política externa para assuntos energéticos mudou com a ascensão de Jimmy Carter à presidência dos EUA. Carter desde o início de seu mandato, em 1977, fez desse assunto um dos focos do seu mandato e procurava meios de reduzir a dependência externa de energia.<sup>49</sup> Entretanto, as diretrizes que nortearam a política externa para a energia dos EUA até os anos 1970 mudaram radicalmente com a implementação da Doutrina Carter, em 1981. Com ela, os EUA passavam a considerar o Golfo Pérsico como uma região de seu *interesse vital*

---

<sup>48</sup> Para Fuser (2007), houveram duas principais estratégias diplomáticas norte-americanas no período entre 1945 e 1979: 1) uma aliança “ambígua” com a Inglaterra, que perde o sentido com a Crise do Suez e o fim da hegemonia europeia no Golfo e 2) a estratégia dos “Dois Pilares”, que desmorona com a eclosão da Revolução Iraniana.

<sup>49</sup> Encarando a questão como o “equivalente moral da guerra”, Carter procurou instituir no início de seu governo uma política energética nacional que contasse com maior racionalidade no uso e precificação dos recursos energéticos, importados ou não, e diversificação de fontes. O objetivo principal era desvincular o consumo de petróleo cru do crescimento econômico (YERGIN, 1993).

A Diretiva Presidencial 63, que versa a respeito da segurança do Golfo Pérsico e dá as bases da Doutrina Carter, deixa claro a importância da região para a segurança dos EUA.

Uma tentativa por qualquer força externa para obter controle da região do golfo pérsico será considerada como uma afronta aos interesses vitais dos Estados Unidos. Será rechaçada pelo uso de todos os meios necessários, inclusive a força militar (THE WHITE HOUSE, 1981, p. 1, tradução nossa)

Assim, o Golfo Pérsico passava a contar com o controle e proteção diretos dos EUA e a força militar sendo utilizada enquanto possibilidade na defesa desses interesses tornava-se a novidade da política norte-americana para o Golfo Pérsico e seus interesses energéticos. Essa mudança foi motivada pela 1) política de contenção universal da URSS, que invadira em 1979 o Afeganistão e poderia ameaçar tanto o domínio da exploração quanto logístico do petróleo do Oriente Médio; 2) garantia no acesso e no escoamento do petróleo pérsico para o mundo ocidental, a partir da cooperação dos Estados-clientes; 3) contenção na propagação dos ideais da revolução iraniana 4) resposta aos desafios à hegemonia americana na região<sup>50</sup> (FUSER, 2007; YERGIN, 1993).

Para Igor Fuser (2007, p. 28), portanto, “A Doutrina Carter assinalou uma mudança na política de segurança em relação ao Golfo Pérsico, que passou a ser encarado como uma região prioritária, destinada a ficar sob o controle e a proteção direta dos EUA”. Para isso, dentre as medidas adotadas estão a) reforçar a presença militar norte-americanas no Golfo; b) fortalecer as capacidades militares locais aliadas aos EUA e que suportarão sua presença no Oriente Médio e c) obter aliados europeus e do nordeste asiáticos dispostos a dividir a tarefa de garantir a segurança do Golfo Pérsico (THE WHITE HOUSE, 1981).

Entretanto, diferentemente de 1973, as crises políticas do início anos 1980 já não conseguiam afetar dramaticamente o comércio internacional de petróleo e os preços, posto que, segundo a própria lógica do Segundo Choque, o mundo estava repleto de petróleo em estoque, que foi utilizado para suprir o vácuo na oferta. Por outro lado, houve uma queda na demanda por petróleo no mundo ocidental, em função da crise financeira global, gerada pela adoção de uma política

---

<sup>50</sup> Cristalizado, em 1979, pela Crise dos Reféns, no Irã. Na qual um grupo de norte-americanos é capturado pelo governo revolucionário iraniano e ficam por 444 dias sob custódia do Irã (FUSER, 2008).

extremamente contracionista por parte do FED<sup>51</sup>, e da exploração de petróleo em outros sítios, fora da OPEP<sup>52</sup> (YERGIN, 1993). Ou seja,

Essas três tendências – queda na demanda, o crescimento ininterrupto da produção fora da OPEP, a grande liberação de estoques – reduziram a procura pelo petróleo da OPEP em quase treze milhões de barris/dia, uma queda de 43% em relação aos níveis de 1979 [...] A maior parte do petróleo novo [fora da OPEP] era vendido no mercado à vista, o que o tornava bastante responsável pela situação geral do mercado (YERGIN, 1993, p. 755)

Desse modo, o preço do petróleo no mercado à vista, que passou em muito dos preços oficiais nos tempos de crises anteriores, encontrava-se abaixo dos oficiais na primeira metade dos anos 1980. A OPEP instituiu cortes e cotas na produção de óleo, de forma a tentar pressionar para cima o preço do petróleo comercializado, mas os países exportadores extra-OPEP estavam dispostos a vender a preços menores que os oficiais e conquistar o seu espaço no mercado. E, com essa diferença de preço persistindo, o mercado à vista tendia à hipertrofia, enquanto o petróleo árabe iria se tornando cada vez mais “superabundante” e “supercaro”. Assim, a OPEP se viu compelida a reduzir seus preços em 15% para voltar a ser competitiva dentro do mercado de petróleo (YERGIN, 1993).

Numa reversão completa em relação aos anos 70, os produtores agora tinham que se preocupar com o seu acesso ao mercado e não mais os consumidores sobre seu acesso ao fornecimento [...]. A garantia de fornecimento não importava mais. O importante era ser competitivo num mercado super-abastecido (YERGIN, 1993, p. 758).

Ou seja, agora a responsabilidade do fornecimento de petróleo recai sobre os países exportadores, que, para garantir o fluxo de dólares para seu tesouro, têm de se adaptar às condições e preços impostos pela oferta e a demanda. Mas essa mudança não foi imediata para o sistema de precificação por forças do mercado, ainda na segunda metade da década de 1980, a Arábia Saudita foi uma resistência dentro da OPEP, embora cedendo ao fim da década e adotando o mercado flexível de petróleo (YERGIN, 1993).

---

<sup>51</sup> Federal Reserve Bank

<sup>52</sup> No início dos anos 1980, países como México, Inglaterra e Noruega já vendiam petróleo para o mundo ocidental, bem como os EUA e a URSS, que ampliaram suas vultuosas produções visando, respectivamente, suprir suas necessidades energéticas e obter moeda forte para financiar seus gastos com a Guerra Fria (YERGIN, 1993)

Por outro lado, a volatilidade de preços nesse mercado era crônica e, dado o volume de transações feitas no mercado à vista e a importância estratégica do fornecimento de petróleo, era preciso que se criassem mecanismos de minimização dos riscos. Nesse ínterim foram criados, em 1982, os mercados de futuro de petróleo<sup>53</sup>, que permitiam que o petróleo fosse fornecido no futuro a preços pré-estabelecidos.<sup>54</sup> Se por um lado essa inovação financeira permitiu que compradores e produtores pudessem se proteger das variações de preços do mercado (*hedge*), por outro, foi um marco no comércio internacional de petróleo, pois adicionou um novo grupo interessado em comercializar petróleo: os especuladores. Posto que agora um mesmo barril poderia ser negociado várias vezes no mercado antes de ser liquidado, esses especuladores compravam e vendiam de forma a arbitrar por lucros nas variações naturais do mercado (YERGIN, 1993). Desse modo, o mercado internacional de petróleo se liga intimamente com o Sistema Financeiro Internacional (SFI) e os impactos de mudanças no preço do petróleo se dão não somente no lado real da economia, mas também no lado financeiro (BRAGAGLIA, 2017).

Assim, buscou-se demonstrar brevemente neste capítulo como se caracterizou o mercado internacional de petróleo pós-Segunda Guerra, passando por um período de hegemonia dos EUA junto às concessões nos países exportadores, os choques que abalaram a hegemonia norte-americana nesse mercado e a nova estrutura do comércio petrolífero atrelada às finanças, que se mantém até os dias atuais. Adiante, discutir-se-á como a supremacia militar estadunidense corroborou para o controle do petróleo e como esse controle fortaleceu sua hegemonia a partir dos exemplos dados pelas duas Guerras do Golfo, em 1991 e 2003.

---

<sup>53</sup> A NYMEX, *New York Mercantile Exchange*, foi pioneira no desenvolvimento desses papéis, transplantando a ideia dos contratos de futuros de *commodities* agrícolas, como batatas (BRAGAGLIA, 2017)

<sup>54</sup> No capítulo cinco será discutido mais detalhadamente como se estruturam os mercados *spot* e de futuros do petróleo.

#### 4. O JOGO DAS GUERRAS

Como exposto no terceiro capítulo, a Doutrina Carter marca uma mudança substancial na política externa norte-americana para a energia ao adicionar o elemento militar à defesa dos interesses dos EUA no Golfo Pérsico. Como exposto à frente, a securitização<sup>55</sup> do mercado de petróleo, que fundamenta a Doutrina Carter, persiste dentre os diferentes presidentes que posteriormente assumiram a Casa Branca (FUSER 2007, 2008; KLARE, 2007). Ou seja, a partir do seu incomparável poder militar, os EUA garantem seu acesso às fontes de energia, essenciais para sua afirmação enquanto *hegemon*. Portanto, neste capítulo, buscou-se demonstrar como as guerras contribuíram para a expansão do poder global dos EUA, a partir dos episódios das duas guerras do Golfo

José Luís Fiori (2004a) propõe que no Sistema de Estados existem dois “jogos” simultâneos dos quais os Estados/economias nacionais participam: o jogo das trocas, para acumular riquezas, e o jogo das guerras, poder. O objetivo de ambos os jogos é criar posições monopólicas de exploração do capital e do poder, de forma a fortalecer-se enquanto um poder global.

Nesse sentido, P [poder] contribui decisivamente para a multiplicação de D [capital-dinheiro], mas ao mesmo tempo, foi a existência do D que permitiu o processo de acumulação de P se transformasse num movimento contínuo em direção ao monopólio da coação, até o limite, se possível, do poder global. Sem o apoio do capital, o poder se fragmentaria com mais facilidade, e sem o apoio do poder, o capital teria mais dificuldade para estabelecer situações monopólicas (FIORI, 2004a, p. 32).

Para o autor, ambos os “jogos” moldaram e desenharam as fronteiras dos Estados ganhadores, unificando povos, centralizando o poder e internalizando os mercados. Formou-se, a partir desse processo de internalização, o que Fiori (2004a, p. 22) chamaria de “verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza”, os Estados Nacionais. Isto posto, convém discutir como Fiori entende o papel da guerra dentro do Sistema Internacional e como dessas guerras erige-se o poder Estatal (FIORI, 2004a).

O autor argumenta a existência de um dilema de segurança, inerente a qualquer sistema anárquico de poder, que compele os participantes a adquirir cada

---

<sup>55</sup> Segundo Buzan, Waever e Wilde (1998) a securitização compreende a transposição de um tema da agenda pública para a agenda de segurança. Assim, após o reconhecimento intersubjetivo de que aquele assunto se trata de uma ameaça, medidas extraordinárias são justificáveis.



vez mais poder de forma a se defender dos seus adversários. Por sua vez, esses adversários adotam o mesmo comportamento e se fortalecem em termos de poder, como uma resposta à ação posterior de seus adversários. Posto que a segurança plena é impossível num mundo de unidades competitivas, estabelece-se um círculo vicioso de acumulação de segurança e de poder (FIORI, 2004a).

O senso de “autopreservação social” é quem governa nessa corrida pelo poder. Assim, para promover a segurança no Sistema de Estados é preciso que o torne mais inseguro, a partir da expansão do poder nacional. A guerra, portanto, torna-se uma possibilidade constante e, como num jogo de soma-zero, o Estado que não deseja “cair” frente aos seus adversários é obrigado a expandir continuamente seu poder, formando, assim, as hierarquias do Sistema Internacional. Para o autor, essa “expansão compulsiva” se direciona a um poder monopólico que, em última instância, dominaria todo o globo sem qualquer tipo de contestação. Ao atingir esse estágio, paradoxalmente, não subsistiria o mecanismo de estabilidade e preservação social no Sistema: a acumulação de poder. Isso implicaria na falência do próprio sistema, pois desapareceriam as hierarquias, competição e a guerra. Por outro lado, o “desejo imperial” dos Estados adversários do sistema faz com que a expansão do poder hegemônico seja limitada, mas a competição continua sendo o elemento de ordem (FIORI, 2004a; 2005)

Portanto, neste sistema, a excessiva concentração do poder político não leva necessariamente ao aumento da ordem, e pode levar a uma situação de total desorganização e caos. Nos termos do debate contemporâneo se poderia dizer, a partir desta análise estilizada da origem do sistema político moderno, que nem a hegemonia nem o império são capazes de ordenar e estabilizar o sistema político mundial de forma permanente. As únicas forças capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado são a competição e a própria guerra, ou pelo menos, a possibilidade permanente de uma nova guerra (FIORI, 2004a, p. 28).

Fiori (2004a) vai além. Para ele, a unidade expansiva, em caso de ausência de um concorrente espontâneo, se vê obrigada a criar um adversário para si que permita a sequência do jogo das guerras, da acumulação de poder e, contraditoriamente, manter a paz. Assim, a competição, a guerra, indispensáveis para a manutenção do sistema e do poder do Estado em si, podem ser continuadas, ainda que artificialmente, ao longo do tempo.

#### 4.1 Primeira Guerra do Golfo

As motivações que levam um país à Guerra são múltiplas, especialmente uma guerra total como a Primeira Guerra do Golfo. Entretanto, para Igor Fuser (2007; 2008), pode-se destacar duas motivações principais que fizeram os EUA declarar guerra ao Iraque: a garantia do acesso estadunidense ao petróleo do Golfo Pérsico e a afirmação do poder norte-americano no pós-Guerra Fria. Antes de falarmos da Guerra em si, convém aprofundar cada uma dessas motivações.

Em primeiro, para Washington, os riscos ao fluxo de petróleo para o Ocidente eram reais caso Saddam Hussein lograsse êxito em sua incursão em direção ao Kuwait. Três eram as ameaças: 1) O Kuwait está geograficamente próximo aos campos petrolíferos de outro estado-cliente dos EUA, a Arábia Saudita, principal parceiro estadunidense no Golfo. 2) Hussein teria acesso e controle de cerca de 20% do petróleo mundial<sup>56</sup>, podendo controlar preços e a oferta de óleo conforme seus interesses. 3) A correlação de forças do Oriente Médio, entre desafetos e Estados-clientes dos estadunidenses, ficaria desbalanceada, prejudicando a posição norte-americana no Golfo<sup>57</sup>.

Assim sendo, a intervenção norte-americana, *boots on the ground*, no Kuwait demonstrou a nova abordagem da política externa norte-americana para o Golfo Pérsico, com o fim da Guerra Fria e a subsistência dos princípios da Doutrina Carter. Ou seja, embora o adversário não seja mais a URSS<sup>58</sup>, os EUA se dispuseram ao pleno uso da força de forma a impedir, por todos os meios possíveis, que uma potência hostil, ainda que regional, pudesse controlar o seu acesso ao petróleo pérsico. Somente após o início das hostilidades é que surgiram as outras justificativas, como a necessidade de libertar o povo do Kuwait e a garantia do princípio da não-agressão (FUSER, 2008; KLARE, 2007).

Por outro lado, a guerra é um elemento constante na política internacional e responsável pelo acúmulo de poder dentro do Sistema. Para Fiori (2004b) a Guerra do Golfo cumpriu com a função de demonstrar, através das armas e de forma

---

<sup>56</sup> Juntando-se as reservas iraquianas e kuaitianas.

<sup>57</sup> O autor cita alguns dos casos que seriam alterados pela anexação do Kuwait pelo Iraque: a correlação de forças entre Irã e Iraque, podendo escalar para um novo conflito entre as duas potências; a posição da Arábia Saudita como *swing producer*; a correlação de forças entre Israel e os Estados árabes e dos Estados pró-EUA *versus* os Estados antiamericanos (FUSER, 2008).

<sup>58</sup> O que, para Fuser (2008), nunca chegou a ser um adversário direto dos EUA no Oriente Médio. A ocupação do Afeganistão era motivada, sobretudo, como uma forma de defender os campos de petróleo do sul da URSS. Para o autor, a Guerra Fria acabou muito antes para o Golfo Pérsico, cuja história era, sobretudo, americana.

inequívoca e definitiva, a nova configuração de poder do Sistema Internacional no qual os EUA são o poder soberano e inquestionável. Pois, diferentemente de 1945, em que o poder das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki marcaram a hegemonia americana no Ocidente, na Guerra do Golfo não existia mais o elemento dialógico que pudesse questionar o poder norte-americano. Assim, foi possível aos norte-americanos escalar seu poder através das armas sem temer uma retaliação à altura, como temia-se na ordem bipolar. Ao lado da retórica neoliberal, os EUA construíram para si um cinturão militar por meio de suas bases militares espalhadas por todo o mundo que garantia o exercício do seu poder em todos os continentes. Diante disso, Fiori (2004, p. 97) afirma categoricamente que “Os Estados Unidos não têm mais uma política externa, eles têm um império militar”

Conforme já discutido nesta pesquisa, existe uma longa trajetória de consolidação do poder estadunidense no Golfo, que começa na década de 1940, perpassa os choques do petróleo, até o fim da Guerra Fria. Para Igor Fuser (2008) o fim da Guerra Fria tem pouca influência nos interesses norte-americanos na região. O papel de garantidor do fluxo de petróleo em direção ao Ocidente, bem como o papel de salvaguarda militar na região mantiveram-se centrados nos EUA. Portanto, entende-se que, se a Guerra do Golfo significou para o Sistema Internacional como um todo um marco do ordenamento do mundo pós-Guerra Fria, para o próprio Golfo Pérsico significou a cristalização do poder norte-americano já estabelecido na região, que elevou até o último recurso, os princípios da Doutrina Carter (KLARE, 2007).

As primeiras movimentações após a invasão iraquiana no Kuwait, em agosto de 1990, foram para defender o território saudita, pois Washington entendia que as tropas de Saddam Hussein poderiam usar o território kuwaitiano como plataforma para atingir o principal aliado norte-americano e obter controle da economia e energia mundiais. Contudo, os movimentos militares demonstravam que o interesse de Bagdá não estava nos poços sauditas, mas sim nos poços kuwaitianos, os quais via como fonte de receita para um país empobrecido após a longa guerra contra o Irã que acabara cerca de dois anos antes (FUSER, 2007; KLARE, 2007).

No início de 1990, o Iraque se aproximava de recuperar os níveis de produção de petróleo anteriores à guerra com o Irã, mas a receita das exportações era insuficiente para enfrentar a crise econômica e os desafios da reconstrução. O petróleo estava cotado a US\$17 barril, muito aquém dos US\$25 que o Iraque considerava como o valor minimamente satisfatório.

Para piorar a situação, o Kuwait e os EAU [Emirados Árabes Unidos] estavam comprovadamente ultrapassando as cotas de produção fixadas pela Opep, em 40% e 30% respectivamente, o que resultava num rebaixamento ainda maior das cotações. Em maio de 1990, numa reunião extraordinária da Liga Árabe em Bagdá, Saddam Hussein afirmou que cada dólar a menos no preço do barril de petróleo significava, para o seu país, uma perda anual de US\$1 bilhão por ano (FUSER, 2008, p. 227).

Embora tivesse ímpetos hegemônicos no Golfo Pérsico, Hussein entendia que não caberia novas aventuras militares devido à tensão remanescente com o Irã (FUSER, 2008).

Para Igor Fuser (2008), o que houve em seguida foi um “duplo erro de cálculo” entre iraquianos e estadunidenses, com consequências catastróficas. Para os primeiros, havia pouca crença que a invasão do país vizinho pudesse gerar uma resposta militar dos EUA, ainda mais em forma de uma guerra de tamanha proporção. Já os estadunidenses decidiram não levar em conta as ameaças de invasão do Kuwait por parte de Saddam, mesmo quando havia imagens de satélite que evidenciavam a movimentação das tropas iraquianas em direção à fronteira com os dois países.

Mas ainda nos primeiros dias após a invasão já se entendia em Washington que a guerra era não somente a oportunidade de remover as tropas iraquianas do Kuwait, mas também a chance de enviar uma mensagem clara sobre o poder dos EUA e sua tolerância a agressões. Assim, além do objetivo primário, pontua Fuser (2008, p. 231-232), a Guerra do Golfo tinha função de abater o poderio militar do Iraque, de forma a não poder mais trazer riscos aos seus vizinhos; retirar Hussein do poder; bem como reestabelecer

[...] sua ‘credibilidade’ e seu compromisso em proteger os aliados: permitir que Saddam fosse recompensado pela agressão a um de seus Estados-clientes seria uma humilhação inaceitável para os EUA, ainda mais no momento em que o país emergia vitorioso da Guerra Fria.

Embora buscasse negociações e barganhas pela desocupação do Kuwait, o Iraque enfrentou um nível alto de intransigência por parte dos norte-americanos, pois seus objetivos demandavam guerra, e não paz. Por meio da ONU, os EUA se empenharam em construir “um manto de aceitabilidade” à resposta que dariam aos iraquianos. O Conselho de Segurança aprovou doze resoluções em relação à Crise do Kuwait, buscando sufocar economicamente o Iraque e, sobretudo, mobilizar a opinião pública internacional em favor dos norte-americanos. Até que a Resolução

678 do Conselho de Segurança da ONU, proposta pelos EUA, estipulou 15 de janeiro de 1991 como data limite para a evacuação do território kuwaitiano, autorizando o emprego de “todos os meios necessários” para fazer valer a decisão (FUSER, 2008).

Assim, Bush obteve legitimidade<sup>59</sup> para, se assim quisesse, adotar medidas ofensivas contra o Iraque. Cessado o prazo dado pela Resolução 678, a operação *Desert Shield*, em curso desde a invasão do Kuwait e que tinha por objetivo defender e fortalecer as fronteiras sauditas com tropas norte-americanas, se transformou na operação *Desert Storm*, dando início, também aos bombardeios aos alvos iraquianos no Kuwait (FUSER, 2008; KLARE, 2007).

Em 1991, na Guerra do Golfo, tropas norte-americanas travaram pela primeira vez uma guerra total contra um país árabe, tornando realidade um cenário que já se esboçava por ocasião do anúncio da Doutrina Carter, onze anos antes (FUSER, 2007, p. 20).

Tal motivação fica evidente na Diretiva Nacional de Segurança (NSD) 54, memorando que versa a “resposta à agressão iraquiana no Golfo”, a primeira sentença evidencia a centralidade do petróleo supracitada: “O acesso ao petróleo do Golfo pérsico e a segurança de estados-chave aliados na área é vital para a segurança nacional dos EUA” (THE WHITE HOUSE, 1991, tradução nossa). As linhas seguintes deste mesmo documento deixam claros seus vínculos com a Doutrina Carter, de quase dez anos antes:

[...] como matéria de uma política de longa-duração, os Estados Unidos continuam comprometidos em defender seus interesses vitais na região, se necessário através do uso de força militar, contra qualquer poder com interesses hostis aos nossos. O Iraque, em virtude da sua invasão do Kuwait sem motivo em 2 de agosto de 1990, e sua subsequente e brutal ocupação, é claramente uma força com interesses hostis aos nossos (THE WHITE HOUSE, 1991, tradução nossa).

Mas agora, em uma ordem unipolar e com os EUA em busca de um inimigo para dar prosseguimento ao “jogo das guerras”, o alvo da NSD 54 estabelece o novo inimigo, em detrimento da URSS: o Iraque.

---

<sup>59</sup> A decisão da ONU teve um efeito duplo de legitimidade: interna, enfraquecendo forças domésticas contrárias à guerra, e externa, evitando que houvesse deserções dentre os países coligados internacionalmente contra os Iraquianos (FUSER, 2008)

Em sua Estratégia Nacional de Segurança de 1991, os EUA reafirmam a lógica da Doutrina Carter de militarização dos assuntos concernentes ao petróleo e de centralidade do petróleo para a Política Externa norte-americana no período pós-Primeira Guerra do Golfo:

Nós também manteremos nossa capacidade [militar] de resposta às demandas de proteção às instalações petroleiras, no mar ou na terra, enquanto trabalharemos para resolver as tensões políticas, sociais e econômicas subjacentes que possam ameaçar o livre fluxo de petróleo. A estabilidade da região do Golfo, que contém dois terços das reservas de petróleo conhecidas, é uma questão fundamental para nós. Turbulências políticas na região têm um impacto direto em nossa economia, devido ao encarecimento do petróleo e potenciais irrupções de fornecimento (NSSR, 1991, p. 22, tradução nossa).

Foi uma vitória inequívoca. Numa guerra total, com frentes aérea e terrestre, apenas 42 dias foram suficientes para atingir levar a cabo a aventura iraquiana no Kuwait. Do mesmo modo que conseguiu, em suas incursões, proteger toda a cadeia de produção de petróleo existente naquele país. *Pipelines*, poços e refinadoras, pouco foram afetadas pela Guerra, garantindo o pronto retorno do petróleo kuwaitiano ao mercado internacional (FUSER, 2008; KLARE, 2007).

No desfecho da Guerra do Golfo, os EUA pareciam ter alcançado o que se poderia chamar de uma vitória perfeita. A maior superpotência do planeta – de fato, a única, com a União Soviética em sua crise terminal – usou sua incomparável capacidade militar para reverter, à frente de uma mobilização internacional feita em nome da ONU, a ocupação de um país pequeno por um vizinho mais forte (FUSER, 2008, p. 238).

Ainda que o sucesso da força das armas não tenha deixado dúvidas sobre o poder dos EUA na região, um objetivo não havia sido atingido: Saddam Hussein se manteve no poder. Uma aventura americana em solo iraquiano para derrubar Saddam, além de impopular entre toda a coalizão de Estados que foi cuidadosamente criada, poderia custar caro e erodir a influência norte-americana no Golfo. A aposta da Casa Branca era de que Hussein fosse derrubado por meio de um golpe palaciano, que nunca aconteceu (FUSER, 2008; KLARE, 2007).

Assim, o período entreguerras do Golfo foi marcado pela política de “Contenção Dupla” de um Irã que ainda vivia os ecos da Revolução Iraniana de 1979, e de um Iraque que, apesar da derrota na Guerra, ainda contava com um governo hostil aos interesses norte-americanos. Ou seja, ainda que saindo vitorioso

da guerra, os EUA não tinham garantida a segurança da região contra rebeliões à hegemonia norte-americana. Por outro lado, essa foi uma justificativa para os EUA manterem-se próximos da região vital aos seus interesses, conforme prescrito na Doutrina Carter (FUSER, 2007).

A *Dual Containment*, implementada por Bush logo após a Guerra e continuada até a Segunda Guerra do Golfo, contava com uma série de sanções econômicas, desarmamento do país, por meio de inspeções constantes da ONU e apoio a conspiradores contrários a Saddam Hussein. A Casa Branca esperava que, com o conjunto de medidas, o apoio a Saddam Hussein derretesse a ponto de se rebelarem contra o líder iraquiano (FUSER, 2008).

Para Fuser (2008), essa política fazia parte de um esforço dos EUA em redefinir os desafios externos num mundo sem a rivalidade da URSS. Com esse intuito, foram designados como inimigos os “*rogue states*”, dentre os quais a dupla Irã-Iraque fazia parte, que representariam um risco à estabilidade regional em diversas partes do mundo e à ordem mundial pós-Guerra Fria.

Ao fim e ao cabo, a política não surtiu efeito esperado e a avaliação da Casa Branca, no início dos anos 2000, foi que as medidas foram prejudiciais aos interesses norte-americanos. Saddam Hussein continuou a ter o apoio popular, em muito pautado no antiamericanismo, em função das mazelas sociais que as medidas do “*dual containment*” provocaram ao povo iraquiano (KLARE, 2007).

O povo iraquiano foi submetido a um sofrimento terrível – e inútil, já que, em mais de dez anos de sanções, nunca se registrou nem o menor sinal de que a população estivesse a ponto de se rebelar contra o regime de Saddam, como esperavam as autoridades norte-americanas. A vida intelectual sofreu um retrocesso; a importação de livros técnicos e científicos era proibida e o país permaneceu impedido de instalar a internet. O analfabetismo teve um aumento abrupto na década de 90 – saltou de 10% para 34%, num período em que as taxas mundiais declinaram – e um terço das crianças passou a sofrer de desnutrição crônica (FUSER, 2008, p. 245).

Por outro lado, a quota de 4 bilhões de dólares anuais imposta ao petróleo iraquiano fazia com que as enormes reservas iraquianas ficassem fora do mercado<sup>60</sup>. Ou seja, as sanções estabelecidas pelos EUA – em conluio com a ONU

---

<sup>60</sup> A ONU responsabilizou-se em gerir essa quota, em que 30% desse montante era destinado ao pagamento de reparações de guerra ao Kuwait e o restante era destinado à compra de alimentos, numa política conhecida por “*oil for food*” (FUSER, 2008)

– acabaram aniquilando a oferta de um dos principais *players* do mercado<sup>61</sup>, em um mundo em que se demandava cada vez mais petróleo e que a percepção do caráter finito da *commodity*, no longo prazo, impunha aos EUA tomar medidas de forma a salvaguardar sua segurança energética<sup>62</sup> (FUSER, 2008; KLARE, 2007).

Essas conclusões constam no Relatório Baker, redigido em função da revisão da política energética empreendida pelos EUA até o governo George W. Bush. Um problema-chave encontrado pelo estudo foi a diminuição da capacidade ociosa dos principais produtores de petróleo, não permitindo que pudessem aumentar sua produção em caso de crises de oferta. Isto posto, o relatório propõe a revisão da política energética estadunidense no sentido de tornar-se integrada às políticas de segurança, tecnologia, finanças e meio-ambiente.

Os Estados Unidos precisam desenvolver novos caminhos ao passo que se ajustam à interdependência econômica em energia. Alianças, diplomacia efetiva, livre-mercado, comércio multilateral inovador e oportunidades de investimentos serão todas ferramentas para o suprimento confiável e seguro de energia no século XXI [...] Os problemas energéticos que enfrentamos hoje são complexos e nossa resposta a eles deve ampliar-se de uma revisão de nossas estruturas ambientais, taxativas e regulatórias domésticas em direção a uma reestruturação do papel da energia na política externa americana [...] Precisamos, não em apontar culpa, mas buscar soluções viáveis e integradas que equilibrem as prioridades energéticas com os objetivos nacionais em economia, meio ambiente e segurança nacional (JAMES A. BAKER III INSTITUTE, 2001, p. 6, tradução nossa).

Assim,

Em lugar das ações conservacionistas, encaradas como fúteis ou utópicas, o governo norte-americano adotou na busca da segurança energética uma política que Michael Klare definiu como “a estratégia da máxima extração”. Trata-se, em síntese, de garantir uma oferta de combustíveis cada vez maior, dentro e fora dos Estados Unidos, para evitar o duplo risco da escassez e da disparada dos preços (FUSER, 2007, p.33).

Essa “estratégia da máxima extração” sugere o uso da coação, por parte das autoridades norte-americanas, aos “regimes amigos”<sup>63</sup> abrindo-lhes o setor de

---

<sup>61</sup> Por vezes, esse petróleo era escoado na forma de contrabando, fornecendo receitas extras para o governo de Saddam Hussein (FUSER, 2007).

<sup>62</sup> Na década de 1990, a abundante oferta de petróleo, ocasionada por tensões na OPEP e pela crise dos Tigres Asiáticos, gerava a percepção e preocupação que o futuro seria abundante em oferta e isso poderia representar um risco para o mercado. O colapso dos preços em 1998 evidenciava tal percepção. Na Casa Branca, essa visão muda em 2001, a partir das contribuições do Relatório Baker e da ascensão dos grupos neoconservadores juntos à figura de Bush.

<sup>63</sup> O relatório pontua quais países do Golfo há relações diplomáticas para essa tarefa: Argélia, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (UAE) e Iêmen (NEP, 2001).



energia aos investimentos das companhias estadunidenses. Assim, permitindo um controle maior das reservas e da produção de petróleo e retirando do caminho as companhias estatais árabes, estabelecidas na esteira do nacionalismo dos anos 1970, e seus respectivos governos (FUSER, 2008).

Desse modo, a marca mais importante na política energética dos EUA no governo George W. Bush foi o maior envolvimento governamental em um esforço de ampliar a oferta global de energia por meio do acesso a novas áreas de exploração e desenvolvimento da produção petroleira ao redor do globo (FUSER, 2007). Embora as empresas norte-americanas cumpram um papel importante nessa tarefa, a Política Nacional de Energia de 2001 é clara na atribuição ao governo dos EUA a tarefa de remover obstáculos políticos, econômicos, logísticos e legais a fim de permitir o acesso estadunidense ao petróleo estrangeiro (NATIONAL ENERGY POLICY DEVELOPMENT GROUP, 2001).

#### **4.2 Segunda Guerra do Golfo**

A cristalização dessa nova era da política de segurança energética dos EUA foi a Segunda Guerra do Golfo, ou a Guerra do Iraque, iniciada em 2003. A meta primordial é aumentar a oferta mundial de combustíveis por meio de incentivos à exploração máxima das reservas dos países exportadores, ou concedendo acesso às empresas norte-americanas ao petróleo ainda não explorado mundo afora (FUSER, 2007).

Embora a argumentação pública para a invasão militar do Iraque seja por motivos humanitários, tais como 1) reestabelecer a democracia no país; 2) apreender as Armas de Destruição em Massa que o país estava produzindo; 3) desfazer as ligações do governo de Saddam com organizações terroristas (Al-Qaeda, principalmente). Para Fuser (2007, 2008), Klare (2007) e Harvey (2005) essas justificativas não têm fundamento, pois a) os EUA nunca tiveram problemas e se associar a regimes ditatoriais na região e violadores dos direitos humanos, desde que alinhados com seus interesses<sup>64</sup>; b) nenhuma arma de destruição em massa foi encontrada após a invasão; e c) não foi encontrada nenhuma evidência da conexão do regime iraquiano com células terroristas. Embora tenha usado armas químicas anteriormente, o Iraque o fazia quando suportado pelos EUA na guerra contra o Irã.

---

<sup>64</sup> O xá do Irã, até 1979, e o regime monárquico da Arábia Saudita são exemplos (FUSER, 2008).

Ao contrário: as revelações que vieram a público desde então sugerem, isso sim, um esforço deliberado dos governos de Washington e de Londres para manipular informações, ocultando dados relevantes ou veiculando versões falsas, a fim de obter apoio político e diplomático à guerra e de influenciar a opinião pública (FUSER, 2008, p. 285).

Portanto, a única justificativa restante é a securitização do acesso à energia de forma a pôr em prática a política de “extração máxima”, na qual reconhece-se que o estilo de vida norte-americano carece de fontes adicionais de energia e, por isso, é imprescindível para os EUA o acesso, influência e controle das fontes de energia no mundo inteiro. Isto é, os EUA lançaram mão da sua autoridade e poder no Sistema Internacional de forma a conformar o mercado internacional de petróleo de acordo com seus interesses (FUSER, 2008).

Para Washington, Saddam Hussein era um dos principais obstáculos para a sua influência e, sobretudo, para a proteção do fluxo contínuo de petróleo do Golfo, uma vez que, embora tenha sido duramente enfraquecida pela Primeira Guerra do Golfo, as tropas iraquianas eram vistas como uma ameaça aos aliados dos EUA na região, especialmente Kuwait e Arábia Saudita. Ao passo que o regime de Saddam, apesar das sanções, ainda era fortemente apoiado pela população iraquiana, que viam no imperialismo estadunidense um inimigo em comum. Assim, a percepção da Casa Branca era de que o único jeito de eliminar essa ameaça e também proteger os interesses dos EUA na região, seguindo os preceitos da Doutrina Carter, era a invasão do Iraque e derrubada do regime de Saddam Hussein de uma vez por todas, em favor de um novo regime alinhado a Washington (KLARE, 2007).

Essa conclusão do governo Bush vem na esteira de um recrudescimento da política externa dos EUA, em que Washington entende que o uso da força militar deve ser a espinha dorsal dessa política de forma a não permitir que nenhum outro poder regional possa desafiar o exercício absoluto da supremacia norte-americana (FUSER, 2008). Dessa maneira,

na nova política externa de Washington, a coerção passa a ser encarada, de forma cada vez mais explícita, como o caminho para resolver as mais diversas questões. Nas palavras do vice-presidente Dick Cheney, apontado por muitos observadores como o mentor do presidente em assuntos exteriores, “a força faz a sua diplomacia avançar de um modo mais eficaz” (FUSER, 2008, p. 248).

Contrariando a carta da ONU, o governo Bush também reivindicou para si o direito em atacar preventivamente países considerados hostis<sup>65</sup> (FUSER, 2008). Ou seja, vê-se novamente o esforço norte-americano em, no limite, redefinir novos inimigos, como os “*rogue states*”, para manter-se acumulando poder e participando do “jogo das guerras” em um mundo unipolar. Todavia, diferentemente de 1991, em que os EUA buscavam construir um “manto de aceitabilidade” às suas ações militares no Golfo, os EUA passaram por cima de todas as recomendações da ONU concernentes aos ataques preemptivos e declarou guerra ao Iraque.

Dono da segunda maior reserva petrolífera mundial à época, centrado no “coração” do Golfo Pérsico, o Iraque é um país de importância estratégica ímpar. Em mundo de escassez da oferta, a posição de vulnerabilidade energética do Ocidente ficaria exposta a um governo iraquiano contrário aos interesses ocidentais. O controle dos recursos contidos nessa região faz parte de uma política de longo prazo e do interesse vital, que Bush elevou a um status prioritário para a segurança dos EUA<sup>66</sup> (KLARE, 2007; FUSER, 2008).

A securitização do setor energético atinge, portanto, seu estado mais elevado. Sendo parte importante de um projeto mais amplo de militarização da política externa norte-americana, a hegemonia no Golfo Pérsico é vista como prioridade, e a segurança energética e militar/nacional se fundem de tal forma que são entendidas como um projeto único e integrado da projeção do poder estadunidense no mundo (FUSER, 2008).

A expressão evidente dessa fusão está na disposição das redes de bases militares dos EUA pelo mundo. Durante a Guerra Fria, essa rede tinha por objetivo conter a ameaça que a URSS representava ao mundo capitalista. Entretanto, com o fim da bipolaridade, o uso dessas bases teve de ser ressignificado de acordo com os novos interesses estratégicos dos EUA. Isto posto, uma rede de bases americanas foi especialmente criada para atender ao Golfo Pérsico, de forma a proteger, não somente os campos de petróleo, mas também toda a cadeia de transmissão de petróleo e gás natural (oleodutos, gasodutos, pontos de passagem de navios

---

<sup>65</sup> Rotulados como o “eixo do mal”, segundo Fuser (2008), os países definidos como inimigos prioritários – e portanto “candidatos” a serem alvos dos ataques preemptivos – foram o Iraque, Irã e Coreia do Norte.

<sup>66</sup> A política externa do governo de George W. Bush qualifica o Golfo Pérsico e o controle dos suprimentos de energia uma importância superior, colocando em um mesmo patamar a segurança nacional à segurança energética (FUSER, 2008).

petroleiros), e permitir o rápido movimento do efetivo militar norte-americano para debelar qualquer ameaça ao seu predomínio na região (FUSER, 2008).

Ao fim e ao cabo, a função designada aos EUA enquanto garantidor do fluxo de petróleo para o Ocidente, confere aos norte-americanos um poder único no Sistema Internacional, que é de projetar seu poder sobre dois terços das reservas de petróleo e responder a qualquer desafio ao seu predomínio sobre a *commodity*. Nenhum país tem tamanha capacidade de projeção de poder. O que demonstra, primeiramente, o poder militar inigualável dos EUA, mas, sobretudo, sua posição monopólica sobre o petróleo do Oriente Médio, interesse vital de sua política externa e sustentáculo do seu poder estrutural no Sistema internacional (FIORI, 2004b; FUSER, 2008).

Assim, entende-se que as Guerras do Golfo – inseridas em um período não-hegemônico, ou seja, em um período que o hiperpoder estadunidense está em ascendência – foram essenciais para desarticular potenciais ameaças no acesso ao petróleo pérsico e fortalecer predomínio estadunidense sobre a *commodity*. Para isso, elevou até um novo patamar os preceitos da Doutrina Carter, criou para si inimigos e fez com que a desestabilização sistêmica e jogo da acumulação de poder seguissem após o fim da URSS (FIORI, 2004a; FUSER, 2008).

Embora, para Fiori (2004b), o saldo geral da Segunda Guerra do Golfo indique o “limite” do poder norte-americano, a possibilidade de substituição do regime iraquiano e a desestabilização de um poder com potencial de abalar o poder os EUA na região significaria, na visão norte-americana, o aumento da influência na região e de sua própria segurança energética<sup>67</sup> pelo poder das armas (FUSER, 2008). Desse modo, as guerras garantiram o sustentáculo energético pelo qual todas as outras estruturas do poder estadunidense se erguem, ou seja, o petróleo é o pivô do acúmulo de poder gerado pelo Jogo das Guerras (FIORI, 2004a; STRANGE, 1994). Contudo, como exposto a seguir, essa não foi a única frente de iniciativa norte-americana para expandir seu poder sobre a *commodity*, a financeirização do mercado de petróleo, migrando dos contratos de longo prazo para os mercados *spot* e de futuro, significou uma outra faceta da retomada do poder estadunidense.

---

<sup>67</sup> Imposição da política da “máxima extração”

## 5. O JOGO DAS TROCAS

Até aqui avançou-se sobre a importância do acesso ao petróleo enquanto elemento de importância ímpar para a segurança nacional e para os interesses dos EUA. Este capítulo abordará outra faceta de grande importância para os interesses e segurança dos Estados importadores, mas também da economia mundial como um todo: o nível de preços. O objetivo deste capítulo, portanto, é demonstrar como o Segundo Choque do Petróleo, que deu o pontapé para o surgimento dos mercados de petróleo financeirizados (mercados *spot* e futuros), colaborou para a retomada do poder dos países importadores – destaca-se os EUA – nos fluxos e no nível de preços *commodity*. Ou seja, como o modo de acumulação flexível<sup>68</sup>, aplicado ao comércio internacional de petróleo, corroborou para a expansão do domínio dos importadores nesse mercado. Como já abordado, a financeirização desse mercado também colaborou para o acesso dos países importadores ao petróleo pérsico, pois 1) os principais mercados financeiros estão centrados no mundo desenvolvido e 2) os papéis foram invertidos, agora os exportadores é que disponibilizam seu petróleo no mercado, prospectando compradores. Agora discutir-se-á como essa influência se dá através do nível de preços e como elas demonstram o poder inigualável do maior beneficiário do novo regime de acumulação.

### 5.1 O fim do padrão ouro-dólar: a aurora das finanças internacionais e a retomada do poder norte-americano

O padrão ouro-dólar, gestado nos acordos de Bretton Woods, possuía três pilares fundamentais para o seu funcionamento: taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, garantindo a conversibilidade do dólar em ouro; o controle dos fluxos de capitais de curto prazo; e as instituições internacionais de Bretton Woods. As taxas de câmbio fixas geram estabilidade e previsibilidade ao sistema, de forma a permitir

---

<sup>68</sup> Entende-se como “modo de acumulação flexível” a superposição do investimento na esfera financeira em relação a esfera produtiva ocorrido na segunda metade do século XX. Isto é, com as inovações financeiras erigidas nos anos 1980 e a possibilidade de lucros desmedidos pela reprodução contínua do capital financeiro, o capital antes vinculado ao financiamento produtivo (D-M-D’) passou a ter um comportamento autônomo, não estando mais necessariamente vinculado à produção. Isso, por sua vez, alterou a forma como se acumula capital, retirando o protagonismo da esfera produtiva em favor da especulativa/financeira. O fim do controle de capitais permitiu que esse capital pudesse adotar uma natureza especulativa superior, especialmente nos países considerados “emergentes” – o que agrega esse caráter flexível ao capital e o diferencia do modo de acumulação financeirizado do período de hegemonia inglesa, no séc XVIII (BRAGAGLIA, 2017; CHESNAIS, 1998).

que o livre-comércio seja restabelecido, em meio às incertezas pós-Segunda Guerra. O controle de capitais tinha por objetivo evitar ataques especulativos que desestabilizem o câmbio, auxiliando o primeiro pilar. Já as instituições de Bretton Woods, como o GATT, Banco Mundial e FMI eram responsáveis por garantir todo esse conjunto de normas e regras estabelecidas no acordo, bem como socorrer o sistema em caso de crises.<sup>69</sup> Ao fim e ao cabo, esse sistema tinha por objetivo não incorrer nos mesmos erros que levaram à queda do padrão ouro em 1929 (BRAGAGLIA, 2017; EICHENGREEN, 2000).

Entretanto, no fim da década de 1960, todo o arcabouço econômico, criado em torno da hegemonia dos EUA e do dólar, e os compromissos que dele derivam<sup>70</sup>, estavam exaurindo o *hegemon* capitalista. Primeiramente, a necessidade de manter a conversibilidade em ouro fazia com que os Estados Unidos não pudessem ter déficits na conta corrente, o seu passivo em dólares deveria ser do mesmo tamanho da demanda mundial. A conversibilidade permitiria que o passivo externo fosse convertido a qualquer momento em ouro, gerando uma transferência de recursos em ouro para o mundo e enfraquecendo a posição do dólar enquanto moeda internacional. Concomitantemente, a restrição à conversibilidade fazia com que os EUA não pudessem ter liberdade, diferentemente de seus pares, de fazer alterações no câmbio de forma a alavancar as exportações. Por esse motivo, a restrição cambial fazia com que os superávits comerciais e da conta corrente americanas fossem reduzindo ao fim dos anos 1960<sup>71</sup>, até se tornar deficitária em 1971<sup>72</sup>. A resolução para esse problema passava pela desvalorização do câmbio, que favorece as exportações, reequilibrando o BP. Diante do impasse, Richard Nixon abandona a conversibilidade ouro-dólar fixo, erodindo o primeiro pilar dos acordos de Bretton Woods (EICHENGREEN, 2000; SERRANO, 2004).

---

<sup>69</sup> Por exemplo, o FMI era responsável pela cessão de empréstimos de curto prazo para países deficitários no Balanço de Pagamentos; o Banco mundial, responsável por viabilizar a reconstrução europeia; já o GATT cuidava de evitar medidas protecionistas, que pudessem desaquecer o comércio internacional, como desvalorizações cambiais e taxas de importação (BRAGAGLIA, 2017)

<sup>70</sup> Destaca-se o compromisso em manter a paridade fixa entre o dólar e o ouro.

<sup>71</sup> Muito em função do sucesso das políticas de reestruturação e reconstrução dos países aliados, que passaram a ser mais competitivos economicamente, atraindo o investimento das empresas norte-americanas e em detrimento dos EUA, que não podiam aumentar sua competitividade em função da restrição cambial (SERRANO, 2004; EICHENGREEN, 2000).

<sup>72</sup> Alguns dos fatores que levam a esse *déficit* estão relacionados ao alto nível de gastos ocasionados pela Guerra no Vietnã, juntamente à corrida armamentista contra a URSS, os programas de bem-estar social associados ao “*Great Society*” do governo Johnson e até mesmo o pico de produção doméstica, que fez aumentar os gastos com petróleo estrangeiro.

De mesmo modo, dado o cenário de aumento salarial no fim dos anos 1960, a taxa de remuneração do capital estava em queda em todo o mundo desenvolvido. Isto posto, uma massa de capitais excedentes passou a ser aplicada na esfera financeira, especialmente na Europa. Assim, propiciando o nascimento do mercado de eurodólares, que buscava aplicar esse capital – de origem produtiva – na esfera financeira de forma a obter taxas de lucro cada vez maiores (CHESNAIS, 1998; SERRANO, 2004). Esse movimento de flexibilização dos fluxos de capitais significou a erosão do segundo pilar, mas, sobretudo, uma pressão sobre a paridade ouro-dólar, pois tornou-se a origem de ataques especulativos ao dólar no fim dos anos 1960 e início dos 1970. Com o fim da paridade ouro-dólar e as desvalorizações da moeda por parte dos EUA, as taxas de câmbio das moedas nacionais passaram a flutuar de acordo com as leis de oferta e procura, como forma de proteção aos ataques especulativos externos (BRAGAGLIA 2017; EICHENGREEN, 2000). Por fim, as instituições internacionais fundadas nos acordos de Bretton Woods precisam ser ressignificadas para os novos tempos e o novo Sistema Financeiro Internacional (SFI): com taxas de câmbio flutuantes e livre mobilidade de capitais.

Para David Harvey (2008, p. 152-154) na formação do novo SFI

houve um movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, do outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos. Nos Estados Unidos, isso significou a desregulamentação de um sistema financeiro rigorosamente controlado desde as reformas dos anos 30 [...] A estrutura desse sistema financeiro global alcançou tal grau de complexidade que ultrapassa a compreensão da maioria das pessoas. As fronteiras entre funções distintas como bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. tornaram-se cada vez mais porosas, ao mesmo tempo que novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas surgiram em toda parte.

Ou seja, a “crise do dólar” nos anos 1970 não foi um “problema no paraíso”, muito menos um acidente, mas sim parte de um conjunto ampliado de políticas com o objetivo de expansão das empresas estadunidenses e retomada do crescimento de suas taxas de lucro, bem como, de liberdade macroeconômica para perseguir os objetivos nacionais (DUMÉNIL e LEVY, 2005; FIORI, 2004b). Por outro lado, todo o mundo desenvolvido foi lançado em uma crise econômica devido à perda de valor das reservas e explosão dos preços das *commodities*, cenário agravado pela crise

do choque do petróleo, em 1973, que enfraqueceu ainda mais a economia mundial, especialmente os adversários estadunidenses desenvolvidos (SERRANO, 2004).

Para Bragaglia (2017), duas são as principais consequências desse conjunto de acontecimentos. Primeiramente, como a demanda de energia é inelástica no curto-prazo, o Primeiro Choque reforçou o processo inflacionário em todos os países importadores, que se viam compelidos a gastar mais de seus dólares (de uma reserva já desvalorizada) para bancar o alto custo de importação do insumo<sup>73</sup>.

A segunda consequência, a mais relevante para nossa discussão, foi a transferência massiva de petrodólares dos importadores para os exportadores, que os empregavam em obras, gastos públicos, setor produtivo e, também, extravagâncias. Contudo, ainda assim o fluxo era muito maior que a capacidade de gastos desses países. Com isso, de forma a evitar uma inflação grave que pudesse enfraquecê-los economicamente, os países exportadores passaram a investir esse excedente em ativos financeiros líquidos em bancos e fundos de investimento internacionais. Esses bancos e fundos estavam centralizados no mercado de eurodólares e, posteriormente, no mercado estadunidense, que passaram a crescer vertiginosamente, junto à mobilidade desse capital (BRAGAGLIA, 2017; YERGIN, 1993).

Por outro lado, ocorreu um fenômeno chamado “reciclagem dos petrodólares”, que consistia no empréstimo desse capital excedente para países deficitários, seja por causa da “crise do dólar”, seja pelos impactos do primeiro choque, ou uma confluência dos dois fatores. Esse fenômeno devolveu liquidez à economia mundial, que se via em apuros desde o fim do padrão ouro-dólar fixo, bem como reafirmou a centralidade do dólar como moeda mundial, pois o aumento da demanda agregada reaqueceu a economia mundial, refinanciando o déficit estadunidense e fortalecendo a posição do dólar no novo SFI (BRAGAGLIA, 2017).

Dotado do privilégio exorbitante de ser o emissor da moeda internacional, o país aproveitou dos acontecimentos da década de 1970, tendo até mesmo provocado muitos deles, para reafirmar sua hegemonia nos anos 1980 sob novos termos, com melhor acesso a melhores mercados, mas mantendo a mesma base, que é a centralidade do dólar (BRAGAGLIA, 2017, p. 87).

---

<sup>73</sup> Um impacto auxiliar, mas não menos importante, foi que a crise instalada no mundo desenvolvido impôs aos Estados importadores o desmonte completo de todas as políticas socioeconômicas que embasaram o *welfare state* keynesiano (BRAGAGLIA, 2017).



O Segundo Choque do Petróleo aprofundou ainda mais os ajustes e crises iniciados em 1971, com o fechamento dos guichês de ouro, gerando nova pressão inflacionária, demanda por liquidez, transferência de renda para os exportadores e déficits no balanço de pagamentos dos países importadores (BRAGAGLIA, 2017).

Dos ajustes, os EUA passam a rejeitar ações e respostas coordenadas entre os governos na economia internacional em busca de seus objetivos nacionais, é a evidência a eclosão de um período não-hegemônico. Esse novo momento fica claro na resposta norte-americana ao Segundo Choque, na qual o FED subiu as taxas de juros unilateralmente, dando início a um período de taxas historicamente elevadas e deixando os impactos negativos a cargo do resto do mundo. Tal política foi chamada de “diplomacia do dólar forte” e drenou boa parte dos fluxos de capital para os EUA, forçando os demais países a subir os juros, de forma a não sofrerem com instabilidades cambiais e inflação. Por outro lado, a política cessou a inflação norte-americana devido a dois movimentos: o preço das *commodities* caiu devido à valorização do dólar, desacelerando a inflação; bem como o intenso fluxo de capitais em direção aos EUA reequilibrou o BP, que colaborou com o processo deflacionário (FIORI, 2004b; SERRANO, 2004).

Dentre as crises, a diplomacia do dólar forte mergulhou o mundo capitalista em uma forte recessão econômica, pois o BP desses países já estava deficitário pela transferência de renda feita pela alta do petróleo. No entanto, dessa vez não havia a disponibilidade de petrodólares, como no primeiro choque, para financiar a economia desses países, dado que os fluxos de capitais excedentes se direcionavam para os EUA, pela remuneração alta e a segurança dos títulos estadunidenses. Tal política levou aos países capitalistas a adotarem políticas fiscais e monetárias restritivas, de forma a gerenciar o alto nível de endividamento contraído pela conjuntura internacional (BRAGAGLIA, 2017; SERRANO, 2004).

Esse contexto marcado por dívidas atendeu especialmente aos interesses das instituições financeiras privadas internacionais, que se empoderaram à medida em que desenvolviam inovações financeiras que os possibilitavam lucrar com essas dívidas. Por meio da negociação de derivativos e outros ativos de securitização de dívidas, os bancos comerciais e de investimento, e os fundos mútuos, de pensão e hedge diversificaram todo o mercado financeiro, movimentando altíssimas somas de capitais a uma velocidade sem precedentes (BRAGAGLIA, 2017, p. 68).

A década de 1980 marca a criação, a evolução e a consolidação, dessa série de mecanismos financeiros fruto de três fenômenos ocorridos no mercado de capitais à época: desregulamentação, internacionalização e inovação. Como resultado, os anos 1990 experimentam um crescimento vertiginoso da economia mundial – os EUA em destaque – sob o novo modo de acumulação e o ideário neoliberal que o acompanharam. O “longo boom” foi marcado por um nível alto de investimentos, tanto no mundo desenvolvido quanto nos países em desenvolvimento<sup>74</sup>, e altas taxas de juros (reestruturação do endividamento estatal) (SERRANO, 2004; DUMÉNIL E LÉVY, 2005).

## 5.2 A financeirização do mercado de petróleo

Para além das consequências macroeconômicas, o novo SFI criou um novo modo de acumulação financeirizado e flexível, acompanhado de inovações financeiras, como ações e mercado de futuros, e de novos agentes, como corretores, especuladores e fundos de investimento (CHESNAIS, 1998). Todo esse complexo conjunto de agentes e inovações, embora sujeito às intempéries do mercado financeiro, forneciam certo nível de previsibilidade, posto que as “regras do jogo” eram dadas, diferentemente de um mercado monopólico como o de petróleo, cujo os termos eram ditados pela vontade dos exportadores (YERGIN, 1993).

Como já se discutiu no capítulo três, a crise iraniana de 1979 deu o pontapé da reestruturação do mercado de petróleo, que abandonou o modelo de contratos de concessão de longo prazo em favor dos mercados *spot* e de futuros, em que as forças de mercado – oferta e demanda – ditam os preços da *commodity*. Como exposto a seguir, a hierarquia de poder do novo SFI está imbricada no mercado de petróleo financeirizado, ou seja, a reestruturação do mercado de petróleo favoreceu a posição dos países centrais do Sistema, importadores de petróleo.

Além da financeirização, propriamente dita, a reestruturação do mercado de petróleo afetou fortemente as multinacionais petrolíferas que seguiram a tendência do novo modo de acumulação. Primeiramente, essas empresas ficaram centradas nas atividades *downstream*, haja vista que a nacionalização da extração dos recursos nos principais países exportadores centrou as atividades *upstream* nas

---

<sup>74</sup> Os países em desenvolvimento eram alvos especialmente do capital de curto-prazo (BRAGAGLIA, 2017)

estatais dos respectivos países.<sup>75</sup> Mas isso não foi exatamente um problema, posto que as *downstream operations* tendem a ser mais lucrativas. No entanto, com a desregulamentação e financeirização dos mercados de capitais, as empresas ficaram mais expostas a pressões competitivas, assim não tardou para que aquisições, fusões, incorporações fossem feitas, de forma a tornar as companhias mais lucrativas para os novos agentes do mercado de petróleo: acionistas, fundos de pensão, gerentes financeiros (YERGIN, 1993).

### **5.2.1 Anatomia do mercado de petróleo financeirizado e os impactos no nível de preços**

Bassam Fattouh (2011) divide o mercado “físico” de petróleo em dois grupos de contratos: os contratos de longo prazo e os contratos *spot*<sup>76</sup>. O primeiro tipo constitui-se em contratos de um ou dois anos, usualmente, em que são acordadas a entrega de várias remessas de petróleo, vinculadas aos preços do mercado à vista. Já os contratos *spot* são programados para uma só entrega, em um dia combinado, e o preço, habitualmente, vinculado ao preço de mercado à vista no dia do carregamento/liquidação do contrato. Os contratos *spot* serão o foco da nossa atenção neste trabalho<sup>77</sup>.

Dada a importância dos preços do petróleo para a economia global, dos contratos *spot* de petróleo derivaram-se “inovações financeiras” de forma a dar proteção contra as variações de preços, os chamados derivativos<sup>78</sup>. Pode-se destacar: 1) os contratos de futuro, nos quais é acordado a liquidação daquele bem em data futura por um valor pré-estabelecido; 2) opções, que consistem em comercializar o direito do comprador em poder efetuar ou não a compra do bem, em uma data futura por um preço pré-estabelecido; 3) *swaps*, em que se trocam a variação dos preços entre dois ativos (físicos ou financeiros), numa data futura

---

<sup>75</sup> Atividades *upstream* compreendem todas as ações necessárias para tornar o petróleo disponível para o transporte, como por exemplo: extração, descoberta de novas reservas. Por outro lado, as atividades *downstream* compreendem as ações que fazem o petróleo cru se tornar pronto para consumo, como transporte, refino, revenda e ações de marketing

<sup>76</sup> Também são conhecidos como “mercado à vista”.

<sup>77</sup> Vale ressaltar que o sistema financeirizado de precificação do petróleo, muito embora seja dotado de instabilidades nos preços, é considerado o mais estável, dado a sua longevidade maior que a de qualquer outro sistema de precificação estabelecido pós-Segunda Guerra (BRAGAGLIA, 2017).

<sup>78</sup> São papéis financeiros que se originam do valor de outro ativo de referência. Esses ativos não possuem valor intrínseco, derivando o seu valor de um bem padronizável – *commodity* ou ativos financeiros padronizados (ASSAF NETO, 2019). Para fins didáticos, condensar-se-ão todos os tipos de ativos e derivativos como “futuros”.

(ASSAF NETO, 2019). Mas não mandatoriamente esses contratos são liquidados, ou seja, a mercadoria física é entregue ao possuidor do ativo, podendo só ser recomprado pelo produtor de petróleo na data da liquidação. Isso permitiu que o mesmo barril de petróleo fosse negociado centenas ou milhares de vezes em um mercado que atrai capitais por sua segurança, já que existe o ativo no mercado físico, e altos lucros (BRAGAGLIA, 2017; YERGIN, 1993).

Até o momento, esta pesquisa considerou o petróleo como uma *commodity* única. No entanto, há diferenciações nos tipos de petróleo, quanto ao nível de enxofre, à densidade ou à quantidade e o rendimento dos subprodutos obtidos. Para tornar a mercadoria comercializável como “uma mercadoria qualquer” foi desenvolvido um sistema de *benchmarks*, que são a base do novo sistema de precificação. Esses *benchmarks* ajudam a determinar qual o valor do petróleo no mercado à vista através de um diferencial de características intrínsecas, positivo ou negativo, em relação a um tipo de petróleo referência (o *benchmark*). Assim, é o preço desses *benchmarks* que flutuam à oferta e procura, mas, posto que são referência para todos os contratos firmados (seja de longo prazo ou *spot*), vinculam todos esses contratos ao SFI e suas idiosincrasias (FATTOUH, 2011).

Portanto, o conjunto de inovações financeiras<sup>79</sup> criadas a partir do novo modo de precificação do petróleo vieram a serviço de dois grupos: os importadores de petróleo, que buscavam defender-se da volatilidade imposta pelo novo mercado; e os mercados financeiros centrais<sup>80</sup>, que, por meio da especulação observada nos contratos de *commodities*, obtêm liquidez para se manterem enquanto centros financeiros mundiais. Por sua vez, a principal ambição dos países exportadores era o alto nível de lucro, que os motivaram a migrar para o mercado flexibilizado de petróleo. Contudo, nos anos seguintes da década de 1980 a margem de lucros caiu drasticamente, devido ao alto nível de estoques. E ainda que se beneficiem de uma alta nos preços, o fluxo de petrodólares tende a retornar para os centros financeiros mundiais em forma de investimento, dado o desenvolvimento baixo de seus mercados financeiros. Ou seja, o novo mercado foi criado à benefício dos

---

<sup>79</sup> Vale destacar que, embora impulsionado pela ânsia de lucro dos países exportadores de petróleo, o desenvolvimento de derivativos de petróleo vem na esteira de todo um conjunto mais de medidas de desregulamentação e liberalização econômica e financeira que aconteciam em todo o SFI pós-1973 (BRAGAGLIA, 2017).

<sup>80</sup> Que, não por acaso, estão centrados nos países importadores.

importadores e seus centros financeiros (BALCILAR *et al*, 2015; FATTOUH, 2011; FLEMING E OSTDIEK, 1999).

Bragaglia (2017) observa uma mudança que ilustra essa retomada do poder relativo dos países importadores no mercado de petróleo: a substituição do principal *benchmark* do Petróleo Leve Saudita pelo estadunidense *West Texas Intermediate (WTI)*, em 1982. Embora outros *benchmarks* possuam volume físico transacionado maior que o WTI<sup>81</sup>, o estadunidense lastreia o *Light Sweet Crude Oil Futures Contract*, o contrato de futuro de petróleo mais líquido e comercializado no mundo, desde sua criação em 1983.

Assim, o petróleo produzido na região de maiores níveis de produção e refino dos EUA se tornou a primeira referência de qualidade e de formação de preço para a maioria dos derivativos financeiros em petróleo comercializados internacionalmente, possuindo ativos atrelados a ele nas praças financeiras mais relevantes e se consolidando como padrão de referência líder desses ativos no mercado financeiro internacional até os dias de hoje (BRAGAGLIA, 2017, p. 138-139)

Há três critérios para que um *benchmark* seja considerado relevante pelo mercado financeiro: o volume da produção deve ser internacionalmente significativo; o mercado à vista não pode ser limitável; e o mercado de futuros deve ser líquido. Assim, fica evidente que não basta mais ser possuidor de grandes reservas de petróleo para ser influente dentro do novo mercado. É preciso também possuir mercados financeiros bem desenvolvidos e um “ambiente econômico” favorável à mobilidade do capital financeiro. Posta a posição de clara inferioridade no desenvolvimento dos mercados em relação aos EUA e demais centros financeiros internacionais, fica claro que, mais uma vez, a correlação de forças entre importadores e exportadores se desequilibra para o lado dos países centrais<sup>82</sup> (BRAGAGLIA, 2017).

A mudança para o mercado de commodities foi facilitada por uma alteração fundamental na indústria. Com o descontrole nos preços do petróleo e o fim de vários outros tipos de controle, os Estados Unidos não estavam mais isolados do mercado internacional do petróleo. Na verdade, tornavam-se agora intimamente ligados ao resto do mercado. Os Estados Unidos não apenas eram o maior país consumidor, mas, como resultado da queda da

---

<sup>81</sup> O Brent por exemplo, referência do petróleo do Mar do Norte, possui volume físico transacionado maior que o WTI (FATTOUH, 2011).

<sup>82</sup> Como exposto a seguir, o nível de reservas dos EUA é internacionalmente significativo, de forma a influenciar nos rumos físicos do mercado petróleo. Portanto, além de possuir mercados financeiros altamente desenvolvidos, atendem ao primeiro critério de produção petrolífera relevante.

produção mundial, a produção americana chegava a totalizar 25% do petróleo do mundo livre. A produção era altamente orientada para o mercado e podia fazer sentir sua influência no resto do mundo. Um tipo especial de óleo cru americano chegou a tornar-se o novo líder na indústria mundial (YERGIN, 1993, p. 760).

Os EUA, por sua vez, possuem uma vantagem a mais em relação aos outros países importadores. Com o fim do padrão ouro-dólar e senhor de sua política monetária, todas as transações, *benchmarks*, ativos, derivativos majoritariamente são denominados em dólares. Isto posto, a política monetária dos EUA é capaz de impactar todo o negócio global de petróleo (BRAGAGLIA, 2017). É o que Strange (1994) chama de poder estrutural, isto é, o poder de impactar como os negócios são feitos entre os Estados, companhias e agentes do mercado. Assim, apesar da vulnerabilidade decorrente de ser dependente do petróleo estrangeiro, o poder de ter sua moeda nacional como referência em todas as transações petrolíferas demonstra a capacidade de influência americana no mercado em sua totalidade, acima de qualquer outra grande potência.

Embora Balcilar *et al* (2015) tenha demonstrado matematicamente um a eclosão de um período de alta volatilidade pós-1973, o desenvolvimento dessas inovações financeiras no mercado internacional de petróleo – e a importância que os especuladores possuem para a manutenção desse mercado<sup>83</sup> – não são a razão para a volatilidade observada (FLEMING E OSTDIEK, 1999). Pelo contrário, Fleming e Ostdiek (1999) entendem que o nível de volatilidade do mercado diminuiu com o aumento das transações de derivativos energéticos<sup>84</sup>.

Mesmo assim, a dimensão financeira, ou seja, a demanda e oferta de ativos pelos especuladores, suas expectativas, é componente do preço, juntamente com a sua dimensão física. Portanto, as mudanças mais relevantes nos níveis de preços do petróleo, ainda que sejam também responsivos à esfera financeira, são causadas por **fundamentos de mercado**, isto é, por variáveis que influenciam o mercado à vista, como nível de estoques, oferta, demanda, fluxos comerciais (BRAGAGLIA, 2017).

---

<sup>83</sup> Além de oferecerem liquidez ao mercado, os especuladores tomam para si o risco dos produtores e dos *hedgers*. Ademais, o alto nível de derivativos e ações atreladas ao mercado de petróleo faz com que as informações sejam melhores, tanto para a formação de preços, quanto para decisões de consumo, estoque e produção (FLEMING E OSTDIEK, 1999)

<sup>84</sup> Em dissonância com boa parte das companhias há muito estabelecidas no mercado de petróleo (YERGIN, 1993) e com Medlock III e Jaffé (2009), que defendem uma regulação do mercado de petróleo de forma a restringir o papel dos especuladores, vistos como causadores dos altos preços do ciclo das *commodities* nos anos 2000.

Para Bragaglia (2017), três fundamentos de mercado<sup>85</sup> são importantes para entender as influências no preço do petróleo: nível de oferta, nível de demanda e manutenção dos estoques. O nível de oferta, antes controlado em absoluto pelos detentores das maiores reservas da OPEP, hoje responde a vários outros fatores, como nível de infraestrutura instalada, nível de tecnologia de extração e as próprias dissidências internas à OPEP. Embora a Arábia Saudita – o *swing producer* – seja país-membro da OPEP, esses novos fatores equiparam o poder dos países fora do acordo da OPEP, no que diz respeito ao controle da oferta. Também, esse é o único fundamento sob controle dos países produtores. Já o nível de demanda depende do estado em que se encontra a segurança energética dos países importadores. Assim, quanto mais políticas de segurança e substituição energética são implantadas pelos importadores, menor será a demanda e o preço. Por outro lado, quanto maior o desenvolvimento econômico-industrial, mais petróleo é demandado<sup>86</sup>. O nível de estoques, por outro lado, faz o papel de estabilizador da oferta e da demanda.

Como consequência, fica evidente o aumento do poder relativo dos importadores dentro do arranjo financeirizado do petróleo, pois são eles capazes de influenciar a esfera financeira, centrando em suas praças financeiras o fluxo das transações petrolíferas. Bem como, influenciam a dimensão física, pois são responsáveis por, pelo menos, dois dentre os três principais fundamentos de mercado.

Os países importadores de maior peso geralmente correspondem àqueles que apresentam maior desenvolvimento econômico e, por isso, são aqueles que possuem mais recursos para investir na obtenção de sua segurança energética e, por meio da melhoria de seus parâmetros, influenciar os fundamentos de mercado supracitados com o intuito de não se tornarem completamente subordinados às decisões dos produtores como ficaram à época dos choques petrolíferos dos anos 1970 (BRAGAGLIA, 2017, p. 148).

Nesse sentido, ainda que os países exportadores detenham em seus domínios o petróleo desejado pelos países importadores, a condição de subdesenvolvimento os obriga a ter de participar do “jogo das trocas” do petróleo. Contudo, todo o contexto de comercialização desse petróleo, baseado no modo de produção flexível, está sob

---

<sup>85</sup> Isto é, fatores que contribuem para as alterações na disponibilidade física do petróleo no mercado (BRAGAGLIA, 2017)

<sup>86</sup> Por exemplo, os sucessivos aumentos no preço do petróleo em 2003-2008 foram fortemente impulsionados pela ascensão econômica de países emergentes, como China e Índia.

o domínio dos países importadores – em especial os EUA – que detém os instrumentos capazes de controlar as duas “dimensões” da *commodity*.

Isto posto, conclui-se que, embora o Segundo Choque tenha fortalecido momentaneamente os países exportadores, o poder estrutural dos EUA, expresso principalmente no novo modo de acumulação, fez com que esse jogo virasse em seu favor. Seja pela centralidade dos seus mercados ou pela capacidade de intervenção nos fundamentos de mercado, os EUA puderam garantir o fornecimento essencial para a sua sobrevivência enquanto superpotência capitalista.



## 6 CONCLUSÃO

O fim da Guerra Fria alterou irremediavelmente o jogo de forças da política internacional, contudo o centro do exercício da autoridade no Sistema Internacional continua centrado em um só país: os Estados Unidos da América. Pois, se entendemos que o poder estrutural é que determina quem exerce essa autoridade, em nenhum momento os EUA deixaram de o ter, mesmo quando enfrentando o “limite da expansão de seu poder” na Segunda Guerra do Golfo. Ou seja, sob o ponto de vista das quatro estruturas do poder estatal, os EUA demonstram ter a primazia em todas elas (STRANGE, 1987; 1994).

Por outro lado, demonstrou-se que as teorias da estabilidade hegemônica se demonstram pouco explicativas pois não compreendem o fato paradoxal de que o *hegemon* é o causador das crises de sua própria hegemonia. Evidencia-se essa constatação, pois, os EUA envolveram-se em três vezes mais guerras nos anos 1990 que em toda Guerra Fria, o padrão dólar flexível impôs ao mundo o poder do dólar e levou o mundo capitalista a uma crise sem precedentes, muito embora, sua liderança nunca esteve perto de ser abalada, sob o ponto de vista estrutural.

No segundo capítulo demonstrou-se como historicamente se conformou o mercado de petróleo, desde a hegemonia dos EUA entre 1945-1973, em uma era de preços baixos, segurança na oferta e baixa volatilidade; perpassando as crises de 1973 e 1979, com preços altos e voláteis, bem como a oferta não era mais garantida; e finalizando com os mercados financeirizados de petróleo, a partir de 1979, em que se manteve a volatilidade dos preços, mas retoma-se a segurança na oferta e os preços respondem às variações de oferta e demanda (YERGIN, 1993; BALCILAR *et al* 2015).

No terceiro capítulo, vimos como as guerras são importantes para a expansão do poder hegemônico, do ponto de vista de Fiori (2004a; 2004b; 2005). À luz desse referencial, discutimos como as duas Guerras do Golfo representaram um novo paradigma do novo mercado de petróleo e como os EUA fizeram das guerras a garantia do fluxo de petróleo para o Ocidente, desarticulando possíveis detratores e potências capazes de ameaçar sua posição monopólica nesse mercado.

Já no quarto capítulo discutimos como o novo regime de acumulação contribuiu para a expansão do poder dos EUA, em um sentido mais amplo. Em seguida, destacou-se como os Choques do Petróleo colaboraram para a

sustentação do SFI recém-criado, bem como centraram o comércio internacional de petróleo em suas praças financeiras. Por fim, fizemos uma anatomia do mercado de petróleo financeirizado, explicando o papel dos fatores de mercado no preço do petróleo e como esse novo mercado permitiu que os importadores – destaca-se os EUA – pudessem recuperar o poder perdido sobre os preços da *commodity*, a partir do controle desses fatores (BRAGAGLIA, 2017).

Isto posto, metodologicamente, devemos analisar a validade da hipótese apresentada e se ela tem poder explicativo à pergunta de pesquisa proposta. Os capítulos um e dois foram responsáveis por ceder as bases teóricas e historiográficas que fundamentaram a busca por respostas à hipótese apresentada. Como vimos, muito embora tenha-se avançado muito em busca de novas fontes de energia, ainda o petróleo reina sozinho nas estratégias de segurança energética por suas características intrínsecas, seja no uso civil ou no militar. Por outro lado, é o petróleo que sustém todas as outras estruturas do poder estatal, para Strange (1994), portanto, o petróleo é essencial na ascensão do tipo de poder que opera a EPI, o poder estrutural.

Demonstrou-se o descompasso de poder que o fim do padrão ouro-dólar proporcionou na década de 1970 e como esse descompasso teve ecos no predomínio norte-americano sob os fluxos da *commodity*. Assim, centralizando o comércio em seus mercados financeiros, fazendo os produtores responsáveis pela oferta de petróleo<sup>87</sup> e obtendo controle sobre os fatores determinantes do preço, os EUA puderam retomar o poder no mercado de petróleo perdido ao longo dos anos 1970. Por outro lado, o uso de sua máquina de guerras permitiu que os EUA debelassem quaisquer potenciais adversários que pudessem impedir o livre fluxo de petróleo para os países importadores. Isso fica demonstrado na centralidade que o acesso e o controle dos recursos energéticos do Golfo Pérsico assumiram na política externa dos EUA pós-Doutrina Carter e na cristalização desse conjunto de políticas nas duas Guerras do Golfo.

Entendendo que esses dois processos fazem parte de um conjunto amplo de medidas de desestabilização da própria hegemonia norte-americana para a expansão do seu poder global<sup>88</sup>, a financeirização do mercado de petróleo, bem

---

<sup>87</sup> Não é mais necessário que os importadores façam concessões aos exportadores, já que agora os exportadores é quem disponibilizam o seu petróleo no mercado (YERGIN, 1993)

<sup>88</sup> Extrapolando os resultados de José Luís Fiori (2004a; 2004b) para o mercado de petróleo.

como a presença militar<sup>89</sup> dos EUA nas regiões produtoras caminharam lado-a-lado com a retomada do poder global dos EUA ao fim da Guerra Fria. Desse modo, podemos entender que o poder dos EUA foi afetado positivamente por esses dois processos, em outras palavras, o novo arranjo do mercado de petróleo, financeirizado e militarizado, colaborou para a ascensão do poder dos EUA no último quartel do século XX.

A hipótese falseada que “ascensão do poder estadunidense no último quartil do século XX está relacionada ao seu maior controle sobre os fluxos da *commodity*, graças a seu incomparável poder militar e financeiro” encontrou, nas bases teóricas e historiográficas utilizadas nessa pesquisa, sustento para responder à pergunta de pesquisa proposta e atingir os objetivos principais e secundários. Entende-se, portanto, que há uma relação positiva entre o poder dos EUA e os processos de financeirização e militarização do mercado de petróleo.

---

<sup>89</sup> Seja pela grande rede de bases militares, ou seja, por intervenções e guerras.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Fernando; NUNES, Lucas. Susan Strange: poder estrutural e hierarquia monetária, uma breve discussão. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 9, n. 1, p. 125-142, jun. 2018. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/203/197>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia Científica: princípios e fundamentos**. São Paulo. Blucher. 2021. 3 ed. 192 p.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 513 p.
- BALCILAR, Mehmet; GUPTA, Rangan; MILLER, Stephen M.. Regime switching model of US crude oil and stock market prices: 1859 to 2013. **Energy Economics**, [S.L.], v. 49, p. 317-327, maio 2015.
- BRAGAGLIA, Maria. Defendendo o Interesse Nacional na Era da Financeirização: os EUA e o mercado internacional de petróleo. [s.l.] PUC - MG, 2017.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CHESNAIS, François. Introdução Geral. In: CHESNAIS, François. (Org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998a. p. 11-34
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **O mercado de valores mobiliários brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2018. 381 p.
- COX, Robert W. Beyond empire and terror: critical reflections on the political economy of world order. **New Political Economy**, [S.L.], v. 9, n. 3, p. 307-323, set. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1356346042000257778>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (Org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 85-108. Tradução de Rosa Marques e Paulo Nakatani.
- EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 4, 2000. 288 p.
- ELKIND, Jonathan. Energy Security: Call for a Broader Agenda. In Carlos PASCUAL & Jonathan ELKIND (org.) **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, p. 119-148, 2010.

FATTOUH, Bassam. **An Anatomy of the Crude Oil Pricing System**. The Oxford Institute for Energy Studies, 2011. 83 p.

FIORI, José Luís. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. *In* \_\_\_\_\_. O Poder Americano. Ed Vozes. Petrópolis. 2004a.

FIORI, José Luís. O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. *In* \_\_\_\_\_. O Poder Americano. Ed Vozes. Petrópolis. 2004b.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 73, p. 61-72, nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300005>. Acesso em: 04 ago. 2022

FLEMING, J.; OSTDIEK, B. **The Impact of Energy Derivatives on the Crude Oil Market**. Houston: James A. Baker III Institute for Public Policy of Rice University, 1998

FUSER, Igor. O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 23-37, jan. 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18655>. Acesso em: 28 nov. 2021.

FUSER, Igor. Petróleo e poder: envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. [s.l.] UNICAMP, 2008.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, p. 155-177, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/tG3CZt7yFWzRzkcF9q3TxwC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 15 abr. 2022.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KLARE, Michael. *Resource Wars - the new landscape of global conflict*. New York: Owl Books, 2011.

KLARE, Michael. Oil, Iraq, and American Foreign Policy: The Continuing Salience of the Carter Doctrine. **International Journal**, [S.L.], v. 62, n. 1, p. 31-42, jan. 2007. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40204243>. Acesso em: 11 jun. 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Fe/Unicamp, 2011.

MEDLOCK III, Kenneth B.; JAFFE, Amy Myers. **WHO IS IN THE OIL FUTURES MARKET AND HOW HAS IT CHANGED?** [S.L.]: James A. Baker III Institute For Public Policy Of Rice University, 2009. 18 p.

PANSARDI, Marcos Vinícios. Uma teoria da hegemonia mundial: Gramsci como teórico das Relações Internacionais. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 77-93, 11 set. 2014. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo2015\\_11\\_09\\_16\\_30\\_2056.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_30_2056.pdf)> Acesso em: 16 mai 2022.

SERRANO, F. Relações de Poder e a Política Macroeconômica de Americana: de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís. **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004. Pp. 179-224.

STRANGE, Susan. *State and markets*. [s.l.] Continuum, 1994.

STRANGE, Susan. The Persistent Myth of Lost Hegemony. *International Organization: Massachusetts* vol. 41, n. 4, p. 551-574, MIT Press, set. 1987.

YERGIN, Daniel. Energy Security and Markets. *In* KALICKI, Jan; GOLDWYN, David (org.) **Energy & Security: Toward a new foreign policy strategy**, Baltimore, 1 ed., Johns Hopkins University Press, p. 51-64, 2005.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo*. 1. ed. São Paulo: Scritta, 1993.

\_\_\_\_\_. *The Prize: the epic quest for oil, money, and power*. 1. ed. New York. Simon & Schuster, 1991

## Documentos

BP. **BP Statistical Review of World Energy**. 2021. Disponível em: <<https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2021-full-report.pdf>>.

JAMES A. BAKER III INSTITUTE. **Strategic Energy Policy: Challenges for the 21st Century**. James A. Baker III Institute for Public Policy of Rice University, 2001. 146 p.

NATIONAL ENERGY POLICY DEVELOPMENT GROUP. **National Energy Policy: Report of the National Energy Policy Development Group**. Washington. 2001. 170 p. Disponível em <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/energy/2001/index.html>> Acesso em 16 jun. 2022

NSSR. *National Security Strategy Report*. The White House, August, 13 1991. Disponível em <<https://nssarchive.us/wp-content/uploads/2020/04/1991.pdf>> Acesso em 8 ago 2022

THE WHITE HOUSE. **Presidential Directive/NSC-63**. Washington. jan. 1981 5 p.

THE WHITE HOUSE. **National Security Directive 26**. Washington. out. 1989 3 p.

THE WHITE HOUSE. **National Security Directive 54**. Washington. jan. 1991 3p.